UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –PPGED MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALINE SANTOS DA COSTA

REPRESENTAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE SUJEITOS NEGROS

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2023

REPRESENTAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE SUJEITOS NEGROS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGED/UESB, campus de Vitória da Conquista– BA, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação.

Orientadora: Prof. Dra. Ester Maria de Figueiredo Souza.

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C87r Costa,Aline Santos da.

Representações sobre a linguagem e o letramento racial crítico na construção das identidades de sujeitos negros./ Aline Santos da Costa, 2023

112f.

Orientador (a): Profa.Dra.Ester Maria de Figueiredo Souza

Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,Programa de Pós Graduação em Educação—PPGED,Vitória da Conquista,2023.

Referências.95-100

1. Identidades raciais. 2. Letramento racial crítico.3.Linguagem.4.Práticas discursivas.I.Souza,Ester Maria de iguei , redo.II.Programa de Pós Gradução em Educação-PPGED III.T.

CDD: 370
379.156

Catalogação na fonte: Chrystina Nery - CRB 5/810

UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

ALINE SANTOS DA COSTA

REPRESENTAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE SUJEITOS NEGROS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGED/UESB, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação.

Orientadora: Prof. Dra. Ester Maria de Figueiredo Souza.

Data de aprovação em:

Protocolo do Comitê de Ética na Pesquisa- CAAE: 51905221.0.0000.0055

Profª. Drª. Ester Maria de Figueiredo Souza (UESB)

(Orientadora)

Profª. Drª. Janaina de Jesus Santos (UNEB)

(Membro Externo)

Prof ª. Drª Denise Aparecida de Brito Barreto (UESB)

(Membro Interno)

“A minha escrita é profundamente contaminada pela minha condição de mulher negra. (...) eu não me desvencilho daquilo que eu sou. As minhas experiências pessoais, as minhas subjetividades, o lugar social que eu pertenço, isso vai vazar na minha escrita de alguma forma”.

(Conceição Evaristo)

AGRADECIMENTOS

Nesse momento, se finda um produto para que surjam novos (re)começos. E é importante lembrar que nenhum caminho se constrói sozinho. Nesse caminhar há lugares, pessoas, sentimentos... Logo, resta-me agradecer!

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele jamais conseguiria chegar até aqui. Muitos foram os momentos de desânimo, cansaço, desespero, ansiedade, mas, Ele sempre me fez lembrar de Seus propósitos para minha vida.

À minha estimada orientadora, Dra. Ester Maria de Figueiredo Souza, um ser humano singular, que remete leveza, cuidado, afeto e acolhimento. Ester, você foi um presente em minha vida. Que sorte a minha em tê-la como orientadora. Obrigada pelas partilhas de saberes permeadas de tanto cuidado e compreensão.

"As meninas de Ester", como carinhosamente nos denominamos enquanto grupo de orientandas da Professora Ester. Gostaria de agradecer imensamente a cada uma, pois todas foram fundamentais nesse processo.

Primeiro, agradeço a Juci, por ter me acolhido em sua casa, pelo cuidado, confiança e zelo durante os dias que lá estive. Agradeço também pelas trocas de mensagens e pelas palavras de fé.

À Paulinha, agradeço pelas palavras cuidadosas, olhar afetuoso e abraço acolhedor. Sua sensibilidade é algo fora do comum.

À Fátima, agradeço pelas trocas de aprendizagens, pelas mensagens e ligações telefônicas de apoio e incentivo, pelas sugestões, pelo cuidado, delicadeza e por sempre estar disposta a ajudar.

À Paty, que chegou de mansinho e logo conquistou a todas nós, agradeço pela confiança, incentivo e pelo carinho de sempre.

Agradeço a meu parceiro Edenilson, pelo incentivo, cuidado, acolhimento, confiança e por embarcar comigo em todos os meus sonhos. Obrigada, amor!

Agradeço a toda a minha família por sempre acreditar em mim. Em especial, agradeço a vovô por ser minha inspiração; à minha mãe, Anita, pelas orações e palavras de incentivo; e à minha irmã, Alane, pelo incentivo, apoio, orações, mensagens e pela torcida.

Agradeço a todos/as os amigos/as que sempre torceram por mim, sempre acreditaram e compreenderam a minha ausência em muitos momentos. Vocês tornaram mais leve esse percurso, pois mesmo distante, sempre buscaram estar presentes.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEd/UESB) por me dar a oportunidade de realizar o sonho de me tornar Mestra em Educação.

Agradeço a todos(as) os/as colegas da linha de pesquisa 3, turma do ano 2021. Que galera incrível! Vou carregar cada um/uma em meu coração.

Agradeço a todos/as os/as professores/as do PPGEd que tive a honra de ser aluna, todos os ensinamentos foram fundamentais para trilhar esse caminho de pesquisar com rigor. De um modo especial, agradeço à professora Dra. Denise, foi um prazer absurdo tê-la como professora e mais ainda como parte integrante da minha banca. Gratidão!

Agradeço a minha banca avaliadora, composta pela Professora Dra. Janaina e a Professora Dra. Denise. Sou imensamente grata pelas contribuições, desde a qualificação e por terem aceitado participar desse momento.

Agradeço às professoras e aos alunos/as por terem me recepcionado tão bem e terem tornado possível esse estudo. Toda minha gratidão!

Agradeço também a toda equipe da escola pela paciência, acolhimento e disponibilidade.

RESUMO

COSTA, Aline Santos da. Representações sobre a linguagem e o letramento racial crítico na construção das identidades de sujeitos negros. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, Ba. 2023.

Essa pesquisa busca compreender de que forma as práticas discursivas em situação de ensino interferem na construção da identidade social dos sujeitos negros do terceiro ano em uma escola pública no município de Guanambi-BA. Para a fundamentação teórica da pesquisa, utilizamos de autores como: Munanga (1999; 2010; 2020), Gomes (2005;2006;2019), Cavalleiro (2001;2020), Bento (2011;2012) tais autores discutem sobre o racismo e as questões étnico-raciais; Silva (2013;2014), Bento (2011;2012), acerca da construção da identidade; Ferreira (2006; 2010; 2014; 2015), Nascimento (2019;2022) que abordam acerca da linguagem e racismo, letramento racial crítico e formação de professores; Bakthin (1997;2006), Souza (2003) que discutem em seus estudos a linguagem enquanto prática e construção social, dentre outros autores. Para a realização da pesquisa, utilizamos da abordagem qualitativa na metodologia da etnografia, uma vez que prioriza a produção dos dados no contexto da sala de aula com a participação direta dos sujeitos. Os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram a entrevista, a observação participante, o diário de campo, questionário e anarrativa. O estudo foi realizado em uma escola pública no município de Guanambi-BA, em uma turma do 3º Ano dos Anos Iniciais. Com isso, buscamos compreender como as práticas discursivas de professores e alunos interferem na construção da identidade social dos diferentes sujeitos. Os resultados empreendidos nessa pesquisa apontam que as práticas racistas continuam frequentes na escola e chama a atenção para a necessidade de uma formação continuada para os professores para as questões étnico- raciais. Foi possível observar ainda o modo como a linguagem está imersa nas questões étnico-raciais e nas relações dos sujeitos, em muitos momentos ela apareceu como uma ferramenta que potencializa o racismo e as discriminações, por outro, apontamos, por meio de aportes teóricos as possibilidades da linguagem enquanto desconstrutora do racismo e das práticas discriminatórias na sala de aula.

Palavras-chaves: Identidades raciais. Letramento racial crítico. Linguagem. Práticas discursivas

ABSTRACT

COSTA, Aline Santos da. **Representations about language and critical racial literacy in the construction of black subjects' identities.** Dissertation presented to the Graduate Program in Education at the State University of Southwest Bahia. Vitória da Conquista, Ba. 2023.

This research seeks to understand how discursive practices in teaching situations interfere in the construction of the social identity of third-year subjects in a public school in the city of Guanambi-BA. For the theoretical foundation of the research, we used authors such as: Munanga (1999; 2010; 2020), Gomes (2005;2006;2019), Cavalleiro (2001;2020), Bento (2011;2012) such authors discuss racism and ethnic- racial issues; Silva (2013;2014), Bento (2011;2012), about the construction of identity; Ferreira (2006; 2010; 2014; 2015), Nascimento (2019;2022) that address about language and racism , critical racial literacy and teacher education; Bakthin (1997;2006), Souza (2003) who discuss language as a practice and social construction in their studies, among other authors. To carry out the research, we used a qualitative approach in the methodology of ethnography, since it prioritizes the production of data in the context of the classroom with the direct participation of the subjects. The instruments used for data production were the interview, participant observation, field diary, questionnaire and narrative. The study was carried out in a public school in the municipality of Guanambi-BA, in a class of the 3rd year of elementary school I. With this, we seek to understand how the discursive practices of teachers and students interfere in the construction of the social identity of different subjects. The results undertaken in this research point out that racist practices remain frequent at school and draw attention to the need for continued training for teachers on ethnic-racial issues. It was also possible to observe how language is immersed in ethnic-racial issues and in the subjects' relationships, in many moments it appeared as a tool that enhances racism and discrimination, on the other hand, we point out, through theoretical contributions, the possibilities of language as a deconstructor of racism and discriminatory practices in theclassroom.

Keywords: Racial identity. Critical racial literacy. Language. discursive practices

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EUA- Estados Unidos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LRC- Letramento Racial Crítico

PPP- Projeto Político Pedagógico

PPGED- Programa de Pós- Graduação em Educação

TALE- Termo de Assentimento Livre Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Perfil das professoras da escola “Carolina de Jesus”

QUADRO 2- Perfil dos alunos

QUADRO 3- Narrativa da profª 1

QUADRO 4- Narrativa da profª 2

SUMÁRIO

FOI POR MIM E PELOS MEUS: Andanças e percalços que me fizeram chegaraté aqui.....14

1. A ESCOLHA DO PONTO DE PARTIDA: pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa.....19

1.1 O ITINERÁRIO DA PESQUISA: A etnografia como técnica de pesquisa 23

1.1.1 .AS TÉCNICAS DE PESQUISA COMO ITINERÁRIOS PARA A PRODUÇÃODOS DADOS 24

1.2 QUEM SÃO, ONDE VIVEM: O perfil dos sujeitos participantes da pesquisa.....29

1.3 O CAMINHAR PARA O CAMINHO... Etapas para produção dos dados econclusão da pesquisa.....31

1.4 HÁ LUGARES... O lócus da pesquisa 34

2. LIMITES E POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: O Letramento racial crítico a definição de um conceito.....36

2.1 DAS POSSIBILIDADES... O letramento racial crítico como possibilidade para a formação de professores para a efetivação de uma educação antirracista. 42

2.2 ENTRE PRETO E BRANCO: uma análise dos conceitos de branquitude e negritude 47

2.3 A LINGUAGEM É CRIAÇÃO E EXPRESSÃO: o papel da linguagem nas relações étnico-raciais 52

2.3.3 O papel da linguagem e das práticas discursivas na construção das identidadessociais de sujeitos brancos e negros.....54

3. NESSE CAMINHAR... DOS DADOS PRODUZIDOS PELAS ANDANÇAS NO DECORRER DA PESQUISA.....57

3.1 TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA DE CAMPO: A realização do estudo exploratório e teórico da observação participante.....58

3.1.1 O racismo expresso nas palavras: Episódios de racismo vivenciados por meio da observação participante.....60

3.2 ESSE CAMINHO SE CONSTRÓI COM VOZES... Entrevista realizada com os alunos 69

3.3 ESSE CAMINHO TAMBÉM SE FAZ COM INQUIETAÇÕES... Questionário aplicado às professoras. 73

3.4 ESSE CAMINHO SE FAZ TAMBÉM COM HISTÓRIAS VIVIDAS... Narrativas Autobiográficas das professoras participantes da pesquisa.....87

4. A (IN)CONCLUSÃO... É chegada a hora de pausar esse caminhar para que novas rotas e novas perspectivas sejam traçadas.....92

5. REFERÊNCIAS 95
APÊNDICE A: ROTEIRO DE NARRATIVA 101
APÊNDICE B: ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO 102
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS 105
ANEXO A: TCLE 107
ANEXO B: (TALE) 112

FOI POR MIM E PELOS MEUS: Andanças e percalços que me fizeram chegar até aqui

> "A escrita narrativa tem um efeito formador por si só. Isto porque coloca o ator num campo de reflexão [...] (SOUZA, 2006, p.60)".

Escrever a narrativa dos caminhos que percorri[1] até chegar ao mestrado é reviver todos os momentos e refletir sobre as experiências vivenciadas, que por vezes a ignorância intelectual não permitia enxergar a grandeza de tais vivências e os impactos dessas experiências, agora, positivos, que se escancaram em minhas escolhas vida- formação nos dias de hoje.

"O poder de narrar está estreitamente ligado à produção de nossas identidades sociais" (GRIGNON, 2013, p.198). Todo (a) pesquisador (a) carrega consigo histórias e vivências que o (a) leva a trilhar diferentes caminhos até chegar a um determinado objeto de pesquisa. Assim, pensar e/ou falar do meu objeto de estudo, hoje, é retomar as memórias do meu percurso formativo que se iniciou em um lugar bem distante, na zona rural do município de Palmas de Monte Alto-BA. Era classe multisseriada e o ano era 2003. A possibilidade de sair dali e ingressar/concluir um curso superior era quase inexistente. Apesar de naquele espaço não apresentar possibilidades concretas de um dia me formar e talvez chegar a uma faculdade, as impossibilidades ou, talvez, as poucas possibilidades não me impediram de sonhar. Eu sempre ousava sonhar!

Sou a filha mais nova de uma família de três filhos. Filha de pai lavrador e mãe lavradora/dona de casa. Não tinha incentivo direto para seguir uma carreira docente. Mas tinha vovô Nicolau: homem negro, católico atuante, líder da comunidade quilombola Vargem Alta, ativista, defensor do direito do seu povo, que mesmo sem o domínio da língua escrita e sem nunca ter ido a uma escola, dizia que queria muito ter uma neta "prefessora". E eu prometi a vovô que me tornaria professora, mesmo diante de uma realidade social tão desfavorável. Pois é a partir da resistência e da criticidade, que aos poucos vamos livrando das desigualdades sociais existentes, a exemplo, o acesso e permanência dos negros na universidade. E vovô sabia, desde sempre, a necessidade de resistir.

Ele sempre dizia: *O mundo é cruel pra nós dessa cor, mas não podemos abaixar a cabeça*. E assim fiz. Segui de cabeça erguida. Foi fácil? Não. Mas realizei.Ao mesmo tempo em que retomo, afasto, uma vez que preciso narrar e trazer nesses escritos o meu percurso de vida-

---

[1] Utilizo da primeira pessoa do singular por se tratar de um relato pessoal.

formação e a relação que este se faz com a minha chegada ao mestrado.

Nascer negra em um país racista como o nosso é se preparar desde muito cedo para os obstáculos e desafios que teremos ao longo da vida, e junto a essa preparação, faz-se necessário problematizar e refletir sobre a deslegitimação da nossa ancestralidade e as sequelas que o racismo brutalmente deixa em nós negros, além do apagamento e mistificação da nossa identidade racial. As discussões sobre racismo, preconceito e discriminação precisam ser ampliadas no contexto escolar, pois a educação é um caminho possível para ampliar a compreensão sobre os problemas sociais que perpassam na sociedade, nas escolas, currículos e nas relações cotidianas que fortalecem as práticas discriminatórias.

Nesse processo, apesar de tantas mudanças, eu sempre mantinha contato com a carreira docente, pois era eu quem ensinava as atividades e brincava de escolinha com meus primos mais novos, além de sempre me oferecer para ser a assistente da/dos professora/professores na sala de aula. E assim, o gosto por ensinar se teve de modo crescente e gradual ao longo de minha infância, permeando a adolescência e presente nos dias atuais. No último ano do ensino médio tem aquela cobrança de saber o que queremos "ser". Eu queria ser professora. Então, em 2014, prestei o vestibular da UNEB/*Campus XII*, e mesmo sem muitas expectativas, passei.

No percurso acadêmico, os estágios e vivências em programas, como residência pedagógica, fizeram-me despertar um olhar mais crítico para com a educação, de modo especial para as questões das identidades sociais/raciais. Nesses espaços também pude perceber como o racismo é visto como algo comum por grande parte dos professores e demais profissionais da educação. Diante dos vários episódios de racismo que presenciei, pude perceber que os professores ignoravam e, em muitas vezes, até sorriam dos apelidos e piadas racistas. E mesmo sentindo-me incomodada, não quis tecer nenhum comentário sobre tal fato, no entanto, aqueles episódios não saiam da minha cabeça e isso foi me fazendo refletir e buscar saber se tais práticas discursivas e o silenciamento dos educadores diante desses episódios reforçariam o racismo nesse espaço.

Em 2020, após a conclusão da graduação, me debrucei na escrita do projeto para a seleção do Mestrado. Propus como pesquisa analisar como se daria o processo de construção das identidades raciais de crianças negras e brancas, levando em consideração o meu percurso enquanto criança e mulher preta que sofreu e sofre diferentes tipos de discriminações, somado às vivências como monitora em uma creche no município de Guanambi-BA e demais projetos que participei quando estava cursando a faculdade. Trabalhar neste espaço me fez refletir sobre muitas situações: a começar por observar que as discriminações sofridas por ser negra

não eram uma vivência particular, que ficou no passado, mas ainda presentes na vida de muitas crianças negras que se sentem fora do padrão imposto pela sociedade.

E, assim, a partir dessas e tantas outras vivências, fui me constituindo enquanto docente e mulher negra que sente a necessidade de aprofundar nos estudos sobre preconceito racial, racismo e discriminação. Desse modo, propor um estudo sobre as identidades raciais é refletir sobre o privilégio que é dado ao sujeito branco e a negação de direitos aos sujeitos negros. Conforme isso, e a partir de conversas com colegas e professores/as da graduação que pesquisavam sobre o tema, fui tecendo conhecimentos e formulando possíveis caminhos para propor essa pesquisa, pois mesmo sendo um assunto que causava em mim muita inquietação, naquele momento, não tinha nenhuma base teórica que sustentasse essas minhas indagações.

Tendo conseguido passar na seleção do mestrado, logo de início fui provocada pela minha estimada orientadora a conhecer o letramento racial crítico (LRC) na perspectiva de Ferreira (2006; 2010; 2014; 2015). Segundo essa autora, "o ensinocrítico relaciona-se com a forma como se ensina em sala de aula, seus objetivos, seu papel na sociedade e a habilidade de agir reflexivamente" (FERREIRA, 2006, p.33). Tal concepção potencializou demais a elaboração desta pesquisa, uma vez que a autora supracitada enfatiza em seus escritos que não adianta apenas falar sobre as questões étnico-raciais, mas, que é preciso, assim, analisar de forma crítica tais conceitos. Ferreira ainda traz junto ao conceito do letramento racial crítico a linguística aplicada e os impactos da língua (gem) na manutenção do racismo e discriminações. Assim, recorremos ao linguista Mikhail Bakthin (BAKHTIN,1997; 2006) que aponta em seus escritos a língua como reprodutora das ideologias sociais que perpassa por toda arelação humana.

Desse modo, a língua(gem) define os comportamentos e as relações entre os diferentes grupos. E no âmbito das discussões étnico raciais, a linguagem foi racializada a fim de manter os previlégios da colonialidade para os sujeitos brancos. E esses signos seguem, infelizmente, até os dias atuais, e é preciso que, também por meio da linguagem, possamos descontruir o racismo.

Nestes aspectos, o presente estudo se firma em conceitos como: I - Letramento racial crítico, que busca por meio de estudos estabelecer uma possibilidade de debater criticamente sobre o racismo e práticas pedagógicas em sala de aula, podendo por meio dessas problematizações construir uma sociedade antirracista. II - Linguagem e racismo, tema fundamental para compreender como o racismo se estrutura em nossa sociedade e o papel da linguagem nas discussões das relações étnico-raciais. III - Branquitude e negritude, uma discussão que busca compreender o conceito desses termos e seus impactos na construção da

identidade dos diferentes sujeitos (brancos e pretos). IV - Currículo e formação de professores, onde propõe analisar as possibilidades para a efetivação de uma educação antirracista, por meio de um currículo plural e uma formação específica e efetiva para os professores trabalharem as questões étnico-raciais na escola.

Concomitante ao exposto acima, a pesquisa tem como título: **Representações sobre a linguagem e o letramento racial crítico na construção das identidades de sujeitos negros**. E como questão central, indaga-se: De que forma a linguagem, enquanto prática de ensino, interfere na construção das identidades dos sujeitos negros no Ensino Fundamental Anos Iniciais, em uma escola pública no município de Guanambi-BA?

Posta tal indagação e com o intuito de respondê-la, definiu-se como objetivo geral:

- Compreender de que forma as práticas discursivas em situação de ensino interferem na construção das identidades dos sujeitos negros.

E como objetivos específicos:

- Compreender como a linguagem e as práticas discursivas dos professores e alunos colaboram para a (re) produção e (des) construção do racismo no espaço escolar;
- Interpretar por meio do aporte teórico como o letramento racial crítico contribui para a desconstrução do racismo no espaço escolar;
- Mapear os episódios de racismo experienciados pelos/as professores/as através de suas narrativas.

Para o desdobramento dos objetivos expostos acima, fez-se o uso da etnografia, tendo como técnicas de produção dos dados a observação participante, com a finalidade de conhecer o espaço e os sujeitos da pesquisa, além de observar os possíveis episódios de racismo e/ou discriminação que, por ventura, ocorressem durante esse período. Utilizamos ainda a entrevista, que teve como intuito analisar o que os alunos entendem pelo tema racismo. O questionário, que teve como proposta avaliar o que as professoras compreendiam pelo termo letramento racial crítico, formação continuada para as relações étnico-raciais e as práticas de racismo e discriminação na sala de aula, e por fim, as narrativas, que buscaram mapear os episódios de racismo experienciados pelas professoras no contexto da sala de aula. Tendo produzidos os dados da pesquisa, fez-se a interpretação dos mesmos, com embasamento nos autores que discutem sobre os temas apresentados, de modo que pudessem responder à questão proposta nesta pesquisa.

Nesse intento, essa pesquisa objetiva instigar os/as professores/as a repensarem suas

práticas pedagógicas por meio do letramento racial crítico, pois, no que tange ao trato das questões étnico-raciais no âmbito escolar, para que esse debate não se limite a datas comemorativas, tampouco a discursos vazios e pontuais, é necessário que os/as professores/as sejam letrados racialmente , visto que, mesmo diante do aumento das pesquisas que buscam a efetivação de uma educação antirracista, na prática, esse "modelo" de educação não tem sido o mesmo, pelo contrário, é cada vez mais comum presenciar professores com dificuldades e até mesmo receio em tratar a temática. Diante de tais indagações, por meio dessa pesquisa, apresentam-se as possibilidades que o letramento racial crítico pode apresentar como contribuição para a reflexão e efetivação de uma educação antirracista.

Portanto, este estudo se organiza em 3 capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, expondo a motivação da pesquisa, o problema, os objetivos, a questão de pesquisa e a justificativa, e traz ainda a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo e produção de dados, além disso, descreve as etapas da realização de todo o processo, o que motivou a escolha dos colaboradores e da metodologia para a realização de todo este estudo e o lócus da pesquisa. No segundo capítulo, traz as discussões teóricas sobre as temáticas que fundamentam o estudo. Trata-se também de um capítulo que propõe apresentar estudos que alguns autores produziram sobre o tema ao longo do tempo e que contribuíram para pensarmos novas possibilidades sobre a temática. O terceiro e último capítulo propõe a apresentação dos dados da pesquisa produzidos por meio das técnicas de pesquisas utilizadas, e pontua os pontos desenvolvidos no decorrer da pesquisa após a produção dos dados e a interpretação dos mesmos, dialogando com os estudiosos da área e apontando as novas possibilidades criadas no decorrer dessa pesquisa. Ainda nesse capítulo, apresenta-se também, a conclusão desse estudo.

1. A ESCOLHA DO PONTO DE PARTIDA: pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa

O pesquisar é um caminho que nos põe em diferentes direções, são rotas que em muitos momentos nos levam a algo além daquilo que imaginamos. E essas diferentes direções exigem de quem trilha esse caminho, (o pesquisador), refletir sobre o tema e as motivações que o levaram a esse objeto, para, assim, estabelecer uma direção e chegar ao encontro do produto. Na educação, muitas são as direções, as rotas e trilhas que exigem do(a) educador(a)/pesquisador(a) reflexões, inovações, criticidades e novos fazeres pedagógicos.

No dia a dia escolar, tudo se faz novo o tempo todo, desse modo, ao propor uma pesquisa em educação, é importante que haja "[...] organização de ideias, de possibilidades, de conhecimento teórico e prático para a produção de um novo conhecimento" (PEREIRA, 2018, p. 20). A educação e a pesquisa exigem inovação e olhar atento. E para que isso ocorra, é preciso estudo, reflexão e rigor no pesquisar.

A ação de pesquisar exige compromisso e organização por parte do(a) pesquisador(a), para que através dos aportes teóricos e das vivências durante a pesquisa com diferentes culturas, produzam novos conhecimentos. No entanto, toda pesquisa exige criticidade para analisar e confrontar as teorias existentes, uma vez que seu objetivo é trazer à tona novas possibilidades para a área a ser pesquisada.

Nessa perspectiva, essa pesquisa propõe compreender de que forma as práticas discursivas em situações de ensino interferem na construção das identidades sociais das crianças negras nos Anos Iniciais, em uma escola pública no município de Guanambi-BA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca compreender como a linguagem e as práticas discursivas de professores e alunos colaboram para a (re)produção e (des)construção do racismo na escola e os impactos que essas ações causam na construção da identidade de crianças negras.

Logo, para a realização desta pesquisa utilizaremos da abordagem qualitativa, visto que a mesma tem como objetivo compreender as indagações propostas na questão de pesquisa e seus objetivos a partir das vivências dos sujeitos participantes. A partir dessas vivências far-se-á construção de novos saberes e ampliam as possibilidades de explorar a diversidade cultural existente desses sujeitos que vivem e constroem essas culturas. Desse modo, Minayo (2001) define a pesquisa qualitativa como aquela que:

> [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

> relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO 2001, p.14).

Diante disso, essa técnica de pesquisa busca compreender de maneira particular as questões que envolvem os sujeitos e o modo como os mesmos enxergam e interpretam as questões que lhes são postas a partir da sua cultura. E isso exige do(a) pesquisador(a) uma seriedade para analisar essas diferentes formas de pensar, para construir questionamentos e possibilidades novas em meio a essas diversidades culturais, sem perder de vista os objetivos centrais da pesquisa.

Segundo Flick (2009a), a pesquisa qualitativa "[...] parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão de estudo" (FLICK, 2009a. p.16). Nesse sentido, é necessário que o(a) pesquisador(a) explore o contexto que está inserido e o modo como os sujeitos pesquisados compreendem aquilo que foi proposto, e a partir daí passe a analisar esse contexto e selecionar o que irá contribuir para a produção de dados daquilo que se propõe. Para Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é como:

> "[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.)" (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

O uso desse modelo de pesquisa dá ao(a) pesquisador(a) a oportunidade de fazer um estudo com profundidade, pontuando as origens dos fenômenos e suas consequências, além de possibilitar um contato direto com os sujeitos e o campo a ser pesquisado/investigado. Nesse caso, o pesquisador examina determinadas questões com foco na ação dos sujeitos a serem pesquisados.

No âmbito educacional, as pesquisas qualitativas servem como estratégias para a compreensão dos fenômenos sociais de um determinado contexto, pois em sua maioria estão voltadas para as questões sociais e tem como base o fenômeno dentro do seu próprio conjunto, além de proporcionar a compreensão do modo de viver dos diferentes sujeitos.

Esse modelo de pesquisa capta a origem das relações e do ponto de vista de cada sujeito, de modo que a pesquisa vá além do que se vê e propicie uma visão ampla e compreensível de determinado problema, permitindo que o pesquisador faça a análise a partir de pontos de vista individuais de cada sujeito acerca de determinado problema, uma vez que

as pesquisas qualitativas entendem que o conhecimento se constrói por meio das interações dos sujeitos com o mundo e das singularidades dos mesmos (PEREIRA, 2018).

Ademais, o método de pesquisa qualitativo tende a seguir o modelo interpretativista, uma vez que, ao fazer uma pesquisa com seres humanos é necessário considerar as práticas sociais objetivando compreender o que levam esses sujeitos a agirem de determinada forma. Desse modo, "[...] os estudos interpretativos geralmente buscam entender o fenômeno através dos significados que as pessoas atribuem a ele" (JOSEMIM, 2011, p.10).

Nesse caso, a observação e a interpretação são pilares para que o(a) pesquisador(a) compreenda o que ocorre no dia a dia e a relação que essas práticas cotidianas têm com o que se propõe a pesquisar. Assim, o princípio educativo e científico das pesquisas qualitativas tem como intuito compreender acontecimentos, fatos e comportamentos que contribuem com as reflexões acerca dos problemas sociais que permeiam o ambiente educativo, por essas e outras questões que esse modelo de pesquisa tem se destacado e vem ganhando espaço. Gatti e André (2011) expõem quatro pontos importantes da pesquisa qualitativa em educação:

> i) Compreensão mais profunda dos processos de produção do fracasso escolar, um dos grandes problemas na educação brasileira, que passa a ser estudado sob diversos ângulos e com múltiplos enfoques; ii) Compreensão de questões educacionais vinculadas a preconceitos sociais e sociocognitivos de diversas naturezas; iii) Discussão sobre a diversidade e a equidade; e iv) Destaque para a importância dos ambientes escolares e comunitários (GATTI e ANDRÉ, 2011, p.34).

Importantes contribuições vêm sendo dadas às pesquisas educacionais com o uso do método qualitativo, o uso das pesquisas qualitativas na educação tem proporcionado grandes avanços educacionais e novas formas de pensar a educação no Brasil, reconfigurando a aprendizagem nas diferentes dimensões e evidenciando a importância de uma educação de qualidade para a construção de uma sociedade mais digna e humana.

Tal método reconfigura o modo de compreensão das aprendizagens nas esferas educacionais e não educacionais e proporciona uma democratização no processo de ensino no país por meio de uma pedagogia inovadora, democrática e interdisciplinar, tendo como principal objetivo a oferta de uma educação pública e de qualidade que contemple a todos e todas. No entanto, tal projeto requer compromisso de todos, por meio de uma educação crítica e reflexiva e com novos olhares que estimulem uma educação equânime. Diante dos apontamentos postos acima, Gatti e André (2011) reforçam que:

> A incorporação, entre os pesquisadores em Educação, de posturas investigativas mais flexíveis e com maior adequação para estudos de processos micro-sócio-psicológicos e culturais, permitindo iluminar aspectos e processos que permaneciam ocultados pelos estudos quantitativos. 2) A constatação de que, para compreender e interpretar grande parte das questões e problemas da área de Educação, é preciso recorrer a enfoques multi/inter/transdiciplinares e a tratamentos multidimensionais. 3) A retomada do foco sobre os atores em educação, ou seja, os pesquisadores procuram retratar o ponto de vista dos sujeitos, os personagens envolvidosnos processos educativos. 4) A consciência de que a subjetividade intervém no processo de pesquisa e que é preciso tomar medidas para controlá-la (GATTI e ANDRÉ 2011, p. 34).

É importante que o(a) pesquisador(a), ao realizar pesquisas no âmbito educacional, construa momentos interativos com os participantes da pesquisa, para que sua presença não seja algo constrangedor e não cause tantas mudanças na rotina. Todavia, é necessário que o mesmo saiba diferenciar os momentos de interação e os momentos de pesquisas, pois Bortoni-Ricardo (2008) pontua que as pesquisas qualitativas em ambientes educacionais possibilitam "desvelamento do que está dentro da "caixa preta" no dia a dia dos ambientes escolares, identificando processos que, por serem rotineiros, tornam-se "invisíveis" para os atores que dele participam" (BORTONI-RICARDO,2008, p.49).

Portanto, para que o(a) pesquisador(a) identifique esses processos é preciso rigor e seriedade na construção dos dados, uma vez que muitas questões passam despercebidas pelo fato de serem consideradas comuns para os que vivenciam dia a dia esse espaço, mas para o(a) pesquisador(a), isso deve ser analisado cientificamente.

Dar visibilidade a essas ações e práticas que se tornam comuns é proporcionar novos olhares sobre as mais diversas questões para os sujeitos participantes do processo educativo, tendo em vista os impactos que algumas ações dadas como rotineiras causam aos diferentes sujeitos.

> Se por um lado o envolvimento subjetivo põe em risco a objetividade do conhecimento produzido nas pesquisas qualitativas, por outro lado lhes confere unidade conceitual e metodológica quando o investigador consegue se distanciar o bastante de seu campo para ver com outros olhos aquilo que se "naturalizou" na sua experiência pessoal, bem como na experiência dos outros com os quais compartilha o seu campo de investigações (PIMENTEL, 2009, p.129).

Essa afirmação nos leva a compreender que os momentos vivenciados durante os caminhos percorridos para a construção da pesquisa nos provocam enquanto pesquisadores/as a revermos conceitos dados como únicos, e olharmos determinadas questões por outros ângulos, ao mesmo tempo em que analisa os sentidos atribuídos dos diferentes sujeitos sobre

o tema estudado e de tantas outras questões que surgem no trilhar da pesquisa. E a abordagem qualitativa, nesse sentido, nos proporciona essas vivências. No entanto, vale ressaltar que o(a) pesquisador(a) não pode perder de vista o objetivo principal da pesquisa.

Desse modo, a presente pesquisa adequa-se no campo metodológico etnográfico. A adoção desse campo se dá pelo fato de a pesquisa etnográfica ocorrer por meio de vivências, análise das diferentes culturas, valores e dos vínculos criados com os participantes da pesquisa, todavia é importante diferenciar os sujeitos da pesquisa do pesquisador, pois no momento da pesquisa os mesmos ocupam espaços distintos. "Quando se pratica a etnografia em educação antes mesmo da formalização dos procedimentos de pesquisa já estão configurados experiências e vínculos com o da investigação [...]" (PIMENTEL, 2009, p.133). O autor supracitado acrescenta que:

> Tal afirmação reivindica o vivido como processo de legitimação do pensadoe confirma as condições existenciais do pesquisador como dimensão fecunde transformação dos sentidos da objetividade e da disciplina, estas duas colocam autoridade e rigor como faces de um processo em que a pesquisa qualitativa do tipo etnográfico em educação é, antes de tudo, uma conjunção entre escolhas teóricas e escolhas de vida (PIMENTEL, 2009, p.133).

Diante do exposto, é importante salientar que o(a) pesquisador(a) deve ter uma postura investigativa e crítica por meio das vivências dos sujeitos e o tema de estudo, fazendo uma interpretação crítica e rompendo com a naturalização de alguns comportamentos dados como normais, nesse caso o(a) investigador(a) afasta-se da sua subjetividade e passa a construir problematizações com os indivíduos que participam da investigação.

A partir daí, "criam-se [...] as condições necessárias para a construção do rigor como condição de análise das experiências vividas na busca de aproximações entre o empírico e o teórico circunscritos no âmbito temático da investigação" (PIMENTEL, 2009, p.133).

1.1 O ITINERÁRIO DA PESQUISA: A etnografia como técnica de pesquisa

A utilização da etnografia nessa pesquisa tem por objetivo investigar através das vivências como se (re)produz o racismo no espaço escolar por meio dos discursos de professores e alunos, considerando que a escola é um espaço que se constitui pela diversidade, muitas ações são rotineiramente reproduzidas e observadas pelos diferentes sujeitos que praticam o racismo e pelos que são vítimas dele.

Desse modo, investigar como as práticas discursivas em situação de ensino interferem na construção das identidades raciais dos sujeitos negros, contribui para que esses, observem e reconheçam os impactos que apelidos, falas e piadas pejorativas causam a população, em

especial aos negros, que cotidianamente sofrem discriminações nesse espaço. Nessa perspectiva,

> Fazer etnografia significa viver a cultura a ser pesquisada no seu dia a dia: ouvir, ver e observar, sentir aromas, desenvolver o tato, o paladar, estabelecerrelações afetivas com os informantes, enfim, realizar uma viagem científica, na qual a vida do pesquisador não permanece imune ao que ele capta no campo. Ao contrário, quanto mais aberto para as experiências e vivências, mais ricos serão os seus dados e maior será o seu ganho em termos de bagagem pessoal (CAVEDON 2014, p. 65).

Por conseguinte, o procedimento etnográfico permite uma proximidade maior com os participantes da pesquisa, podendo estar participando das vivências diárias.
Todavia, é importante que durante o processo da pesquisa, o(a) pesquisador(a) não se limite apenas ao que vê. É preciso, nesse caso, fazer uma análise mais profunda, mantendo um olhar crítico do início da pesquisa até o momento da escolha de teóricos para o embasamento do texto.

Assim, nota-se a importância da etnografia como campo de pesquisa no espaço escolar para a formação de educadores(as) que buscam compreender as questões sociais e culturais no cotidiano escolar. Por meio dessas pesquisas, é possível dar vozes a diferentes culturas e, através das narrativas dos sujeitos participantes do processo, criar possibilidades interpretativas sobre essas diferentes culturas. "[...] a etnografia se coloca como um instrumento de interpretação e tradução de contextos capaz de articular as implicações entre objetividade e subjetividade presentes na observação e leitura sistemática dos processos sociais" (PIMENTEL, 2009, p.137). Logo, a etnografia nos possibilita conhecer as diferentes culturas e por meio delas construir novos conhecimentos que trarão contribuições significativas para pensar uma educação de qualidade e que levem os sujeitos a perceberem a importância do respeito à diversidade cultural existente.

1.1.1 AS TÉCNICAS DE PESQUISA COMO ITINERÁRIOS PARA A PRODUÇÃO DOS DADOS

Os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisas são indispensáveis quando se propõe a realização de um estudo, pois é por meio dessas técnicas que o(a) pesquisador(a) fará a produção dos dados e consequentemente a interpretação dos mesmos. No entanto, é necessário que o(a) pesquisador(a) defina essas técnicas específicas para o campo a ser pesquisado, considerando a especificidade de sua pesquisa.

Para obtenção dos dados para este estudo, utilizaremos da pesquisa de campo de

cunho etnográfico, uma vez que iremos a campo em busca das informações sobre o objeto a ser pesquisado. E como técnicas para a produção dos dados, faremos uso da entrevista semiestruturada. Escolher a entrevista como um dos instrumentos para a produção de dados de uma pesquisa é uma forma de compreender determinadas questões a partir das experiências e vivências dos indivíduos. Por meio da entrevista, o indivíduo apresenta suas habilidades e dá significados as diferentes questões por meioda linguagem verbalizada e não verbalizada.

Haguette (1997) define a entrevista como um "processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado" (HAGUETTE, 1997. p.86). A entrevista é um importante dispositivo para a realização de coleta de dados subjetivos que não conseguimos obter por meio de outras técnicas, pois esse dispositivo possibilita ao pesquisador e ao sujeito participante da pesquisa um contato mais direto, o que contribui para a aquisição de informações subjetivas dos sujeitos.

> A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 2001, p.57).

Nesse caso, a entrevista ocorre por meio de uma conversa entre o(a) pesquisador(a), indivíduo ou grupo, com um direcionamento definido e por meio dessa conversação o(a) pesquisador(a) obtém as informações sobre o tema que está pesquisando.

No entanto, ao considerar a diversidade dos modelos de entrevistas existentes, optou-se pela entrevista semiestruturada, por melhor atender a proposta da pesquisa. Essa técnica de pesquisa possibilita ao entrevistado a liberdade para expor suas vivências a partir de um direcionamento proposto pelo(a) entrevistador(a). Gerhardt e Silveira (2009) afirmam que com esse modelo de entrevista "[...] o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e, às vezes, até incentiva que o(a) entrevistado(a) fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal" (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.72).

> Isso possibilita a liberdade de expressão dos sujeitos e deixa evidente a importância da sua história na participação/construção da/na pesquisa. Além disso, abre espaços para adicionar perguntas que surgirem no momento da entrevista que trarão contribuições para

melhor aquisição dos dados.

Dessa forma, é necessário que o(a) pesquisador(a) tenha definido bem seus objetivos e finalidades da pesquisa, pois essa técnica, além de permitir um contato direto entre pesquisador-pesquisado, possibilita aos indivíduos dos diferentes grupos sociais a pluralização de suas vozes por meio do compartilhamento das diferentes crenças e vivências de determinados grupos.

Em todo caso, a entrevista possibilita que o(a) entrevistador(a) explore do entrevistado os aspectos subjetivos e objetivos de determinados temas. Além disso, é importante reforçar que o(a) pesquisador(a), ao realizar esse modelo de entrevista, tenha os objetivos e um planejamento adequado para a geração de dados seguros e seja receptivo para que o(a) entrevistado(a) se sinta à vontade para responder aos questionamentos. Assim, busca-se por meio da entrevista conhecer de forma subjetiva os valores, crenças, atitudes e pensamentos dos sujeitos participantes da pesquisa acerca da temática e ampliar a produção dos dados com questionamentos que instiguem o(a) participante a apresentar a sua percepção sobre o tema.

A segunda técnica utilizada para a produção dos dados foi a da observação participante, importante para a realização de pesquisas qualitativas, visto que está presente desde a elaboração do problema até a interpretação dos dados, vai além daquilo que se vê e ouve no momento da pesquisa. Esse método tem o papel de possibilitar ao(à) pesquisador(a) uma melhor análise dos fatos a serem interpretados. Segundo Marconi e Lakatos (2003) “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.190). Esse método possibilita ao(à) pesquisador(a) conhecer os fatos de forma direta, o que faz com que a subjetividade seja reduzida e o mesmo faça a análise de uma forma ampla.

No entanto, mesmo sabendo da importância desse método, vale destacar os pontos considerados negativos, visto que em muitos momentos da pesquisa as pessoas sentem-se constrangidas e mudam o comportamento pelo fato de estarem sendo observadas. Nesse caso, é importante que o(a) pesquisador(a) determine o que deseja observar, organize e apresente aos sujeitos participantes da pesquisa, afim de diminuir esse constrangimento.

Segundo Gil (2004), a observação “[...] é o procedimento fundamental na construção de hipóteses. O estabelecimento assistemático de relações entre os fatos no dia a dia é que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência. Alguns estudos valem-se exclusivamente de hipóteses desta origem” (GIL, 2004, p.35). Desta forma a “[...] técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o

investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo" (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 74), além de proporcionar vivências em meio às situações diárias que oportunizam inquietações do tema pesquisado.

Visto as variedades de modelos de observação, optamos por utilizar da observação participante. Nesse caso, Minayo define que (2001) "a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos" (MINAYO,2001, p.59). Essa técnica de observação permite que o(a) investigador(a) tenha participação direta com o grupo pesquisado, o que o torna um membro desse grupo.

No entanto, é preciso que o investigador mantenha a subjetividade daquilo que deseja pesquisar, visto que o objetivo dessa proximidade é "[...] ganhar a confiança do grupo, fazer os indivíduos compreenderem a importância da investigação sem ocultar o seu objetivo ou sua missão" (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.194). Após a imersão nesse grupo, o(a) pesquisador(a) observa o modo como esses sujeitos se posicionam sobre determinada temática em seu cotidiano e traz para a pesquisa essas inquietações. Busca-se, portanto, por meio dessa técnica de pesquisa, propor uma proximidade entre os sujeitos participantes da pesquisa e o(a) pesquisador(a). Além disso, o(a) pesquisador(a) conhece um pouco do dia a dia e por meio das ações dos mesmos buscam os dados que contribuirão com o estudo.

A terceira técnica utilizada foi a da narrativa. O uso da narrativa como técnica de pesquisa no campo educacional possibilita ao(à) pesquisador(a) conhecer histórias e vivências cotidianas dos diferentes sujeitos e compreender as vivências dos indivíduos sobre determinado tema por meio da sua experiência. *A posteriori,* o(a) pesquisador(a) interpreta essas narrativas e faz novas reflexões por meio delas. A narrativa sempre parte de algo particular do sujeito e acontece por meio das vivências pessoais e profissionais.

Nesse caso, utilizar a narrativa no âmbito educacional é uma possibilidade de valorizar a educação e as subjetividades dos sujeitos por meio dos diferentes saberes e experiências ao longo da vida. Essas reflexões contribuem para a discussão sobre as diferentes questões sociais e a construção de novos conhecimentos. Segundo CONNELLY e CLANDININ (1995):

La investigación narrativa se utiliza cada vez más en estudios sobre ala

> experiencia educativa. Tiene una larga historia intelectual tanto dentro como fuera de La educación. La razón principal para El uso de La narrativa em La investigación educativa es que los seres humanos somos organismos contadores de historias, organismos que, individual y socialmente vivimos vidas relatadas (CONNELLY; CLANDININ, 1995, p. 11).

Essa técnica de pesquisa põe os sujeitos como narrador- personagem- escritor de sua história que se constitui a partir das vivências cotidianas e, por meio delas, revelam suas angústias e inquietações de suas trajetórias de vida. As narrativas levam os sujeitos a voltarem para sua historicidade e refletir sobre a mesma. Desse modo, quando o(a) pesquisador(a) se abre para ouvir os diferentes sujeitos, compreendemos o modo como suas vidas se articulam no contexto social, cultural e político e a forma como esses diferentes contextos influenciam em sua vida-formação.

> Desse modo, a educação representa a construção e a reconstrução de histórias pessoais e sociais. Tanto os professores como os alunos são, ao mesmo tempo, contadores e personagens nas suas próprias histórias, e nas histórias dos outros (CONNELLY e CLANDININ, 1995 Apud Ribeiro e Baptista, 2015.p.19731).

Partindo desta premissa, a escolha pelo uso das narrativas nesse estudo busca-se por meio das vivências dos/as professores/as mapearem os episódios de racismo sofridos pelos/as alunos/as e também professores/as no espaço da escola. Pois,

> Nesse processo de autonarração, nossas memórias transformam-se em saberes docentes, em experiências que podem ser utilizadas para uma reflexão em busca de possibilidades de intervenção na nossa prática com nossas vivências, transformando-se em formação ou autoformação(PEREIRA, 2021, p.19).

No âmbito educacional, a narrativa contribui para a reconstrução dos sentidos e significados que professores/as e estudantes (re)produzem em suas práticas no contexto da sala de aula no momento em que narram sobre determinadas temáticas. Aqui, traremos as discussões acerca das questões étnico-raciais e os impactos dessas ações/temas na construção da identidade de crianças brancas e pretas.

A quarta técnica utilizada foi o questionário, é uma técnica de pesquisa eficiente que possibilita que o(a) pesquisador(a) obtenha informações precisas sobre o objeto de estudo. No entanto, é preciso que as questões postas neste questionário sejam objetivas e de fácil entendimento para, assim, garantir a qualidade e precisão dos dados coletados de acordo com os objetivos propostos. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a

técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc".

E, por fim, fizemos uso do diário de bordo como uma maneira de registrar as ações cotidianas que ocorreram no decorrer da pesquisa, podendo, por meio desses registros, conhecer diferentes culturas no decorrer do processo da busca de dados. Assim, define-se o diário de bordo como "um instrumento de anotações - um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão - para uso individual do(a) do investigador(a) no seu dia a dia, tendo ele o papel formal de educador(a), investigador(a) ou não" (FALKEMBACH, 1987, p.3).

O diário de campo foi utilizado como um recurso para tomar nota daquilo que foi visto, ouvido e observado no processo da pesquisa, se atentando sempre aos lugares, contextos, objetos e falas que pudessem contribuir com a pesquisa, além de registrar os acontecimentos no/do campo da pesquisa, incluindo a descrição das aulas, atividades, transcrição das falas e conversas que ocorrerem com os sujeitos no decorrer da pesquisa.

> O Diário de Campo pode ser organizado em três partes: uma com a descrição dos fatos concretos e fenômenos sociais; a segunda, com a interpretação do que foi observado. [...] Na terceira parte devem-se registrar as primeiras conclusões, dúvidas, imprevistos, desafios ao aprofundamento, tanto para o investigador como para os grupos populares, outros educadores, técnicos e instituições inseridas no processo. (FALKEMBACH, 1987, p.4).

Para cada uma dessas etapas é importante que o(a) pesquisador(a) mantenha o diário atualizado com registros permanentes, e sempre ao final do dia, faça reflexões acerca de tudo que foi registrado, pois tais registros facilitarão na interpretação dos dados posteriormente. Por meio dessa técnica de pesquisa, propôs-se registrar o dia a dia do espaço pesquisado e as ações dos sujeitos que ocupavam o espaço pesquisado, para no momento da interpretação dos dados não correr o risco de deixar passar informações importantes para a pesquisa.

1.2 QUEM SÃO, ONDE VIVEM: O perfil dos sujeitos participantes da pesquisa

Por meio de suas vivências, ideais e angústias, os sujeitos participantes dessa pesquisa criaram possibilidades para a elaboração de novos olhares sobre o estudo junto ao(à) pesquisador(a). Assim, os (as) convidados(as) que construíram junto conosco esse estudo foram as professoras que atuavam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente

aquelas que atuavam na turma do 3º Ano B, no turno vespertino, e todos os estudantes da turma supracitada. E, assim, de mãos dadas, fez-se a presente pesquisa e construímo-la da melhor forma possível.

A instituição de ensino escolhida para a realização da pesquisa oferecia atualmente 2 (duas) turmas que atendiam às crianças do 3º Ano do Ensino Fundamental, sendo uma turma no período matutino e uma turma no vespertino. Para a realização da pesquisa, escolhemos a turma do 3º Ano B, no período vespertino, com um quantitativo de (3)[2] professoras que ministram diferentes disciplinas.

Para dar início à produção de dados no campo da pesquisa, foi feita inicialmente uma visita à instituição para conversar com a Direção e professoras[3] da respectiva turma. Além disso, fizemos a apresentação da pesquisa e o modo como havíamos pensado em desenvolvê-la. *A posteriori*, deu-se início a observação na sala de aula; e para garantir o sigilo da identidade dessas docentes da pesquisa, foram enumeradas cada uma seguindo a sequência do número 1 (um) e 2 (dois), que seguem descritos na tabela abaixo, junto a alguns dados pessoais passados pelas professoras, por meio de um diálogo informal. O segundo quadro apresenta os dados das crianças que tiveram autorização das famílias, por meio do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) para participarem da pesquisa.

QUADRO 1- Perfil das professoras da escola "Carolina de Jesus".

Nome	Autodeclaram	Idade	Formação acadêmica	Regime de trabalho
PROFª 1	Branca	32 anos	Pedagoga, Pós-graduada em Docência do Ensino Superior, mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade.	Efetiva
PROFª 2	Branca	36 anos	Pedagoga	Contrato

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2022.

[2] Vale ressaltar que apenas duas das três professoras da turma seguiram participando de toda a pesquisa. Uma delas foi remanejada para outra instituição de ensino após passar por um processo seletivo que ocorreu no munícipio e decidiu não seguir participando da pesquisa.

[3] Utilizamos "professoras" no feminino, porque constatamos que todas as docentes da turma são mulheres.

No quadro abaixo, apresenta-se o perfil das crianças participantes da pesquisa, diferenciando-as por nome fictício, a cor que elas se autodeclararam e suas respectivas idades.

QUADRO 2 – Perfil dos alunos.

Nome fictício	Autodeclaração	Idade
Moama[4]	Cor de pele	9 anos
O Pequeno Príncipe Preto[5]	Escuro	9 anos
Bino[6]	Não quis se declarar	9 anos
Candelário[7]	Galega	8 anos
Betina[8]	Negra	9 anos
Bia[9]	Café	8 anos

Quadro elaborado pelas pesquisadoras 2022.

A escolha dos nomes para representarem as crianças, a fim de preservarem suas identidades, foram nomes de personagens infantis negros (as), escolhidos pela pesquisadora. A escolha por esses (as) personagens tem uma importância significativa no trato das questões étnico-raciais, visto que por muito tempo os personagens das histórias infantis, em sua maioria, eram representados por personagens brancos. Tais representações certamente reforçaram e reforçam o branco como sendo o único ser humano belo. Assim, optamos por escolher os personagens negros para dar uma maior visibilidade e por atender aos objetivos da pesquisa.

1.3 O CAMINHAR PARA O CAMINHO... Etapas para produção dos dados

[4] Uma jovem negra, filha do chefe de uma tribo na Oceania. Ela sai em busca de um semideus lendário e espera salvar seu povo.

[5] O pequeno príncipe preto vive em um planeta pequeno onde sua única companheira é a árvore boabá. O garoto viaja por diferentes planetas espalhando lições de amor, empatia, e a importância de as pessoas valorizarem quem são e de onde vieram.

[6] Bino é um garoto que tem uma irmã gêmea com o nome de Fino. Eles vivem na África e a cada dia descobrem aspectos sobre o mundo e a história do seu continente.

[7] Guilhermina e Candelário é um desenho animado que mostra o cotidiano cheio de aventura de dois irmãos afrodescendentes que levam uma vida simples, mas feliz, numa praia colombiana.

[8] Betina é um conto infantil que tem como protagonista uma menina negra que mora com a família, porém, na história, a avó tem papel principal. O narrador apresenta a rotina de Betina, suas brincadeiras com as amigas e as tranças que sua avó faz em seus cabelos. Essas tranças carregavam traços históricos da família de Betina passada de geração a geração. E com Betina não foi diferente, a sua avó ensinou-a a fazer as tranças e quando adulta, abriu um salão de beleza e ficou conhecida em vários lugares do país.

[9] Bia na África, o livro conta a história de uma menina negra que viajava com sua mãe, uma famosa diplomata, por diferentes partes do mundo. Em uma dessas viagens, Bia conheceu a África e desmistificou a visão estereotipada de um lugar de pobreza e miséria. Lá, Bia conheceu a cultura e as belezas do continente.

econclusão da pesquisa

Para efetivarmos a produção dos dados por meio da abordagem metodológica descrita acima e responder à questão proposta nessa pesquisa, optamos por dividir esse percurso em etapas:

I Etapa: levantamento das pesquisas que abordam sobre o tema e os autores que fundamentam esses estudos; escolha da escola e dos participantes da pesquisa;

II Etapa: escolha e aplicação das técnicas de pesquisa para produção dos dados;

III Etapa: realização da observação das aulas e registro no diário de campo dos fatos observados;

IV Etapa: realização da entrevista gravada com os alunos e transcrição;

V Etapa: aplicação do questionário e narrativa às professoras participantes da pesquisa;

VI Etapa: escrita e interpretação dos dados produzidos e escrita final do texto.

Na primeira etapa da pesquisa foi feito o levantamento dos teóricos que discutem sobre o letramento racial crítico e as possibilidades que esse conceito enquanto competência pedagógica contribui para a desconstrução do racismo no espaço escolar; além disso, estabelecemos diálogo com autores que discutem sobre a linguagem, racismo e a construção da identidade, todos esses conceitos atrelados às questões étnico- raciais. De antemão, o diálogo estabelecido entre os autores, por meio de leitura de livros, artigos, teses e outras pesquisas nos permitiu observar a necessidade de debater mais criticamente sobre as questões raciais no âmbito escolar, pois mesmo diante do aumento das pesquisas sobre o tema, a aprovação da lei nº 10.639/2003 e tantas outras discussões, na prática, dentro da sala de aula, são notórias as dificuldades dos educadores para a efetivação de uma educação antirracista. No entanto, esselevantamento teórico contribuiu de forma significativa para embasar a escrita e fazer novas reflexões sobre o tema pesquisado.

Ainda nessa etapa, foi realizada a visita no lócus escolhido para a realização do estudo e a escolha dos participantes da pesquisa. A escola escolhida está localizada na sede do município de Guanambi-BA, os convidados para fazerem parte da pesquisa foram as professoras da turma do terceiro ano vespertino e os respectivos alunos/as dessa turma. A escolha por essa turma se deu pelo fato de as crianças estarem em uma etapa de mudanças e afirmação de identidade, e acreditamos ser um período importante para trazer à tona um

diálogo tão necessário, que é o racismo.

Na segunda etapa foi realizada a escolha das técnicas de pesquisas a serem utilizadas para a produção dos dados. Essa etapa apresenta-se com uma grande importância, visto que, segundo Lakatos e Marconi (2001) as técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados à parte prática da coleta dos dados. Por meio dessas técnicas é possível solucionar problemas e/ou responder incógnitas que se propõem por meio dos objetivos propostos na pesquisa.

A terceira etapa da pesquisa consistiu-se na realização da observação participante e o registro no diário de campo dos aspectos observados durante as aulas. Esse processo possibilitou a observância dos episódios de racismo ou práticas discriminatórias que viessem a ocorrer na sala de aula, dentre outras questões que pudessem vir a contribuir com o estudo. O diário de campo foi utilizado para o registro desses momentos, e *a posteriori* para a interpretação dos dados produzidos durante as aulas.

Na quarta etapa do estudo realizamos a entrevista com os alunos; essa etapa possibilitou conhecermos um pouco mais sobre as crianças participantes do estudo e como o racismo atravessa suas vivências no dia a dia da sala de aula. Nessa etapa, as crianças se autodeclaravam, apontavam suas impressões sobre a cor de sua pele e falavam (caso se sentissem à vontade) sobre seus conhecimentos acerca do racismo, práticas discriminatórias e demais questões que estão descritas no roteiro da entrevista no (APÊNDICE B).

Na quinta etapa, fez-se a aplicação do questionário e das narrativas às professoras; a aplicação dessas técnicas ocorreu de forma separada. Primeiro fizemos a aplicação do questionário, e por meio dessa técnica possibilitamos que as professoras pudessem responder aos questionamentos no seu próprio tempo; essa técnica “permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente” (GIL, 2008,p. 122). Nesse caso, considerando as demandas pessoais e do trabalho das professoras, optamos por fazer uso dela.

No que tange a aplicação das narrativas, após a devolução do questionário, fez-se o envio da questão que norteava a escrita da narrativa. Na questão da narrativa solicitamos que as mesmas descrevessem sobre suas trajetórias de vida-formação e as experiências (caso haja) a respeito do racismo e/ou discriminação na sala de aula. A utilização de narrativas nas pesquisas possibilita, segundo CLANDININ (2015) uma representação ampla das

experiências dos sujeitos participantes do estudo sobre a temática apresentada. A escrita das narrativas das professoras participantes desse estudo, além de possibilitar informações acerca de suas trajetórias de vida, de formação e de docência, apresentou os episódios de racismo experienciados por elas durante a sua trajetória docente e as possíveis alternativas para combatê-lo.

1.4 HÁ LUGARES... O lócus da pesquisa

O município de Guanambi-Bahia localiza-se na região sudoeste da Bahia, especificamente no território de Identidade Sertão Produtivo. Até a década de 1970, a cidade tinha como principal atividade econômica a agropecuária, porém nas décadas de 1970 e 1980, a indústria algodoeira impulsionou a economia. Tem área territorial com cerca de 1.297 Km², é a terceira maior cidade da região do sudoeste baiano, sendo o 21º mais populoso da Bahia, e fica à 796 km de distância da capital, Salvador, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 1- Localização do município de Guanambi no estado da Bahia

Fonte: Wikipédia[10]

A população do município de Guanambi, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 84.928 habitantes em 2020. No âmbito Educacional, o município possui 35 unidades escolares que vão da Educação Infantil (Creche e Pré-escola) ao

[10] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guanambi

nível Fundamental e Médio. Além disso, possui diversas instituições de Ensino Superior, sendo divididas em unidades públicas federais, estaduais e ainda as unidades particulares.

A instituição escolhida para a realização desta pesquisa foi a escola denominada Carolina de Jesus[11], localizada na cidade de Guanambi-Bahia. Tal escolha pelo pseudônimo se dá pelo sigilo recomendado para a realização da pesquisa. A unidade escolar atende crianças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais, além de atender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertando ensino nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escolha dessa instituição para a realização dessa pesquisa se deu pelo fato de a pesquisadora ter participado como monitora do programa Residência Pedagógica, ofertado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – CAMPUS XII, e por meio das vivências, despertou o interesse em realizar a pesquisa do mestrado.

A escola possui um corpo gestor composto por uma Diretora, duas Vice- diretoras e uma Coordenadora Pedagógica. O quadro docente da instituição é composto por vinte e oito (28) profissionais; desse quantitativo, vinte e quatro (24) são efetivos e quatro (4) contratos temporários. Todos os professores possuem Licenciatura. Para auxiliar na limpeza e serviços gerais, a escola conta com trinta e um (31) funcionários, dentre eles secretários/as, monitores, assistentes de alunos, merendeiras, zeladores e porteiros.

No que tange à infraestrutura da escola, a instituição possui nove (9) salas de aula, uma (1) sala de professores, uma (1) sala de direção, cinco (5) banheiros, uma (1) biblioteca, um (1) laboratório de química, um (1) pátio externo e uma (1) quadra poliesportiva.

É uma escola que fica situada em um bairro considerado periférico e a maioria das famílias dos alunos possui baixa renda, segundo informações dadas pelas professoras durante uma conversa informal. A escola, no ano de 2022, atendia um público de 637 alunos,

---

[11] A escolha por esse pseudônimo, seu deu apartir da história dessa mulher preta que foi uma das primeiras escritoras do Brasil mais relevante. Catadora de papelão, filha de pais analfabetos, aos sete anos, Carolina Maria de Jesus foi para a escola e aprendeu a ler e a escrever. Já adulta, mudou-se para a favela de Canindé, zona norte Paulista. Nas horas vagas, escrevia seu cotidiano nos cadernos que era encontrado por ela quando catava papelão. Um desses diários deu origem ao livro “Quarto de despejo” publicado em 1960, à obra foi vendida em 40 países e traduzida para 16 idiomas.

subdivididos em turmas de 4º e 5º períodos (Pré-escola) e do 1º ao 9º ano, além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno. Os alunos que frequentam a escola, em sua maioria, são moradores dos bairros adjacentes.

2. LIMITES E POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICO: O Letramento racial crítico a definição de um conceito

A diversidade de práticas linguísticas que circundam os multiletramentos possibilita a problematização das questões sociais e culturais, ressignificando os discursos sobre raça, racismo e os impactos desses discursos na construção da identidade social dos diferentes sujeitos. Nessa perspectiva, a formação para os multiletramentos tem ganhado destaque nas discussões acerca dos problemas sociais, uma vez que, por meio dos letramentos nos diferentes contextos interativos, pode-se proporcionar uma educação plural, crítica e antirracista.

O letramento racial crítico surge como uma possibilidade para efetivar essa educação antirracista e plural tão almejada. Assim sendo, vale salientar que a concepção de letramento aqui apresentada não está ligada apenas à aquisição do domínio da leitura e da escrita; a perspectiva de letramento abordada se dá pela possibilidade de agir criticamente sobre determinadas questões que ocorrem cotidianamente. Aqui, atentamos especificamente para as questões raciais. Desse modo, utiliza-se da definição de Freire (1976) para exemplificar a concepção de letramento que propõe apresentar nesse estudo.

De acordo com o autor:

> [...] o papel do letramento ou de libertação do homem ou de sua "domesticação", dependendo do contexto ideológico em que ocorre, na qual sua natureza é de caráter inerentemente político, onde seu principal objetivo deveria ser o de promover a mudança social (FREIRE, 1976, p. 15).

O letramento não deve estar ligado apenas à escolarização individual do sujeito, uma vez que, "a postura apresentada pelo indivíduo letrado remete à uma atitude crítica que pode ser desenvolvida ou adquirida por meio da escolaridade, ou não" (ALVES, 2018, p.69). Assim, a educação na perspectiva do letramento exige uma criticidade por parte dos discentes sobre os problemas sociais que ocorrem diariamente. No entanto, nota-se que a escola ainda não compreende a educação na perspectiva do letramento como uma possibilidade para desestabilizar as desigualdades sociais e os discursos normativos existentes na sociedade, e isso faz com que as discussões sobre determinados temas sejam tratadas de formas

pejorativas. E no que tange ao trato das questões raciais, isso ainda é mais evidente, tendo em vista a falta de preparo por parte dos docentes para trabalhar com a temática.

Frequentemente, as demandas sociais têm exigido uma educação crítica para a cidadania, e isso não tem sido diferente no trato das questões étnico-raciais no espaço escolar e na sociedade em geral, pois ao abordarmos as questões raciais referentes à raça e etnia no ambiente escolar, nota-se uma grande lacuna a ser preenchida, uma vez que as discussões são fragmentadas e limitadas a datas comemorativas. Assim, Alves (2018) aponta que o:

> Letramento Racial Crítico no ambiente escolar supõe um instrumento potente para o professor letrado que instiga problematizações através das discussões nas práticas pedagógicas abarcando a diversidade e o respeito para através do pensamento crítico e reflexivo desafiar aos alunos a buscarem uma ação crítica e transformadora na perspectiva racial (ALVES, 2018, p. 70).

Para que ocorra a efetivação de uma educação para a diversidade é preciso reconhecer o espaço da escola como um lugar profícuo para incentivar as discussões acerca das questões étnico-raciais, levando em consideração a diversidade de público que essa instituição atende. Assim, as reflexões críticas por meio do letramento racial crítico podem contribuir para um olhar criterioso no que diz respeito ao racismo e a naturalização das práticas racistas que ocorrem por parte de discentes, docentes e demais autores da educação.

O racismo se conceitua historicamente, e é necessário que ocorra a desconstrução na forma de pensar e agir que tornam as práticas racistas como algo natural. Ferreira traz em seus escritos o conceito de letramento racial crítico, como uma possibilidade que fundamenta a discussão sobre o racismo. Assim, a autora supracitada (2006; 2014) define o letramento racial crítico como uma possibilidade para analisar criticamente as questões raciais na sociedade e o modo como essas ações impactam na vida dos diferentes sujeitos. Com isso, a mesma autora pontua a necessidade em problematizar o racismo e as discriminações raciais que ocorrem diariamente na sociedade, visto os impactos que tais ações causam aos diferentes sujeitos. Além disso, incentiva o respeito mútuo para a efetivação de uma educação antirracista e igualitária.

Sendo a escola um espaço que se constitui por meio da diversidade dos sujeitos, exige dos docentes em suas práticas pedagógicas um olhar crítico e reflexivo sobre as questões raciais que contribuirá para a compreensão e problematização dos comportamentos racistas que ocorrem no dia a dia da escola, uma vez que há uma diversificação nas

práticas/ações racistas e discriminatórias. Assim, a autora apresenta a possibilidade dada pelo letramento racial crítico no enfrentamento do racismo e destaca que:

> Para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos de mobilizar todas as identidades, ou seja, a identidade racial branca e a identidade racial negra para refletir sobre raça, racismo e possíveis formas de *Letramento Racial Crítico* e fazer um trabalho crítico no contexto escolar em todas as disciplinasdo currículo escolar. Também é necessário trazer estas discussões para a área de línguas, pois a área da linguagem também é responsável por educar cidadãos que sejam críticos e reflexivos sobre como o racismo está estruturado na sociedade (FERREIRA, 2014, p. 36).

As colocações citadas por Ferreira (2014) evidenciam a importância de agir criticamente no trato das questões raciais, sobretudo sobre as práticas racistas e discriminatórias que ocorrem cotidianamente. Além disso, aponta para a necessidade de os professores terem uma formação crítica em relação às questões raciais e às práticas racistas que ocorrem no ambiente escolar. Assim, o letramento racial crítico se tem como um campo de saber interdisciplinar sobre as questões raciais, para problematizarmos as práticas racistas que apontamos.

Para a efetivação de uma educação antirracista, é preciso que os educadores conheçam o modo como o racismo está estruturado na sociedade e a sua relação com os aspectos sociais, culturais e políticos. Tendo os docentes esse olhar crítico, é possível que, por meio dele, os educandos passem a ter um posicionamento crítico acerca das questões de raça e racismo, o que é de suma importância para essa formação crítica, pois, “o Letramento Crítico se baseia na justiça e na luta contra as desigualdades existentes, pois objetiva transformar o contexto social ao possibilitar a inclusão social de grupos marginalizados” (ALVES, 2018, p.70). Por meio dessa formação crítica, os educandos passam a agir criticamente, fazendo uma leitura ampla dos problemas sociais existentes.

É impossível falar sobre o racismo e não trazer à tona a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas,o que é considerado um grande avanço na luta antirracista no nosso país. Contudo, mesmo após sua implementação, é notório a dificuldade que muitos educadores sentem em trabalhar de forma efetiva essa temática, tratando apenas como um tema transversal e comemorativo, o que por vezes reforça ainda mais o racismo já existente nesses espaços. Tal fato nos convida a pensar sobre a necessidade de uma formação crítica que capacite esses profissionais para esta empreitada. E o Letramento Racial Crítico nos convoca para essa tarefa, visto que o

“Letramento Racial tem uma compreensão poderosa e complexa da forma como a raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais dos indivíduos e dos grupos” (SKERRETT 2011, p. 314).

No âmbito educacional, esse conceito, segundo Alves (2018), surge enquanto competência pedagógica, como uma nova perspectiva para trabalhar as questões raciais na escola com o intuito de descontruir paradigmas existentes e propor uma educação antirracista. Todavia, para que essa educação antirracista seja efetivada é necessário que os educadores sejam letrados racialmente. Pois nem sempre esse tema ganha tanto destaque nas discussões em sala de aula, como reitera Ferreira (2010):

> [...] as pessoas preferem adotar uma estratégia de não encarar o problema, ou seja, de não interagir ou falar sobre o assunto. A estratégia de não encarar a questão tem outros desdobramentos, pois parece que os professores deixam de compreender como a ideia de racismo é construída e quem se beneficia com o racismo. (FERREIRA, 2010, p. 09).

Desse modo, o letramento racial crítico surge como uma possibilidade de problematizar o racismo, podendo por meio dessas discussões diminuir os impactos da discriminação racial no espaço escolar, fazendo com que alunos de diferentes etnias reconheçam sua identidade e respeite a do outro, desse modo “o letramento crítico pode contribuir para diminuir a exclusão” (SOUTA; ROSA, 2017. p.5).

Vale ainda salientar que por muito tempo vivemos em uma sociedade que acreditava existir o mito da democracia racial, crendo que não havia racismo no Brasil. O que, por sua vez, tem dificultado o processo em analisar de maneira crítica o racismo e os preconceitos que aparecem nos diversos espaços. Dessa forma, (Souta e Rosa,2017) afirmam que “se não tivermos o letramento para perder isso podemos reforçar ainda mais o preconceito” (SOUTA; ROSA, 2017.p.3).

De igual modo, é importante que os educadores se posicionem criticamente e invistam em formações que possibilitem um ensino crítico e reflexivo na sala de aula, desenvolvendo a consciência crítica dos alunos, como aponta Ferreira (2006), sobre a necessidade de que “professores e alunos se envolvam em discussões relacionadas a assuntos que reflitam suas experiências de vida, por exemplo, entender a relação social entre escola, raça e etnia” (FERREIRA, 2006, p. 37). Visto os impactos causados pelo racismo na vida da população preta é preciso que os debates sejam itensificados de forma interdisciplinar nos currículos escolares, fazendo com que toda a comunidade escolar se engaje na luta antirracista.

Assim, “o ensino crítico relaciona-se com a forma como se ensina em sala de aula, seus objetivos, seu papel na sociedade e a habilidade de agir reflexivamente” (FERREIRA, 2006, p. 33). Desse modo, educadores críticos podem transformar o espaço escolar em um lugar de respeito mútuo, fazendo com que os indivíduos reconheçam sua identidade e respeite a do outro. Para tanto, Ferreira (2015) destaca a importância das discussões acerca dos conceitos de raça e racismo, mediante aos impactos desses conceitos na vida dos sujeitos. A autora pontua que:

> Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais. (FERREIRA, 2015, p. 138)

Partindo dessa afirmação feita por Ferreira (2015), é importante ampliar a discussão sobre o conceito de raça, considerando que esse conceito sempre foi apresentado para a sociedade com o intuito de classificar e garantir privilégios. Desse modo, faz-se necessário analisar como esse conceito interfere na construção das identidades raciais de crianças, considerando que no espaço da escola, cotidianamente, observamos atitudes racistas por parte das crianças, nas práticas discursivas de professores e demais membros da equipe escolar.

Sendo assim, o “ensino do letramento racial crítico aborda um conjunto de ferramentas pedagógicas para a prática do letramento racial crítico no ambiente escolar com crianças, seus pares, colegas e assim por diante […] (MOSLEY, 2010, p. 452)”. Percebe-se que tais discussões contribuem para as pequenas mudanças que vêm ocorrendo nos espaços educacionais, a saber, as ações afirmativas, as cotas raciais nas universidades e problematizações sobre os materiais didáticos, em especial, os livros. No entanto, mesmo diante de tais avanços, é preciso que haja uma maior fiscalização na efetivação dessas políticas públicas que buscam reparar as desigualdades existentes entre negros e brancos, no acesso a universidade, concursos públicos, por exemplo; pois em muitos casos, essas ações são usadas por pessoas que acreditam existir o mito da democracia racial, alegando que todos no Brasil têm “sangue negro”, no entanto, o impacto do racismo chega a quem tem a cor da pele preta e traços que socialmente são vistos como anormais e fora do padrão de beleza branco.

O letramento racial crítico nos ajuda a descontruir o pensar e o agir racista, visto que o

racismo é algo aprendido cotidianamente, seja verbalmente, seja por meio de atitudes e ações que evidenciam o racismo estrutural com que a nossa sociedade é constituída. Então, letrar-se racialmente é compreender a branquitude como um agravante para o racismo, uma vez que essa condição garante as pessoas brancas privilégios e tiram delas a responsabilidade de debater sobre o racismo. Outro ponto importante que o letramento racial crítico nos possibilita refletir, é ter a consciência de que o racismo não ficou no passado, ele se faz presente no nosso dia a dia e continua causando sérios problemas e prejuízos para a população preta do país. Nessa perspectiva, propõe-se por meio do letramento racial crítico problematizar os discursos étnicos normativos existentes na sociedade que perpassam nas relações no contexto escolar e os impactos desses discursos na construção da identidade dos diferentes sujeitos.

2.1 DAS POSSIBILIDADES... O letramento racial crítico como possibilidade para a formação de professores para a efetivação de uma educação antirracista.

Um dos caminhos possíveis para a efetivação de uma educação antirracista está na efetivação de cursos de formação dos professores com discussões que apontem a importância dos estudos das relações étnico-raciais na escola, numa perspectiva antirracista. Para tanto, é necessário que o currículo seja repensado, considerando que o mesmo foi construído a partir de uma visão eurocêntrica. Além disso, "o currículo está implicado em relações de poder. O currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares"(MOREIRA; SILVA, 1995, p.8). Desse modo, o currículo deve ser repensando em uma perspectiva multiétnica, a fim de atender a diversidade constituinte do país.

Sabemos que a educação não se limita à escolarização, tão pouco ao espaço escolar, todavia, por meio da educação, os sujeitos são atravessados por diferentes culturas, o que contribui para as discussões sobre o respeito à diversidade. Sendo a escola um espaço que atende uma diversidade de etnias, é importante que as práticas pedagógicas sejam pautadas em valores que reconheçam o negro enquanto sujeito histórico e produtor de cultura. Todavia, essa criticidade no trato da temática requer uma formação docente que aponte e discuta sobre as desigualdades raciais presentes em nossa sociedade.

Descolonizar o currículo é um desafio para a escola e docentes, visto que o racismo no Brasil é estruturado e tem suas bases construídas também no currículo e práticas pedagógicas. Assim, é preciso que a escola reconheça seu papel formativo e repense o projeto político pedagógico (PPP), de modo que a escola e a comunidade reflitam também sobre as relações étnico-raciais nesse espaço e os impactos na vida dos sujeitos. Segundo Hooks:

> Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores em todos os níveis, do fundamental à universidade, temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar. (HOOKS, 2017, p. 51)

Para que o racismo seja combatido em sala de aula é preciso, antes de qualquer coisa, que ele seja reconhecido, e que o mito da democracia racial tenha sua ideia descontruída, visto que o racismo é uma prática consolidada no país. Além disso, é necessário que toda a estrutura escolar seja modificada, uma vez que o silenciamento que ocorre hoje nas escolas

no trato das questões raciais contribui para a manutenção do racismo. Nessa perspectiva, Munanga (1999) salienta que:

> Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (MUNANGA, 1999, p.14).

Por meio da educação, os docentes e discentes têm a possibilidade de questionar e desconstruir a ideia de superioridade que existe entre um grupo e outro, visto que essas práticas discriminatórias que ocorrem no espaço escolar causam sérios danos à aprendizagem dos alunos negros, que em muitos casos desistem da educação, por não se encontrarem naquele espaço. Para tanto, Ligeiro e Brito (2021) pontuam que,

> Essa desconstrução implica na transformação das instituições, da estrutura social como também das mentalidades dos docentes, que enquanto educadores poderão contribuir para uma ruptura no processo de negação da pluralidade cultural da sociedade brasileira" (LIGEIRO e BRITO, 2021, p. 14).

É preciso que ocorra uma reformulação nos cursos de licenciatura, práticas pedagógicas, formação de professores e no currículo, desde a Educação Infantil, no que se refere às questões raciais na escola, a fim de desconstruir o saber imposto de forma pejorativa pela colonialidade sobre a cultura negra, tendo como objetivo a efetivação de uma educação antirracista. Dentro disso, ressalta-se que:

> Mais do que criar novos métodos e técnicas para se trabalhar com as diferenças, é preciso, antes, que os educadores e as educadoras reconheçam a diferença enquanto tal, compreendam-na à luz da história e das relações sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, respeitem-na e proponham estratégias e políticas de ações afirmativas que se coloquem radicalmente contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES; SILVA, 2006, p. 19)

A questão racial requer que o sistema de ensino seja reformulado por meio dos currículos e práticas pedagógicas. Só assim teremos uma educação que contempla a diversidade existente em nossa sociedade. No entanto, vale ressaltar a necessidade de que os cursos de licenciatura proponham discussões aprofundadas que contribuam para a formação de professores, com conhecimentos fundamentados em práticas antirracistas para o enfrentamento do racismo e práticas discriminatórias que ocorrem em nossa sociedade.

O currículo é uma ferramenta indispensável quando propomos discussões que têm a educação como possibilidade de mudanças, aqui tratamos das questões étnico- raciais, especificamente, nesse caso, sendo "o currículo (...) um campo em que se tenta impor, tanto a definição particular da cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura. O currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados" (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 28). Assim, o currículo tem o papel de produzir culturas, de criar e recriar diferentes visões acerca de determinados temas. Ao mesmo tempo em que por meio dele podemos diminuir as desigualdades, pode-se também ser uma ponte para aumentar essas desigualdades sociais, considerando os "[...]inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certo grupos sociais". (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 28).

No entanto, o currículo na escola ainda aparece em sua maioria como algo pronto e acabado, servindo apenas para direcionar o trabalho do professor. Todavia, sendo o currículo um espaço de poder, onde criam e recriam significados, é necessário que nós, educadores, tenhamos um olhar crítico e reflexivo continuamente sobre essa ferramenta, para que por meio dele, (in) conscientemente não reproduzamos ou reforcemos o racismo, visto que os currículos, em sua maioria, estão ligados aos grupos com maior poder na sociedade. Desse modo,

> O currículo é um artefato socioeducacional que seleciona/regula os conhecimentos que devem ser compartilhados (currículo explícito) mas essas escolhas, perpassando por conexões de saber, poder e identidade, extrapolam os limites dos conteúdos e atividades curriculares e interferem na configuração da sociedade; é portanto, algo que tem reflexos para além dos limites do espaço escolar (SILVA DE OLIVEIRA, 2012, pág. 111).

Assim, os grupos dominantes determinam o conhecimento que deve ser discutido, o que acaba privilegiando um modelo ideal de cultura e ser humano e acaba por naturalizar as relações desiguais e hierarquizantes entre os diferentes grupos. A omissão no trato da temática por parte de muitos educadores reforça o racismo, o preconceito e a discriminação que ocorrem no cotidiano escolar. Dessa maneira, é imprescindível que os educadores sejam capacitados para se imporem de forma crítica diante dessas situações.

Igualmente, assim como o currículo, não há como tratar a temática de currículo e formação de professores para as relações étnico-raciais sem trazer à tona a aprovaçãoda Lei

nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro- Brasileira, o que foi um grande marco para a validação da luta dos grupos étnicos que buscavam, por meio dos movimentos sociais, o reconhecimento da história do negro e a importância da mesma na construção da cultura no país. Assim, tal lei aponta que não basta apenas abordar a história afro-brasileira na escola, é preciso também discutir o modo como o racismo se estrutura no Brasil e os impactos na sociedade e na vida dos sujeitos em especial os negros.

Segundo Debus:

> A lei 10.639/2003, como uma política pública de ação afirmativa, que reconhece a diversidade étnico-racial, valoriza a história e a cultura dos povos negros e se propõe construir uma educação antirracista, sem sombra de dúvidas, trouxe avanços para essas discussões no espaço escolar, no entanto,a sua aceitação não é unânime. (DEBUS 2012, p. 146)

Para que ocorra a efetivação da Lei nº 10.639/2003 é preciso que o currículo escolar seja elaborado baseado na história de todos os grupos, uma vez que os currículos escolares, assim como a cultura, se constituem por meio das relações sociais, sem deixar de destacar também a necessidade da formação continuada para professores/as, gestores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, para que tenham ciência da importância do debate desse tema no currículo e práticas pedagógicas da escola e sala de aula. É importante salientar que a Lei nº 10.639/2003 possibilita que a educação para as relações étnico-raciais no Brasil trilhe novos caminhos, e que acabe com os ideais racistas que se firmam rotineiramente na sociedade. Todavia, é importante que a população, em geral, se conscientize sobre a importância dessa temática tanto no ambiente escolar, quanto na sociedade como um todo.

A obrigatoriedade do ensino e cultura afro-brasileira nas escolas exige um currículo em uma perspectiva educacional antirracista, onde traz representatividade dos negros que sempre foram excluídos e subalternizados nos discursos e práticas raciais. Assim, incluir as questões étnico-raciais é dar à população negra o reconhecimento e respeito que por muito tempo foi negado, porém essa inclusão só será possível por meio das mudanças curriculares. No entanto, para além de toda a base teórica que norteia as impregnações curriculares e práticas para o exercício desse ensino de modo significativo, nota-se que para a efetivação desse currículo é preciso que toda a comunidade escolar compreenda a importância das discussões étnico-raciais no espaço escolar e seu papel na construção desses debates.

Assim, a educação antirracista se estrutura por meio de um currículo que contemple o respeito à diversidade e defenda o princípio de igualdade, agindo contra qualquer tipo de

discriminação e sabendo da importância de historicizar as discussões raciais. Entretanto, para que ocorra a efetivação da educação antirracista é preciso compreender o papel da escola na formação da identidade dos sujeitos. Desse modo, Cavalleiro (2001) apresenta oito características de uma educação antirracista. Segundo a autora, a educação antirracista é aquela que:

> 1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
> 2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
> 3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitosas.
> 4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.
> 5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
> 6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'.
> 7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
> 8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

A educação antirracista reafirma a importância da discussão étnico-racial nos currículos e nos processos de formação docente. Tais discussões contribuem ainda para desmistificar o sentimento de negação e autodesprezo do negro consigo mesmo, imposto pela colonização. A autora aponta pontos necessários para que ocorra o respeito à diversidade no âmbito escolar, todavia, para que essa educação antirracista realmente ocorra, é necessário uma formação crítica por parte dos/as professores/as e demais agentes da educação. De igual modo, Troyna e Carrengton (1990) apontam mais uma vez a necessidade da formação continuada, concomitante a isso, a mudança nos currículos, pois a:

> [...] educação antirracista refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal. (Troyna e Carrengton 1990, p.01)

Visto o efeito devastador deixado pela colonização na vida dos sujeitos negros, a educação antirracista nos convoca a romper com as fronteiras da discriminação racial, abrindo

espaço para novas discussões e dando a possibilidade de a população negra apropriar-se da herança cultural existente construída pelos seus antepassados. A educação antirracista contribui por meio de problematizações na escola, para o combate à discriminação e todos os ataques racistas que ocorrem e que venham a ocorrer. No Brasil, há uma visão romântica acerca do racismo. Tal visão nega a existência da desigualdade entre brancos e negros, e na escola não é diferente, pois além da falta de formação por parte dos docentes, ainda há uma resistência em discutir sobre o assunto nesse espaço.

Nessa perspectiva, a Lei nº 10.639/2003, a proposta de uma educação antirracista e educação decolonial, o letramento racial crítico, dentre outras ferramentas, surgem como possibilidades de proporem uma educação que promova positivamente a história afro-brasileira no currículo, seja por meio da formação de professores e prática pedagógica na escola, seja por meio de mudanças curriculares. Assim, visa por meio dessas ferramentas, desenvolver ações que contribuam para a efetivação de uma educação antirracista.

2.2 ENTRE PRETO E BRANCO: uma análise dos conceitos de branquitude e negritude

Ao propormos um estudo acerca das identidades, percebe-se a gama de complexidade histórica, linguística, psicológica, social e subjetiva que perpassa por essa temática. Contudo, pretende-se aqui, abordar de maneira específica a construção da identidade racial/social na perspectiva da branquitude e negritude, analisando o modo como esses conceitos interferem na construção da identidade dos sujeitos brancos e negros. Segundo Machado, et al., (2019, p.52) “as relações entre os conceitos de representação social e de atividade surgem em resposta a algumas ideologias que tentam explicar as diversidades entre [...] identidades raciais brancas e negras”.

A construção da identidade do sujeito está ligada, diretamente, no modo como ele é visto e interpretado pelo seu meio social. Nessa perspectiva, a discussão sobre identidade racial deve considerar e trazer à tona sujeitos brancos e as discussões acerca da branquitude e seus privilégios pré-determinados socialmente; e sujeitos negros, com discussões acerca da negritude e os impactos desse termo/ação na vida desses sujeitos.

Nessa perspectiva, Munanga (2020, p.13) afirma que “[...] a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros definir em contraposição aos membros de outro grupo para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta.” Todavia, ainda segundo ele, nesse

processo de construção "[...] pode haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista" (ibidem).

É difícil abordar o conceito de identidades raciais, sem falar sobre o conceito de diferença, pois ambos se entrelaçam nas discussões sobre a identidade dos sujeitos brancos, pretos, pardos, indígenas e de toda a diversidade que compõe o nosso país, pois "a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições [...]" (WOODWARD, 2014. p. 42). No entanto, esse conceito de diferença não tem a ideia de classificar ou separar os grupos, pelo contrário, tal conceito busca apresentar a riqueza dessas diferenças em nossa sociedade.

De igual modo, a construção das identidades sociais ocorre devido às diferenças existentes entre as pessoas e os diferentes grupos, a saber, brancos e negros. Porém, muitos desses grupos carregam as marcas da exclusão, pois alguns acreditam serem superiores a outros, como afirma Woodward (2014) "a identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças - neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras [...]" (WOODWARD, 2014, p.11).

Nessa perspectiva, Silva (2014, p.82) pontua que "dividir e classificar significa, nesse caso, também hierarquizar. Deter privilégios de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados". Posto isso, Bento (2011) define identidade racial como algo complexo e singular que perpassa os múltiplos discursos e relaciona-se com questões particulares de cada indivíduo.

Diante disso, a diferença se constitui em oposição à identidade, pois, nesse caso a diferença tem aspectos que causam exclusão a grupos ou indivíduos que pertencem a um grupo identitário diferente. Já a identidade define-se por aquilo que o indivíduo é, nessa perspectiva Silva (2014) salienta que "as relações de identidade e diferença ordenam-se todas em torno de oposições binárias" (SILVA, 2014, p.83). Assim, é importante que as discussões acerca das identidades e diferenças sejam ampliadas nos campos de pesquisas, considerando a sua importância na constituição da nossa sociedade e o impacto que tais conceitos causam aos diferentes grupos étnicos.

No Brasil, os cenários de pesquisas comprovam a escassez em trabalhos sobre as

identidades raciais no contexto da escola e essa escassez acaba por contribuir com uma má formação das identidades sociais de crianças brancas e negras. Sabe-se que há uma gama significativa de professores que sentem dificuldades em falar sobre as relações étnico-raciais na escola, preferindo, muitas vezes, silenciar diante de episódios racistas que ocorrem nesse espaço, o que dificulta a compreensão e o debate sobre as questões raciais. E como justificativa, usam sempre a frase clichê de que todos ali são iguais, o que para Duarte (2012, pág. 159) "esse ideal traz riscos, pois deixa de problematizar que historicamente a população branca teve e ainda tem privilégios em todos os setores da sociedade, nas práticas escolares e nos materiais utilizados nesses ambientes". E a negação em falar desse tema no espaço da escola pode reforçar os preconceitos e essa desigualdade.

Nesse interim discursivo, busca-se definir os conceito de branquitude e negritude e o modo como esses conceitos interferem nas relações sociais entre negros e brancos na sociedade. É fato que no Brasil ser branco é ter privilégios garantidos, pois mesmo o país sendo constituído de diversidades étnicas, o racismo é estrutural e firma- se por meio de diálogos e práticas discriminatórias que ratificam o branco como norma e o preto como uma aberração.

> Nessa lógica, majoritariamente, as identidades brancas girariam em torno de atitudes acionantes de vantagens sociais e étnico-raciais relacionadas à aparência (fenótipo) de pessoas com brancura (clareza de pele, cabelos lisos, finura da boca e do nariz etc.). Enquanto a negrura (escurecimento da pele, cabelos crespos, grossura da boca e do nariz etc.) levaria a complicadores para as mobilidades socioeconômicas e culturais (MACHADO, ROSA e BRIGNOL, 2019, p. 54)

É evidente a desigualdade existente entre pessoas negras e brancas no Brasil. O racismo expõe as pessoas negras a situações desumanas apenas pelo fato de ter a pele escura, rotulam-nos como bandidos e sempre suspeitos de praticarem crimes, o que faz cada vez mais necessária a mobilização para efetivar os discursos antirracistas, tendo em vista que o negro não é isso que descrevem na sociedade, mas sim, um sujeito construtor de cultura e merecedor de respeito e valorização dentro de suas especificidades culturais.

Toda a comunidade deve se mobilizar para a construção de uma sociedade antirracista, uma vez que o racismo não é um problema exclusivo do negro, mas de todos que vivem nessa sociedade. Nessa perspectiva, Lourenço Cardoso (2010, p.611) conceitua a branquitude a partir de duas dimensões: a branquitude crítica e a branquitude acrítica. "A branquitude crítica que desaprova o racismo "publicamente", e a branquitude acrítica que não desaprova o

racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo, a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos.”

Ainda, neste contexto, Ruth Frankenberg (1999, p. 70-101 apud Piza, 2002, p. 59-90) define branquitude “como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. Sendo assim, a branquitude garante privilégios e espaço de poder na sociedade, tendo o branco como modelo universal de ser humano. Mediante às leituras e interpretação de pesquisas, nota-se que “(...) quando se estuda o branqueamento, constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro” (BENTO 2002, p.1).

O conceito de branquitude firma-se pelos privilégios sociais e materiais que a sociedade possibilita às pessoas brancas por meio de ideologias com o mito da democracia racial; tal fato mantém os privilégios para as pessoas brancas e coloca o racismo como um problema exclusivo do negro. Com a visão negativa e estereotipada criada em relação aos negros, os mesmos podem ser levados a negarem sua identidade e ainda a acreditarem que são os responsáveis pelas discriminações e desigualdades sociais vivenciadas. Enquanto isso, garante a manutenção de privilégios brancos, uma vez que não problematiza o lugar do branco nas questões étnico-raciais. Como afirmamMachado, Rosa, Brignol, (2019):

> Em cenários como o brasileiro, onde estatisticamente pessoas identificadas como brancas: a) dominam o preenchimento de cargos de comando nos três poderes e no meio empresarial; b) tem maiores condições de acesso e de permanência em instituições de ensino; c) sofrem menos feminicídios e homicídios; d) são a maioria dos/as comunicadores/as, diretores/as, escritores/as e tem representação positiva nas artes e nas mídias; e) tem suas culturas consideradas universais amplamente divulgadas; entre outras discrepâncias, que políticas públicas de reparação vêm sendo implementadas. No Brasil, ganham destaque as ações afirmativas que têm servido para minimizar as desigualdades nas ofertas de oportunidades entre pessoas brancas, negras e demais excluídos/as. (MACHADO, ROSA, BRIGNOL, 2019, p.54).

Segundo Bento (2012, p.26) essa “falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais no Brasil constitui o racismo como um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado”. Desse modo, é necessário discutir sobre os ideais impostos de branqueamento, bem como os privilégios que perpassam por esse ideal, além de fomentar as discussões acerca dos privilégios atribuídos a esse grupo étnico

devido à cor da sua pele.

Quanto ao que diz respeito à negritude, segundo Munanga (2020), o que se entende por negritude é a relação de uma história de desumanização e negação da existência de algumas culturas. Nesse caso, a cultura de pessoas negras. Conforme colocado, segundo o mesmo autor "a negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas". (MUNANGA, 2020. p.20). Assim, observa-se que o termo negritude vai muito além de uma aceitação da cor da pele, de acordo com Munanga (2020), ao fazerem um levantamento dos autores que discutem o termo negritude, foi possível destacar três objetivos que melhor definem o termo. Primeiro "buscar o desafio cultural do mundo negro (a identidade negra africana); contestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo de uma revisão das relações entre os povos (...)" (MUNAGA, 2020. p.50). Desse modo, o conceito de negritude surge com o intuito de refletir sobre o negro, sua cultura e o modo como esses sujeitos são e estão socialmente. Além disso, nos convida a refletir sobre a desigualdade existente e os reflexos, por ora negativos, imposto pelo ideal de branquitude.

As discussões acerca dos conceitos de branquitude e negritude perpassam diretamente pelos debates sobre a garantia de privilégios. Ser branco no Brasil é ter a garantia de privilégios, desse modo, a discussão de racismo no país é apontada apenas como um problema do negro. Isso porque para o sujeito branco compreender que o racismo é também um problema dele é preciso que ele reconheça que os privilégios garantidos pela branquitude é uma prática de racismo. Enquanto a negritude surge muito timidamente, ainda, como uma possibilidade para repensarmos o modo como a sociedade se estrutura e como essa estrutura impacta diretamente na vida dos sujeitos pretos.

Para tanto, é preciso que o negro conheça sua história e se orgulhe dela, construindo autonomia e ressignificando suas histórias contadas de formas estereotipadas. Desse modo, Munanga (2020, p.51) afirma também que "a negritude aparece aqui como uma operação de desintoxicação semântica e de construção de um novo lugar de inteligibilidade da relação consigo, com os outros e com o mundo". Ao longo da história e de todo o processo civilizador, a pessoa negra sempre foi considerada como inferior em relação às pessoas com fenótipos diferentes, em sua maioria, pessoas brancas. É importante que as pessoas negras assumam seu envolvimento e pertencimento racial para unirem-se e lutarem pelo respeito e o

respeito à sua cultura, de modo a garantir o direito de viver com dignidade e todos os direitos que todo e qualquer ser humano, independente de cor, raça, religião deva ter.

Mesmo sabendo que no Brasil o racismo é estrutural, a sociedade em geral ainda sente dificuldades em aceitar essa existência e prefere fechar os olhos para esse debate, acreditando no mito da democracia racial e colocando o racismo como um problema apenas do negro, sem levar em consideração os privilégios dos brancos na sociedade e os impactos desses privilégios na construção e manutenção do racismo estrutural existente no Brasil. Assim, é necessário que as discussões sobre os conceitos de branquitude e negritude ganhem ainda mais destaque, para que toda a sociedade tenha consciência do seu papel no combate ao racismo e discriminação. Tendo a mobilização de todas as identidades sociais, pode-se ter a sociedade justa e igualitária que tanto almejamos.

2.3 A LINGUAGEM É CRIAÇÃO E EXPRESSÃO: o papel da linguagem nas relações étnico-raciais

Historicamente, a linguagem tem a função de discutir sobre a função social do sujeito, apresentar sua história, os sentidos culturais e políticos que se constituem por meio dos vocábulos e estruturas da língua. “A língua, assim, aqui será vista como uma marca de dominação e por onde também se dá a figura estruturante do racismo” (NASCIMENTO, 2019, p.17). Os discursos racistas e as práticas discriminatórias ratificam, por meio da linguagem, termos pejorativos que colocam o negro como sujeito subalterno e fora da normalidade, enquanto o branco é apresentado como um ideal de ser humano. Dessa forma, “[...] é perceptível que a linguagem tem sido profundamente marcada pela cultura preconceituosa e pode denotar que os próprios vocábulos, estruturas e entonações da língua trazem consigo uma história carregada de sentidos culturais e políticos (RECH, 2015, p. 7).

No processo de colonização do Brasil, a língua foi utilizada como uma forma de estabelecer territorialidade para os brancos se firmarem como os detentores de todo o poder naquele período, sem levar em consideração as inúmeras línguas e culturas já existentes no país. Desse modo, a língua foi uma forma dos colonizadores apagarem os saberes e culturas dos povos originários, colocando a língua dos brancos como única forma de letramento, fazendo com que negros e indígenas se adequassem ao uso dessa língua para serem aceitos ao estado moderno. Assim, é compreensível que a linguagem, enquanto espaço de poder, seja responsável pela desigualdade existente no nosso país, uma vez que coloca os diferentes grupos étnicos como analfabetos linguísticos. “O estado brasileiro sempre promoveu políticas linguísticas excludentes quando se trata de quem não é branco no Brasil”

(NASCIMENTO, 2019, p.15). Em decorrência disso, faz-se necessário refletir os comportamentos racistas que ocorrem por meio de termos preconceituosos que, cotidianamente reafirmados, decorrem em comportamentos racistas e tratamentos desiguais às pessoas negras. Visto que,

> uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa e estrutura. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele se materializa suas formas de dominação (NASCIMENTO, 2019, p.19).

A linguagem permeia por toda a relação humana, e por meio dela transmitem-se valores, sentidos, definem comportamentos e o modo como as pessoas se comportam e relacionam com os diferentes grupos sociais. Além disso, a linguagem enquanto (re)produtora de racismo reafirma durante séculos os negros como sujeitos subalternos, enquanto o branco é tido como modelo padrão de ser humano. Desse modo, nota-se que a linguagem contribui para que o conceito de branquitude normativa se perpetue.

Os fundamentos da linguagem apresentados por Bakhtin (2006) apontam que não se pode compreender a língua de forma isolada, é preciso considerar o momento histórico em que tal fato ocorreu. Pois, por meio das palavras, os sujeitos expressam suas ideologias, das mais simples às mais complexas. Destarte, o pesquisador e linguista supracitado, “define a língua como expressões das relações e lutas sociais, vinculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo ao mesmo tempo, de instrumento e de material” (BAKHTIN, 2006 p.18). A visão bakhtiniana menciona em seus estudos da língua(gem) a relação da mesma com as questões sociais. Os enunciados linguísticos apontados pelo autor evidenciam a importância das palavras no movimento dialógico entre os sujeitos. E ainda destacam os impactos dessas relações dialógicas na construção da identidade social dos sujeitos.

Sendo a língua(gem) algo dinâmico que reflete nas mudanças sociais, Bakhtin (2006, p. 199) aponta que “a palavra, como fenômeno ideológico, por excelência, está em evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais. O destino da sociedade é o da sociedade que fala”. Os sentidos atribuídos pelas palavras se constroem e reconstroem por meio dos diversos sentidos. Desse modo, toda palavra tem um significado e um contexto que precisa ser levado em consideração quando analisado. Os estudos sobre o papel da linguagem na manutenção do racismo vêm ganhando

destaque nas pesquisas no campo educacional. No entanto, “[...] as pistas parecem exigir mais aprofundamento da discussão de como o racismo se desdobra através da linguagem e como a linguagem é desdobrada (sendo criada ou recriada) através do racismo”. (NASCIMENTO, 2019, p.39).

Assim, é necessário que compreendamos a língua enquanto espaço de poder, e reconheçamos a sua cultura tomando a linguagem como um instrumento de defesa do seu povo e da cultura. Esta filosofia de apropriação da língua materna surge como uma estratégia que dá voz ao povo negro. Em vista disso, “[...] é preciso que haja o devir-negro do mundo, protagonizado pela linguagem como espaço de emancipação e hegemonia dos grupos historicamente marginalizados, tendo como mote a raça e sua desracialização discursiva, material, social e linguística [...]” (NASCIMENTO, 2019, p.35). A língua(gem) utilizada como forma de dominação potencializa o racismo existente e reafirma-se por meio do poder de um grupo, em detrimento de outro, nesse caso, pessoas brancas e pessoas não brancas.

2.3.3 O papel da linguagem e das práticas discursivas na construção das identidades sociais de sujeitos brancos e negros

Pensar a construção das identidades sociais por meio da linguagem é analisar os processos históricos e sociais correlacionados com as ações, sentimentos e ideologias que formam cada sujeito. Bento (2011, p. 107) afirma que:

> A construção da identidade é um processo extremamente complexo, e que permite a singularidade de cada um de nós. As heranças, o acúmulo coletivo, o aprendizado de hoje formam um amálgama, diferente para cada sujeito ao interagir com aspectos muitos particulares que trazemos em nosso aparelho psíquico. (BENTO, 2011, p. 107)

No entanto, para se pensar a construção das identidades sociais, faz-se necessário conhecer como foi constituída a identidade das diferentes etnias, e como essa construção contribuiu e ainda contribui para a negação da identidade de um grupo e o fortalecimento da identidade de outro. Existe uma gama de possibilidades em tratar a linguagem a partir de uma análise das práticas discursivas. No entanto, daremos ênfase na relação da linguagem e práticas discursivas na constituição das identidades sociais dos sujeitos no âmbito educacional.

Gomes (2019) aponta que “[...] a construção da identidade negra como movimento que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu

corpo, mas também com o olhar do outro" (GOMES, 2019, p.28). Assim, como aportado pela mesma autora, a identidade é construída a partir da relação de um sujeito com o outro. E tendo o Brasil um racismo estruturado, é evidente que o negro em todas as esferas comunicativas e sociais será apresentado e visto de forma pejorativa. E o silenciamento dessas discussões contribui para que o negro negue sua identidade e aumente as injustiças sociais para com seu grupo, uma vez que na sociedade brasileira o racismo é sempre visto como um preconceito infundado ou sendo algo criado pelo próprio negro, como uma forma de se vitimarem ou por não aceitarem sua cor de pele e fenótipos negros, tentando, assim, tirar a responsabilidade do branco e consequentemente da brancura nas práticas racistas e no processo de combate ao racismo no nosso país. Nesse caso, a linguagem, segundo Lima do Bonfim (2021):

> [...] assume um papel de suma importância na construção de nossas identidades sociais, pois é nas e através das nossas práticas linguísticas que nós construímos em relação ao outro e o outro em relação a nós. [...] nossas identidades são construídas discursivamente. (LIMA DO BONFIM, 2021, pág.166).

Essa afirmação nos leva a compreender que a linguagem enquanto categoria histórica e social possibilita uma análise reflexiva sobre a desigualdade racial existente no Brasil, uma vez que as práticas racistas que ocorrem por meio da linguagem se materializam nas práticas orais e gestuais e perpetuam-se nos diferentes espaços sociais. "Assim, a multiplicidade da linguagem é uma inesgotável fonte de possibilidades de interação, permitindo atribuir novas significações a contextos considerados banais da aula" (SOUZA, 2003, p.75). No âmbito educacional, a produção de conhecimento se dá por meio da linguagem enquanto prática discursiva. E no que concernem as relações étnico-raciais na escola, a produção desse discurso, em muitas vezes, perpassa por enunciados racistas e pejorativos. Assim, para que os discursos pedagógicos não reforcem os estereótipos racistas, é preciso que os profissionais (re)conheçam o modo como o racismo se constitui no Brasil e os impactos dessa construção na vida dos diferentes sujeitos. Segundo Souza (2003, p. 75):

> A linguagem não é algo neutro. Na dimensão ritual é carregada de intencionalidades e do princípio de dialogismo. Esse princípio postula a compreensão de que cada interação é dirigida a uma resposta, escapa da intenção e da influência do enunciado que ela antecipa como nova interação. (SOUZA, 2003, p. 75)

A educação para as relações étnico-raciais exige do profissional educador um olhar crítico e reflexivo, visto que a discussão sobre essa temática nesse espaço limita-se a datas comemorativas. Assim, é importante que o(a) pesquisador(a) proporcione novas reflexões

acerca das questões étnico-raciais e a contribuição dos africanos na construção da cultura brasileira. Em uma sociedade racista como a brasileira, compete principalmente aos/às educadores/as, utilizarem a interdisciplinaridade como forma de valorização da história, cultura e das diferentes identidades sociais, a fim de desmitificar os preconceitos enraizados, configurando a sala de aula como um espaço de respeito à diversidade.

A partir das discussões propostas sobre a construção das identidades raciais – entende-se aqui por identidades sociais, a branquitude e negritude no espaço escolar – lança-se o olhar para as práticas discursivas dos professores que atuam em sala de aula com alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, problematizando o modo como essas práticas interferem na construção das identidades raciais das crianças. Sabemos que a linguagem e as práticas discursivas nunca são inocentes, pois, as mesmas são carregadas de influências históricas e sociais e acabam por favorecer alguns grupos em detrimento de outros. Desse modo, tais práticas linguísticas podem também influenciar na formação dos indivíduos e construção das suas identidades, ora de maneira positiva, ora de maneira negativa. Como afirma Santos (2019),

> todo discurso é produto de uma prática de interação entre sujeitos, em determinado espaço, determinado tempo, os quais assumem papeis distintos influenciados pelo contexto que os cercam. Tais discursos são carregados de verdades e saberes que influenciam a formação identitária dos sujeitos, fazendo-os participar de um jogo de manobra, sustentado pela relação entre poder e saber (SANTOS, 2019, p.44).

Vale salientar que tal prática influencia os sujeitos, mesmo que inconscientemente na construção de suas identidades, sendo assim, o papel do professor torna-se ainda mais importante nesse processo, além de exigir uma postura crítica em relação às identidades raciais dos diferentes indivíduos que se constituem pela diferença, diferenças essas que, na maioria das vezes, não são respeitadas e acabam sofrendo diferentes tipos de preconceitos e discriminações. Conforme salienta Santos:

> Falar em identidade de sujeitos é aventurar-se pelas práticas de saberes e de poderes revelados nos enunciados discursivos, e ser capaz de reconhecer uma série de circunstâncias que dão forma e sentido aos discursos atuando como molas propulsoras de micro poderes que, direta ou indiretamente, formam e/ou deformam as identidades dos sujeitos (SANTOS, 2019, p.45).

Desse modo, é importante atentar-se aos discursos que perpassam pelos diversos espaços da escola, para que os/as educadores/as, em especial, não sejam passivos, tampouco reprodutores de discursos preconceituosos postos pela sociedade, atentando-se sempre aos

discursos que não favorecem para a construção positiva da identidade de um grupo em detrimento de outro. É importante compreender e problematizar os discursos preconceituosos que perpassam o espaço escolar, a fim de diminuir a cada dia os preconceitos vigentes em nossa sociedade, uma vez que tais práticas discriminatórias são difundidas pelos discursos feitos na sociedade que possuem ainda fortes traços de uma cultura escravocrata.

Apesar disso, no espaço escolar essas práticas discriminatórias, em muitos momentos, são silenciadas, podendo, assim, afirmar que as práticas discursivas que perpassam o âmbito da escola não abarcam a complexidade das relações raciais. Nessa perspectiva, problematizar essas discussões no contexto escolar configura-se como possibilidade de refletir as práticas racistas existentes nesses espaços a fim de contribuir de forma positiva para a construção das identidades raciais dos diferentes sujeitos. Nesse intento, é necessário reforçar que: falar de racismo na sala de aula não deve ser um tema pontual, comemorativo ou algo obrigatório. Falar de racismo na sala de aula é compreender que por meio da educação podemos construir uma sociedade justa, equitativa e segura para o bem viver do povo negro, que sofre diariamente na pele os ataques de uma sociedade que oprime e mata homens, mulheres e crianças pretas. Falar de racismo na sala de aula é dar um basta em toda e qualquer forma de violência contra um povo que tanto fez e faz pela nossa cultura e pelo nosso país.

3. NESSE CAMINHAR... DOS DADOS PRODUZIDOS PELAS ANDANÇAS NO DECORRER DA PESQUISA

Nesse período de visita ao campo de pesquisa, houve momentos de interação e diálogo entre a pesquisadora, professoras, alunos/as e demais funcionários da instituição. Foram momentos ricos e significativos que possibilitaram muitas trocas de aprendizagens e conhecimentos, além das vivências que nos possibilitaram ter um olhar sensível e cuidadoso para com a pesquisa e com os sujeitos a serem pesquisados, e isso contribuiu muito para trilharmos os caminhos da pesquisa, e nesse momento, poder dialogarmos. É impossível passar por um ambiente como a escola e não afetar e sentir- se afetada. São olhares, abraços e palavras de carinho que fazem com que acreditemos que educar, na mais abrangente definição, é preciso, e que a educação, em sua maior amplitude, é necessária.

Assim, para a realização da interpretação dos dados produzidos, dividimos esse capítulo em quatro seções principais.

A **seção 3.1** apresenta os dados produzidos durante o período da observação

participante. Esse momento de observação contribuiu para que adentrássemos ao campo da pesquisa e pudéssemos encontrar elementos relevantes que contribuíssem para compreendermos como a linguagem e as práticas discursivas (re) produzem ou/e (des) constroem o racismo no espaço escolar. Vale ressaltar que durante essa etapa não tivemos nenhuma participação direta, a saber, atividades ou planos de intervenção; apenas em alguns momentos a pesquisadora contribuiu auxiliando os/as alunos/as na realização das atividades e também ajudou as professoras a acompanhar os alunos no recreio e no que mais fosse necessário; em outros momentos ficava apenas observando para tomar nota dos episódios que pudessem contribuir para a produção dos dados para este estudo.

A **seção 3.2** apresenta os dados produzidos a partir da entrevista realizada com os/as alunos/as. A entrevista ocorreu de forma individualizada na biblioteca. Para a realização dessa técnica, utilizamos um roteiro com perguntas que pudessem direcionar a entrevista e que contribuíssem para a produção dosdados da pesquisa. A realização dessa técnica permitiu-nos verificar como os/as alunos/as se percebem com relação à cor/raça, além de saber se os/as alunos/as conheciam o conceito de racismo, preconceito e discriminação, e buscamos ainda saber se eles/as já haviam sofrido algum tipo de discriminação na escola por conta da cor da sua pele.

Na **seção 3.3**, apresenta-se a interpretação dos dados coletados por meio do questionário aplicado às professoras. A aplicação ocorreu após finalizar a observação em sala de aula, com o objetivo de compreender como as professoras compreendem o termo letramento racial crítico, as práticas discriminatórias que ocorrem na sala de aula, bem como, se acham importante a formação continuada para as relações étnico-raciais, dentre outras questões que estão expostas no (APÊNDICE A) e analisadas individualmente na seção supracitada.

Na quarta e última seção, enumerada **3.4**, apresentamos as narrativas autobiográficas das professoras. Para dar um direcionamento à escrita da narrativa, sugerimos que as professoras apresentassem um pouco de suas trajetórias de vida- formação e os episódios de racismo (caso haja) vivenciados por elas durante esse período de atuação na sala de aula. Após a obtenção desses dados, fez-se a interpretação, que segue descrita na seção enumerada **3.4.**

3.1 TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA DE CAMPO: A realização

do estudo exploratório e teórico da observação participante.

No campo da pesquisa, a observação participante possibilita ao pesquisador(a) uma análise mais aprofundada da realidade em que se desenvolve o estudo. A interação entre o(a) pesquisador(a) e os pesquisados implicam em uma experiência educativa coletiva para ambas as partes, contemplando as diferentes dimensões da pesquisa.

A inserção no campo da pesquisa na condição de pesquisadora se deu por um olhar curioso e inquieto. A observação não teve nenhum roteiro para intervenção direta por parte das pesquisadoras, nesse momento da pesquisa, o intento seria acompanhar a rotina da sala de aula, da escola, e as práticas discursivas das professoras e alunos/as, atentando para os possíveis episódios racistas que pudessem vir a ocorrer, sejam por meio da linguagem oral/discurso ou desenhos, agressões nos diferentes espaços da escola, a saber, sala de aula e pátio, espaços em que os alunos estivessem presentes. Além disso, atentamos por observar também a partir das relações da linguagem (práticas discursivas) dos alunos entre si e as docentes.

No primeiro dia de estudo exploratório, a professora recebeu a pesquisadora na sala e falou um pouco sobre a rotina da escola, fez a apresentação da pesquisadora para os alunos, quanto tempo ficaria junto com eles, o motivo pelo qual passaria alguns dias com eles, e, no decorrer de uma conversa particular, informou que durante o intervalo os alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais tinham o horário do recreio separadodos alunos maiores (Ensino Fundamental Anos Finais), e que nesse tempo teríamos que acompanhá-los no pátio da escola. Informou, ainda, que não era uma turma muito fácil. São crianças com condições sociais desfavoráveis, que convivem com diferentes tipos de violências, o que para a docente, contribuía para os comportamentos agressivos e rebeldes que ocorrem na sala de aula e demais espaços da escola.

O período de observação participante ocorreu entre os dias 04/04/2022 e 08/04/2022, na turma do 3º Ano “B”, no turno vespertino. A turma era composta por vinte e cinco alunos (25), com faixa etária entre oito (8) e quatorze anos (14), algumas dessas crianças eram repetentes, por isso, há essa variação de idade. Todas as observações ocorreram no turno supracitado, das 13h às 17h, horário em que a aula iniciava e concluía na turma. Todas as professoras foram bem receptivas, todavia, estar como pesquisadora exigiu um olhar diferenciado e atento para compreender os acontecimentos que se instauraram naquele espaço

coletivo e que viriam a contribuir para essa pesquisa.

No que tange aos alunos da turma, de modo geral, foram bem receptivos, mas demonstraram curiosidade com a presença da pesquisadora. Mesmo a professora fazendo a apresentação dela, alguns alunos foram até a carteira onde a pesquisadora estava sentada e desejaram boas-vindas, outros debruçaram uma enxurrada de perguntas querendo saber o nome, a idade, o motivo pelo qual estava ali, se era a professora nova... já outros (poucos) ficavam apenas observando de longe, talvez por timidez ou pela falta de intimidade com a pesquisadora. Porém, no final do período de observação, a maioria, se não todos, já se comunicavam abertamente com a pesquisadora. Para Pereira (2017) esse espanto e curiosidade é algo comum, pois em uma pesquisa que utiliza a metodologia da etnografia, essas relações se constituem, visto que "[...] a partir do momento em que o pesquisador se insere num determinado ambiente e passa a exercer o papel de observador e colaborador do processo, estará afetando a vida das pessoas ali presentes e por eles sendo afetado". (PEREIRA, 2017, p.79). Assim, constitui-se uma relação de reciprocidade, onde o(a) pesquisador(a) utiliza dessasvivências para interpretar e produzir dados para a pesquisa.

3.1.1 O racismo expresso nas palavras: Episódios de racismo vivenciados por meio da observação participante.

Durante o período de observação, houve muita reciprocidade e troca de aprendizagens entre as pesquisadoras e os sujeitos da pesquisa. Nesse percurso da observação, foram observados alguns momentos onde as práticas racistas ocorreram por meio da linguagem oral. Frases como "negro preto feio", "cabelo de sarará", "preto fedido", entre alguns outros episódios separados para a interpretação, foram ouvidas; vale salientar que na maioria das vezes essas frases foram ditas em momento de conflito entre os/as alunos/as. O que chamou atenção durante essas observações foi o fato de tais falas serem vistas por professores e alunos como rotineiras, não digo comum, porque uma das professoras sentiu-se indignada com um fato ocorrido, que estará descrito logo abaixo, no entanto são fatos que ocorrem frequentemente e que para eles acabam tomando certa normalidade.

Foi por meio da oralidade que alguns tipos de conceitos/ações que são consideradas de cunho racista se perpetuavam naquele espaço, e nessa vivência, duas situações foram separadas para discussão. Abaixo está descrito o primeiro episódio e sua respectiva interpretação:

Episódio 1: *Tia, esse cabelo é seu mesmo?* A estética no processo de construção da identidade de sujeitos negros e brancos

Ao fazermos um estudo sobre a construção das diferentes identidades raciais, é impossível não trazer à tona a importância do aspecto estético nessas discussões, de modo especial, o tipo de cabelo e o impacto desse aspecto na construção da identidade de crianças brancas e negras. Normalmente, há uma imposição do padrão estético branco eurocêntrico e, consequentemente, nega as particularidades de outros grupos raciais. Neste intento, durante o período de observação ocorreram alguns episódios que provocaram inquietações, e por meio deles, outras questões foram observadas, a saber, o grande número de alunos e alunas negras/os que tinham seus cabelos alisados. Tais fatos só reafirmam a resistência que crianças negras têm em aceitar seus cabelos com aspectos crespos ou cacheados, evidenciando, assim, o cabelo liso como o ideal, esteticamente bonito e o cabelo crespo como sinônimo de feiura e rebeldia.

Dando sequência a esses fatos ocorridos durante esse período, em um dado momento, no terceiro dia de observação (com) vivência, no horário do intervalo, uma aluna com fenótipo negro, com cabelo aparentemente alisado, aproximou timidamente da pesquisadora e iniciou assim um breve diálogo:

A1: *Tia, esse cabelo é seu mesmo?*

Pesquisadora: *Sim.*

A1: Hum. *É que eu vi uma moça na televisão com o cabelo igual o seu. Pensei que fosse de mentira, então é de verdade?*

Pesquisadora: *Sim.*

A1: (Silêncio) Sorriu e saiu sem dar resposta.

É possível observar que, mesmo sendo uma criança com fenótipo negro e com o cabelo alisado, o cabelo Black Power[12] da pesquisadora não parecia ser comum ao seu convívio, pois, ao ver o cabelo da pesquisadora, a aluna demonstrou estranheza, desconhecimento e surpresa ao indagar se o cabelo da pesquisadora era de verdade. Naquele momento, talvez fosse importante iniciar uma conversa acerca do tema, levantar alguns questionamentos, no entanto, na condição de pesquisadora, acredita-se que o correto seria

[12] Tipo de cabelo crespo ou cacheado.

apenas seguir observando e, nesse momento da escrita, analisá-lo.

O fenótipo do sujeito sempre foi determinante para classificar os lugares que os sujeitos negros poderiam estar e frequentar. Por muito tempo, as pessoas pretas não puderam ocupar espaços de destaques nas diferentes esferas da sociedade, ficando sempre com o papel de desenvolver atividades subalternas. O episódio supracitado nos chama a atenção para analisar o modo como essas ideologias ainda permanecem latentes em nossa sociedade, principalmente o fato de causar surpresa ao ver o negro, que hoje aceita seu cabelo como parte de sua identidade, ganhando maior visibilidade em espaços que normalmente foram ocupados por pessoas majoritariamente brancas.

A discussão sobre o tipo do cabelo nos estudos das relações étnico-raciais e a construção da identidade negra têm grande importância e vêm ganhando destaque no campo educacional. Atualmente, muitos homens e mulheres negras têm deixado de alisar o cabelo, preferindo assumir o seu cabelo natural, e isso, para a população preta, é ferramenta política de luta e resistência, visto que durante o processo de colonialismo, o cabelo Black Power era tido como algo primitivo, distante do ideal de beleza europeu. Essas e tantas outras ideias pejorativas perpassaram durante muitos séculos, o que induziram mulheres e homens negros a alisarem os cabelos para encaixar nos padrões eurocêntricos impostos pela sociedade, pois "ver o cabelo do negro como 'ruim' e o do branco como 'bom' expressa um conflito de negação da identidade negra. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste" (GOMES, 2008, p.21). Nota-se que mesmo depois de um século de "abolição" da escravatura a discussão acerca do tipo do cabelo e o fenótipo da pessoa preta ainda causa impacto no processo de construção da identidade social dos sujeitos, em especial os negros, que só agora vêm "reapropriando" da sua cultura, suas características físicas e sentindo orgulho delas.

Ainda dentro desse episódio, mais uma das frases da aluna chama a atenção, quando ela diz: "*É que eu vi uma moça na televisão com o cabelo igual o seu".* O fato de a criança ter visto alguém na televisão com o cabelo parecido ao da pesquisadora e ter despertado a curiosidade em saber se existia ou não cabelo parecido ao que ela havia visto, abre espaço para diferentes problematizações. Por meio dessa frase é possível avaliar diferentes questões que incluem a desigualdade racial, o racismo, representatividade e a construção da identidade racial. Porém, nesse momento, optamos por analisar tal fala, fazendo relação com a construção da identidade do sujeito e o papel da representatividade no processo de construção

das identidades sociais, aqui, especificamente, a identidade negra, visto que esse é um dos objetivos principais desse estudo.

Em primeiro momento, considera-se o fato de uma mulher negra estar ganhando uma maior visibilidade nas telas e estar contribuindo para um olhar positivo acerca do negro, seus traços e sua cultura, o que contribui para a construção de uma identidade positiva para as crianças e os demais grupos. O segundo fato está em observar os programas de televisão, que por muito tempo foram ocupados apenas por mulheres e homens brancos, e quando o negro aparecia, era sempre desenvolvendo papeis considerados inferiores e subalternos, o que reafirmava o negro como um sujeito inferior e incapaz de alcançar lugares de destaque. Tais percepções acerca do negro só reafirmam a necessidade de acabar com esse ideal de que esses sujeitos devem desenvolver apenas o papel de subserviência. Segundo Neusa Santos Souza (1983)

> Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de descobrimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SOUZA, 1983, p77)

Por meio dessa problematização de Neusa Santos (1983), é preciso educar a sociedade para valorização e conscientização para a negritude, e a educação ainda é o caminho mais propício para a desconstrução desses ideais servis e pejorativos em relação à população preta. Por meio dessa formação crítica, a sociedade passará a ver o negro como um sujeito capaz, com valores e história, como um povo que vai além das histórias de sofrimento que são contadas, em sua maioria, por pessoas brancas que jamais saberão decifrar a luta e a resistência que é ser negro em um país tão preconceituoso.

Nessa perspectiva, para construirmos uma sociedade justa e segura para todos/as é preciso que nossas crianças sejam letradas racialmente. Às crianças negras, é necessário que sejam incentivadas a amarem suas constituições físicas, a orgulharem-se do lugar que vem, da sua história e sua cultura; às crianças brancas, é importante enfatizar que reconheçam os privilégios que lhe são atribuídos por meio de sua brancura e a se indignarem-se com isso. Só assim teremos uma sociedade justa, igualitária e que para além do respeito, reconheçam as desigualdades e lutem para extingui-las.

O segundo ponto a ser destacado é a importância da representatividade de pessoas negras em espaços de poder, como uma possibilidade para a construção da identidade positiva desses sujeitos, que por muito tempo tiveram as suas características físicas como negativas. "Essa desigualdade traz grande invisibilidade para os negros, pois são excluídos socialmente por carregar fortes resquícios da representação do negro contado por pessoas de etnia branca que consideram culturalmente melhores que as pessoas negras" (COSTA e SOUZA, p.3, 2021). No entanto, com o avanço da mídia e o aumento das redes sociais, o movimento pela valorização do negro e o resgaste da identidade e valorização da característica física tem aumentado. E isso contribui para o respeito e valorização da cultura negra nos diferentes espaços.

Episódio 2: *"Cala a boca sua negra preta feia":* Os signos[13] como itinerário para as práticas de racismo.

Nesse segundo episódio, algo chamou a atenção da pesquisadora e fez-se necessário propor uma interpretação. Em um momento na sala de aula, começou a ocorrer uma pequena discussão entre dois alunos, a pesquisadora estava sentada ao lado e observou toda a confusão, a professora regente da sala estava do lado contrário da sala e de costas viradas, ajudando outras crianças na realização da atividade, não percebeu o que estava ocorrendo. Ao ver que a situação estava saindo do controle, a pesquisadora, então, decidiu intervir, pois a professora ainda não tinha percebido o que estava acontecendo. Abaixo, segue o diálogo que ocorreu entre a pesquisadora e uma das crianças envolvidas na discussão e a posteriori a interpretação desse episódio.

Pesquisadora: *Não pode fazer isso com o colega, porque machuca.* (A criança estava tentando agredir o colega com um lápis de escrever).

A2: *"Cala a boca sua negra preta feia".*

Pesquisadora: *Por favor, peça desculpas para mim (pesquisadora) e para seu colega.*

A2: *"Cala a boca, sua negra preta feia".*

Nesse momento, a pesquisadora decidiu comunicar à professora sobre o ocorrido. A professora então pediu para que o aluno pedisse desculpas à pesquisadora, ele disse que não, e seguiu falando outros xingamentos. A docente ameaçou levá-lo para a direção, mas isso não

[13] Aqui compreendido como a materialização da palavra a partir das ideologias e das relações sociais, conforme defende o linguista Bakhtin (2006).

fez com que a criança mudasse de ideia. Então, ela pediu licença para a pesquisadora e para a turma e levou o aluno até a direção da escola, para que fosse tomada a medida necessária, nesse caso, a suspensão. A professora retornou para a sala de aula e não comentou nada sobre o ocorrido. Nesse momento, foi possível perceber o constrangimento dela, que no final da aula, pediu desculpas à pesquisadora e disse que sentia muito pelo ocorrido.

Após o retorno da professora para a sala de aula, subtendia que a mesma utilizaria do momento para fazer uma reflexão acerca do ocorrido. No entanto, mesmo demonstrando constrangimento com a situação ocorrida, percebe-se que ela não se sentiu à vontade para debater sobre o tema ou preferiu não discutir sobre o assunto. Um colega do aluno que não havia presenciado o episódio perguntou para a professora o porquê de o colega ter sido levado para a direção. A professora respondeu que o aluno havia agredido a colega (a pesquisadora) e que ela não aceitaria agressão daquele tipo, e seguiu a aula normalmente.

Segundo Cavalleiro (2020),

> "Essas situações de discriminação, ocorridas na presença de professores, sem que estes interferissem, chamam minha atenção. Os educadores não perceberam o conflito que se delineava. Talvez por não saberem lidar com talproblema, preferiram o silêncio" (CAVALLEIRO, 2020, p.10).

Essa falta de preparo dos professores para intervir em situações como essa não é algo novo, uma vez que muitas pesquisas já apontam esse despreparo dos docentes em lidar com episódios racistas que ocorrem em sala de aula. Esse silenciamento diante dessas situações ocorre pelo fato de haver um distanciamento docente em tratar a temática na sala de aula e/ou como forma do professor compactuar com o preconceito. Contudo, nesse caso, a professora demonstrou sentir-se incomodada e envergonhada, mesmo que não tenha aprofundado a discussão, nota-se por meio do seu comportamento que a mesma não vê as práticas de racismo e discriminação como algo comum. Outro ponto a ser observado é o fato de a criança utilizar o termo "negra", para tecer a "ofensa" à pesquisadora. Esse termo é uma construção social pautada por estereótipos e preconceitos com as pessoas de pele escura. Essa construção se dá por meio da subjetividade de cada grupo, todavia, o negro aparece como aquele sujeito povoado de sentimentos negativos, repulsa e ódio. Nessa perspectiva, assumir-se negro no Brasil é um ato de resistência e exige do negro um conhecimento que o faça compreender como o racismo se estrutura no país e a influência dessa estruturação na negação da sua própria identidade.

Ainda assim, muitos conceitos pejorativos são atribuídos aos sujeitos negros, nesse caso, essas ofensas ocorreram por meio da oralidade; essa que tem um grande poder para consolidar as práticas raciais e discriminatórias na nossa sociedade. Nota-se que a criança utiliza da linguagem oral para ofender a pesquisadora ao chamar de negra preta feia, fazendo relação do termo "negra/o" com "feiura". Nessa perspectiva, é importante fazer uma reflexão acerca das palavras "negro/a, preto/a", que desde o período colonial são tidas como termos pejorativos, que inferiorizam o negro e contribuem para que o mesmo negue sua identidade; e no segundo momento analisar o porquê esse conceito sempre vem relacionado com algo feio e ruim e quais os impactos dessas relações na construção da identidade dos sujeitos pretos e brancos.

No Brasil, os termos negro/preto sempre vieram associados à feiura e a piadas pejorativas, sejam por meio de imagens que muitas vezes são encontradas até nos livros didáticos, seja por meio de piadas e/ou ditos populares que (in)conscientemente são repassados de geração para geração e ridicularizam o negro. Essas atitudes/ações contribuem diretamente para a negação da identidade negra e a valorização da branquitude no país. Desse modo:

> o espaço escolar tem o dever de trabalhar a diversidade de culturas existentes no Brasil, a começar pelos anos iniciais, levando em consideração que é um período em que as crianças vão construindo sua identidade e valores para viver em sociedade. Uma educação pautada no respeito à diversidade possibilita uma sociedade futura mais tolerante (COSTA e SOUZA, p.3, 2021).

Diante de tais fatos, a escola tendo esse papel educativo, deve por meio do currículo e práticas pedagógicas dos docentes, proporcionar que o estudante negro se constitua positivamente, valorizando sua cultura, história e sua identidade. Assim, faz-se necessário utilizar a linguagem para pontuar a invisibilidade sofrida pelo sujeito negro e a visibilidade do sujeito branco através das diferentes linguagens, para assim, ressignificar essas narrativas e desarticular os discursos que evidenciam os preconceitos e reafirmam a todo o momento o negro como um sujeito subalterno e inferiorizado.

A criança utiliza a linguagem oral para ofender a pesquisadora, fazendo uso das palavras negro e preta de forma pejorativa, como se fosse algo ofensivo. No entanto, é compreensível, mas não aceitável, que popularmente os sujeitos utilizem esses termos com o intuito de ofender, visto que os mesmos sempre foram dados como palavras negativas. Nessa perspectiva, faz-se cada vez mais necessário a problematização desses termos de forma

crítica, para que seja descontruída essa ideia negativa de que todas as palavras que direcionam ao negro estejam relacionadas a algo negativo. Diante de tal fato, é perceptível como a linguagem está diretamente ligada à manutenção do racismo existente no país, e tendo esta, o papel crucial no processo de construção social e histórico dos sujeitos, como defende o linguista Mikhail Bakhtin, é necessário que a mesma seja utilizada, também, no processo de desconstrução do racismo e desigualdades raciais, a saber, por meio do letramento racial crítico, que aportado por Ferreira (2015), Nascimento (2019) e outros autores, propõem por meio da linguagem, a possibilidade da efetivação da educação antirracista, crítica e reflexiva.

Ao mesmo tempo em que me afasto[14] para trazer à tona as interpretações desses episódios, retomo, pois não há como ouvir tais ofensas e não rememorar as práticas discriminatórias que durante toda minha infância foram frequentes e me fizeram negar, durante boa parte da minha vida, a cor da minha pele, meus traços e meus cabelos por meios de procedimentos químicos para alisá-los. E assim como nos dias atuais, eram vistas como brincadeiras e/ou piadas inofensivas, no entanto, o reflexo de tais práticas me acompanharam durante toda a minha trajetória de vida pessoal e acadêmica, que hoje, após muitos estudos, uso como incentivo para buscar por meio da formação o fim do racismo e dessas práticas discriminatórias, que infelizmente até os dias atuais tiram o brilho no olhar e o sorriso de crianças pretas.

Voltar a ouvir esses xingamentos racistas e pejorativos no espaço da escola só me causaram ainda mais o desejo de ampliar os estudos e cada vez mais enfatizar que o racismo existe e causa profundas marcas de inferiorização que fere e mata sonhos. Mas uma vez, diante de tal episódio, fica ainda mais evidente a necessidade de discussões que problematizem o racismo como um fenômeno que é presente e que não ficou nas minhas vivências e de tantas outras pessoas no passado, pelo contrário, tem criado raízes fortes em uma sociedade que nega o racismo, apoiando-se na ideia do mito da democracia racial, que não existe. Falar de racismo, e além disso, ser antirracista, requer que negros e brancos saiam de si e passem a ver o racismo sem o olhar cristalizado imposto pela democracia racial, é necessário que as problematizações e atitudes antirracistas sejam pensadas e analisadas de forma contínua e efetiva. O racismo precisa de uma sociedade que lute cotidianamente por

[14] Utilizo a primeira pessoa por se tratar de uma vivência particular.

políticas públicas de igualdade, por efetivação das leis que buscam reparação e respeito para a população preta. O antirracismo requer mais do que indignação, é necessário prática e ações efetivas.

Ao ver episódios como esses ainda ocorrerem nos dias atuais, liga-se um alerta para nós, educadores, e a população em geral refletirmos sobre nossas práticas, crenças e ideologias, que, por vezes, inocentemente reforçam o racismo. É preciso que reconheçamos que o racismo está presente em todas as esferas sociais e que é necessário letrarmo-nos racialmente a fim de que por meio de nossas vivências diárias passemos a combater o racismo. Tomando consciência de nossas atitudes e ações, temos a possibilidade de mudarmos essa triste realidade.

É fato que houve um grande avanço nas discussões após a aprovação da Lei nº 10.639/2003, isso não podemos negar. No entanto, incluir a temática sem que haja formação específica e contínua para os docentes torna-se insuficiente, ainda que sem perder de vista a sua importância. Assim, por meio do letramento racial crítico, Aparecida Ferreira (2014, 2015) propõe que os docentes busquem uma formação que vai muito além do cumprimento meramente da lei, a autora nos convida a letrarmo-nos racialmente, e por meio desse letramento expor inquietações para com os alunos acerca da temática, além disso, ao presenciarem cenas ou discussões de cunho racistas, não ignorar, mas, pelo contrário: trazer à tona esses episódios do dia a dia para discutir com os alunos e fazer com que os mesmos reflitam sobre suas ações. Outro ponto importante é fazer o uso de autores/as negros/as como suas referências para as aulas a fim de dar maior visibilidade para a população preta em posições de destaque, explicar e exemplificar aos alunos sempre que cometerem alguma atitude racista os impactos dessas ações na vida de crianças e adultos pretos, repensar os vocabulários utilizados durante as aulas e trazer sempre que possível o protagonismo negro nas diversas atividades e espaços da escola.

Por fim, os episódios separados para interpretação apresentam o modo como a linguagem se constitui enquanto (re)produtora e (des)construtora de práticas racistas no espaço escolar. No primeiro episódio, nota-se a importância da representatividade de pessoas negras para a construção de uma identidade negra positiva, e a importância de valorizar a cultura e a características das pessoas das diferentes etnias, pontuando a importância de cada uma. Mesmo não utilizando da linguagem oral para conduzir o diálogo, a representação se deu por meio do fenótipo da pesquisadora, o que de algum modo representa e categoriza um

determinado grupo, levando-nos a tecer diferentes possibilidades de reflexões e problematizações acerca do racismo. No segundo episódio, a criança já utiliza da linguagem oral para atacar racialmente a pesquisadora. Atribuindo os termos negra/preta à feiura e ofensa. Nesse intento Bakhtin (2009, p.99) afirma que“a linguagem está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. E os termos utilizados pelo aluno carregam essa carga ideológica e pejorativa em relação ao negro. Posto isso, e para efeito de tais análises, é necessário que as práticas antirracistas sejam efetivadas na sala de aula e consequentemente nos demais espaços, a fim de superar o racismo linguístico que é latente em nossa sociedade.

Toda prática exige criticidade e reflexão de modo a ressignificar as experiências de racialização. Esse termo é definido por Nascimento (2019, p. 67) como [...] a enunciação que permite formar raça enquanto enunciado de hierarquias de poder do sistema mundo. Nesse intento, as problematizações devem ser pautadas sempre no compromisso com uma formação igualitária, inclusiva, racializada e antirracista em meio a sujeitos negros e brancos.

No Brasil é comum ver crianças e adultos pretos/as negarem a cor da sua pele, seus traços, alisarem o cabelo para ter uma maior aceitação, visto que a pretura no país é carregada de estereótipos negativos que desvalorizam a nossa beleza. Essa mesma criança, quando questionada se já sofreu algum tipo de discriminação por conta da cor da pele, aponta que muitos dos seus colegas a chamam de feia e fala que sua cor de pele é feia. Esses episódios de ofensas contribuem para que essa criança cada vez mais busque embranquecer-se. Todavia, esse processo é doloroso e deixa marcas negativas que perduram por toda a vida da criança. Nesse sentido, é preciso desconstruir essas ideias pejorativas de que crianças pretas são feias, para que elas possam reconhecer a beleza de sua pele e se amarem do jeito que são, tendo sempre em mente que o problema não está em ser negro, e sim, nas pessoas que por ignorância e/ou falta de conhecimento, praticam o racismo.

3.2 ESSE CAMINHO SE CONSTRÓI COM VOZES... Entrevista realizada com os alunos

Esse tópico é baseado nos dados produzidos por meio das entrevistas realizadas individualmente com cada aluno da turma do Terceiro Ano “B”, do turno vespertino, assim como citado anteriormente. Tais entrevistas foram realizadas após a finalização da observação e (con)vivência na sala de aula e demais espaços da instituição.

Findado o período de observação, retomamos para a instituição para realização da entrevista com os/as alunos/as. Chegamos à sala e conversamos novamente com eles/as, enfatizamos sobre a pesquisa e a necessidade de todos/as participarem desta etapa; a maioria questionou: querendo saber se era algo difícil, se demorava... Respondemos a todos/as com atenção e *a posteriori* fizemos a entrega dos Termos de Consentimento Livre Esclarecido (CLTE). Durante a entrega dos termos, explicamos do que se tratava o termo e que seria necessário que os pais ou responsáveis assinassem para que eles/as pudessem participar da pesquisa, deixamos contato de telefone e e-mail para que os pais ou responsáveis tirassem suas dúvidas caso surgissem, além disso, ficamos uma tarde na escola para conversar com aqueles que não tiveram como entrar em contato pelos meios disponibilizados. No entanto, apesar desse movimento, apenas seis crianças devolveram o termo assinado. Tendo essa baixa adesão, tentamos novamente contato com os pais ou responsáveis, mas muitos alegaram se sentir inseguros, e para não causar maiores transtornos, optamos por realizar a entrevista com as seis crianças que devolveram os termos devidamente assinados pelos responsáveis; esses que se encontram anexados no final deste texto.

Tendo os termos em mãos, marcamos um dia para a realização da entrevista, pedimos autorização da direção da escola para a aplicação dessa técnica na biblioteca da escola, pois era o espaço mais tranquilo, e lá, talvez as crianças se sentissem mais à vontade. A direção concedeu o espaço, e assim fizemos a entrevista com as crianças.

No decorrer da entrevista, foi possível perceber certa timidez por parte de algumas crianças, outras já aparentavam estarem mais à vontade e seguros para responder às perguntas. Dando início ao diálogo, foi notório que há por parte de alguns alunos/as certo desconhecimento sobre o termo racismo, bem como o seu conceito. No entanto, ao explicar para eles/as do que se tratava esse termo e o seu significado, muitos relataram sofrer agressões que podem ser definidas como práticas de racismo, todavia, pela falta de conhecimento, muitos não conseguem compreender a relação de tais práticas com o termo supracitado.

Desse modo, ao serem questionados/as sobre o que seria o racismo[15]? O que entendem pelo termo? Quatro, das seis crianças entrevistadas, alegaram desconhecer do que se tratava esse termo. A primeira criança entrevistada disse nunca ter ouvido falar sobre esse termo, as demais afirmaram apenas com o "não", e não quiseram nem arriscar; apenas duas disseram

[15] Primeira pergunta da entrevista.

que racismo é: *"quando homem bate na mulher* (BETINA, 2022)". E a outra, que racismo é: *"quando chama a pessoa de negra, morena...* (BIA, 2022)".

Por meio das falas das crianças, foi possível constatar a necessidade em aprofundar os estudos étnico-raciais na escola, sobretudo, para os termos "racismo", "preconceito" e "discriminação", tendo em vista a falta de conhecimento dos alunos sobre os termos, e a relação direta dos mesmos com as práticas de discriminação que ocorrem diariamente no contexto da escola/sala de aula. Para Cavalleiro (2020), esse desconhecimento e,

> "(...) a não percepção do racismo por parte das crianças também está ligada à estratégia da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema. A ausência do debate social condiciona a visão limitada do preconceito por parte do grupo familiar, impedindo a criança de formar uma visão crítica sobre o problema (p.33)".

O mito da democracia racial no Brasil é latente e muitas pesquisas comprovam que o racismo ainda é visto por muitos como um problema do negro que não aceita a cor de sua pele, traços e sua cultura, tirando do branco a sua responsabilidade social nas práticas racistas, e ainda de pensar e combater o racismo. Cardoso e Muller (2017) fazem uma importante colocação ao afirmar que:

> "os estudos sobre as relações raciais muito falaram do negro e dos problemas que lhe foram criados no universo racial brasileiro, mas deixaram de falar de brancos numa sociedade onde a Branquitude poderia fazer parte do processo de transformação social, partindo de que os brancos conscientes dos privilégios que sua cor lhes traz a sociedade poderiam questioná-los e participar do debate sobre a divisão equitativa do produto social nacional entre brancos e negros (CARDOSO E MULLER, 2017, p.11)".

O racismo é um problema de todos e deve ser combatido por todos. No âmbito educacional, muitos livros didáticos, ainda que não sejam os únicos que reproduzem o racismo, reforçam esses preconceitos por meio de imagens pejorativas que ridicularizam o negro. E muitos professores preferem silenciar e não discutir sobre o tema, seja pelo despreparo ou mesmo pela falta de conhecimento para discutir criticamente. No entanto, tais posturas só reforçam as práticas discriminatórias e os comportamentos preconceituosos de alunos, professores e demais sujeitos da/na instituição escolar.

A Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino das relações étnico-raciais deve ser pensada por meio dos episódios racistas que muitas crianças sofrem diariamente, e não apenas como data comemorativa, como é tratada na maioria das escolas. É necessário pensar

o racismo e os letramentos que possibilitam a extinção do mesmo, a partir do contexto da escola, pois é nesse espaço que as crianças passam boa parte de suas vidas e constituem sua identidade. Tendo em vista a importância da escola na formação desses sujeitos, é indispensável uma formação crítica que "forme" sujeitos brancos com consciência de seus privilégios sociais e que lute pela equidade em direitos para com pessoas negras, e sujeitos negros, com senso crítico para compreender que têm direito a respeito e dignidade. Desse modo, a educação étnico-racial deve, segundo Cavalleiro (2020) "(...) subsidiar estratégias que elevem a autoestima de indivíduos pertencentes a grupos discriminados e criar condições que possibilitem a convivência positiva entre as pessoas. Em especial, tornar a escola um espaço adequado à convivência igualitária (pg.10)". Assim, cabe-se indagar: Durante os anos de implementação desta lei, em que medida as escolas vêm se preparando efetivamente para lidar com a questão étnica?

No atual contexto de negação e aumento dos grupos racistas, que, por ora, imaginávamos que estivessem sendo enfraquecidos, essa formação crítica e reflexiva se faz cada vez mais urgente. Silenciar o racismo nunca será a solução! Cada vez mais se torna indispensável uma formação crítica desde a tenra idade, tendo em vista que crianças brancas e negras, desde muito pequenas, apresentam atitudes racistas, e no caso de crianças negras, a negação de sua identidade, buscando por meio da estética, embranquecer-se. E esse fato se dá devido à normatização do branco como sujeito belo e ideal, colocando todos que fogem desse padrão numa posição de inferioridade.

A segunda pergunta feita na entrevista foi: qual a cor da sua pele? Vale salientar que não levamos em conta as relações de cor/raça determinadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), optamos por deixar as crianças livres para se autodeclararem como se sentissem mais confortáveis. Assim, das seis crianças que aceitaram participar dessa etapa, apenas uma não quis responder, as demais foram bem diversas e subjetivas ao se autodeclararem. A primeira criança a responder à pergunta, disse ser "cor de pele", a segunda "escura", a terceira não quis responder, a quarta "galega", a quinta "negra", e a sexta criança se autodeclarou "cor de café".

O ideal de branqueamento no Brasil, legitimado pelas ciências que classificam a diversidade humana do nosso país em raças (branca, preta, parda e amarela), fazendo essa distinção por meio da cor da pele, tipo de cabelo, tamanho do crânio, dentre outras características, dividiu os humanos, colocando o branco como o ser humano ideal e o negro

como fora da norma. Segundo Silva (2017) “a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista (p.27)”. Em consequência disso, o negro passa a ser visto como um animal irracional, bizarro e fora do padrão de ser humano ideal. “Assim, o racialismo, movido por práticas políticas, tira proveito dessas descrições e inventa o racismo e sua ideologia, onde o negro ora é odiado, ora é temido e vitimizado” (ALMEIDA, 2013,

p.83).

Tais aspectos dessa relação cor/raça, se evidenciam no momento em que crianças pretas tentam embranquecer-se ao se autodeclarem usando palavras como “cor de pele”, “negra”, “cor de café”, “escuro” e a criança branca tenta embranquecer-se mais ao se autodeclarar “galega”. Tais conceitos buscam, por um lado, amenizar sua “pretura” e por outro reforçar a branquitude. E ao serem questionadas se gostavam ou não da cor da pele**,** a primeira criança a ser entrevistada disse gostar “mais ou menos” da cor pele. A segunda criança**, “***uhum”* (balançou a cabeça afirmando que sim). A terceira, com o semblante tímido, disse ter esquecido e não quis responder. A quarta, afirmou gostar da cor da pele: *“Eu gosto”*. A quinta, disse apenas *“gosto”* e sorriu. E a sexta, apenas afirmou que *“sim”*.

Ao serem questionadas sobre o porquê de gostarem ou não da cor da pele, a criança que afirmou gostar “mais ou menos” da cor da pele, disse que gostaria de mudar a cor da pele, “por que ser branco é bonito”. A outra disse gostar da pele, sim, porque sua pele é bonita. E os demais deram respostas apenas de “sim e não”, e ao serem questionados do porquê, preferiram não responder. A criança que disse gostar da sua pele porque é bonita é uma criança com fenótipo branco, cabelos lisos e pele clara. Por meio de sua resposta, reafirma a pele branca como a bonita, a desejável, aquela que não sofre preconceitos e nem é alvo de piadas e risadinhas. Enquanto a criança negra preferia mudar a cor da pele, para se tornar branca e fugir das rejeições que a pretura possibilita.

3.3 ESSE CAMINHO TAMBÉM SE FAZ COM INQUIETAÇÕES... Questionário aplicado às professoras.

Neste tópico apresentamos os dados produzidos por meio de questionário aplicado às professoras da turma do 3º Ano “B”, vespertino. Objetivamos por meio de esta técnica compreender como as professoras lidam com os episódios racistas que ocorrem na sala de aula, quais os desafios, e a importância da formação continuada para lidarem com esses

episódios que, por ventura, vierem a ocorrer. Além disso, buscamos identificar se essas professoras conheciam o termo letramento racial crítico e a possibilidade que os estudiosos da área apontam no uso desse termo/formação para a construção de uma educação antirracista e decolonial. Assim, direcionamos nosso trabalho com o questionário, contendo as seguintes perguntas:

1ª pergunta: Em sua opinião, quais fatores contribuem para as práticas de racismo, discriminação e preconceito que ocorrem no espaço escolar? Liste-os conforme o grau de importância, começando pelos fatores mais importantes e terminando nos menos importantes.

> **Profª 01 -** *Penso que o fator principal que contribui com a perpetuação das práticas racistas no espaço escolar é o racismo estrutural, visto que está enraizado em nossa sociedade desde os tempos em que as pessoas negras foram escravizadas até os dias atuais. Durante toda a história do nosso país, é perceptível a discriminação racial da população negra que é perpetuada por meio de um currículo escolar eurocêntrico, racista, de um livro didático que não valoriza a cultura e a história do povo negro, da falta de representatividade do homem e da mulher negra em espaços de poder na sociedade. Além do pouco investimento em políticas públicas que valorizem a identidade étnica e assegure os direitos de homens, mulheres, jovens e crianças negras.*
>
> **Profª 02 –** *1-Resquícios de uma educação/formação inicial não libertadora, gerando a reprodução das práticas ''o sonho do oprimido é ser o opressor''. 2-A inoperância do Estado ao não tornar efetiva as leis de combate ao racismo, a discriminação e o preconceito. 3-A negligência dos profissionais que presenciam tais práticas e ignoram.*

Podemos observar por meio das respostas dadas, que as professoras têm um entendimento aprofundado sobre o racismo e por meio de suas falas nomeiam vários fatores que contribuem para a perpetuação e efetivação das práticas racistas na sociedade. Ambas sinalizam o modelo educacional e falta de formação específica como alguns dos fatores com peso significativo nesse processo. De fato, muitas pesquisas apontam os impactos que a falta de formação dos profissionais no trato das questões étnico-raciais causa no âmbito educacional, visto que muitos episódios de racismo ocorrem na sala de aula, e esses profissionais, por vezes, não conseguem fazer uma intervenção, devido a essa falta de formação. Além disto, e como posto pelas professoras, os livros didáticos também trazem histórias extremamente estereotipadas, que desvalorizam a cultura africana e acabam por reafirmarem essas ideias do negro como sujeito inferior e subalterno. Segundo Hélio Silva Junior (p.70) "(...) a educação escolar pode fazer muito mais do que reprimir a discriminação - ela pode e deve preparar crianças e adultos para valorizarem a diversidade étnico-racial e

construírem uma sociedade igualitária".

Tendo subciência do papel da educação nesse processo formativo dos sujeitos e consequentemente da sociedade, um fato chama atenção nas respostas de ambas as professoras. Mesmo demonstrando conhecimento sobre o tema e reconhecendo que o racismo é estrutural e perpassa pelos diversos meios sociais, inclusive a escola, as professoras não fizeram referência desse espaço e da comunidade em geral como ambientes propícios para o combate ao racismo, colocando-as apenas como espaços de reprodução de práticas discriminatórias, deixando de considerar o papel formativo da escola nesse processo. Sabemos do indispensável papel da educação, de um modo geral, na formação e construção do sujeito, pois se a escola é racista é porque o currículo que direciona a prática pedagógica é racista, os livros didáticos são racistas e a sociedade é racista. Nesse intento, é importante que no espaço escolar os docentes criem situações que despertem o interesse das crianças em compreenderem sobre racismo, discriminação e os impactos desses termos/ações na vida das pessoas pretas, levando para a prática em sala de aula ilustrações de artistas negros, atividades que apresentam cultura da época colonial, e se possível, envolver a família nessas atividades para, assim, construirmos uma sociedade mais fraterna e segura para todos/as. Além disso, a Profª.1 pontua ainda o racismo estrutural como mais um desses fatores que potencializam as práticas de racismo e a naturalização desse na sociedade.

Autores como Almeida (2018) apontam que o racismo é estrutural e parte de uma lógica que busca manter a desigualdade no meio social nas esferas social, histórica e política, assim, o autor afirma que o racismo é sempre estrutural, ou seja, o racismo parte de uma estrutura que normaliza um padrão em princípios discriminatórios em relação à raça. Por ele estar presente nas estruturas que formam a sociedade, é comum, não aceitável, que no dia a dia falas racistas sejam proferidas. No entanto, tendo essa consciência do modo como o racismo se estrutura na sociedade, fica mais evidente a responsabilidade social de todos em buscarem letrar-se racialmente e combater o racismo nas mais diversas formas. E tendo as instituições escolares o papel formativo, é importante que elas criem maneiras de:

> a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade;
> b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
> c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;
> d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos

raciais e degênero. (ALMEIDA, 2019, p.32)

Nesse caso, as instituições devem se posicionar criticamente a respeito das práticas de racismo e discriminação, para que a escola não seja um espaço apenas de reprodução do racismo e práticas discriminatórias, como foi posto pelas professoras. Mas que seja um espaço acolhedor, seguro e fraterno para todos/as. Assim, é preciso investir em políticas de implementação que promovam uma educação antirracista realmente efetiva. Falar apenas de representatividade, da importância do respeito, ainda que essencial, não fará com que o racismo deixe de ocorrer nas instituições. É necessário uma formação na prática, que conceba todos os sujeitos como parte integrante de ações antirracistas que criam e recriam continuamente debates aprofundados sobre o tema, e que para além disso, adotem posturas antirracistas.

2ª pergunta: Conforme seu entendimento, quais os principais fatores que contribuem para a não aceitação da identidade étnica do outro e para a negação da própria identidade étnica?

a) Fatores responsáveis pela não aceitação da identidade étnica do outro:

> **Profª 01 -** *Apropriação do discurso de que as pessoas negras sãoinferiores e incapazes;*
>
> *-Desvalorização da cultura negra e da diversidade étnico-racial existente em nosso país;*
>
> *-Educação racista que valoriza o conhecimento hegemônico em detrimento dos conhecimentos e saberes contra-hegemônicos.*
>
> **Profª 02 -** *Acredito que a não aceitação da identidade étnica do outro está intimamente relacionada ao preconceito estrutural (originado por uma sociedade escravagista) vigente de maneira velada no nosso sistema de ensino, que disseminou a ideia de que uma raça é superior a outra, de modo que alguns indivíduos gozam de privilégios enquanto outros são impedidos de ocupar os mesmos lugares/posições e direitos. Outros fatores relevantes nesse processo são a inoperância da autocrítica e o analfabetismo funcional dos profissionais da educação. Pois enquanto o primeiro se estabelece na reprodução de falas e ações consideradas como ''normais/inofensivas'' de maneira negligente, o outro se traduz no distanciamento entre a teoria apresentada na formação inicial e as implicações na realidade prática.*

Com base nas respostas dadas pelas professoras, os fatores que mais contribuem para a negação da identidade é a desvalorização da cultura negra e da diversidade que constituem o nosso país. Ambas fizeram relação com o racismo estrutural existente, como já apontado por Almeida (2018), em sua obra "O que é racismo estrutural", como um dos fatores principais

para a manutenção e fortalecimento do racismo. Além disso, apontam que a falta de representatividade positiva do negro faz com que muitas crianças pretas neguem a sua identidade étnica, uma vez que o "preto" sempre está associado a coisas negativas, e as crianças brancas reafirmam-se como normais e (re)produzem falas e atos pejorativos para com as crianças negras, por meio de piadas ou apelidos ofensivos que são dados como comuns, e vão se perpetuando ao longo de todo esse tempo. Do mesmo modo, as professoras também pontuaram a falta de uma educação antirracista e autocrítica que valorize a hegemonia cultural do nosso país, pois por meio dela pode-se construir uma sociedade igualitária e justa. Assim, discutir pautas que contribuam para o respeito à diversidade é urgente e indispensável para alcançarmos a sociedade igualitária que tanto almejamos.

b) Fatores responsáveis pela negação da própria identidade étnica:

> **Profª 01-**
>
> *-Falta de representatividade em espaços de poder;*
>
> *-Imagem das pessoas negras carregadas de preconceitos e estereótipos;*
>
> *-História do povo negro contada na versão do colonizador; (sempre como subalternos e não como protagonistas).*
>
> **Profª 02 -** *A negação da própria identidade étnica pode ser fomentada por uma autopercepção distorcida da própria condição social, ou seja, o sujeito não reconhece a sua identidade. Tal fato pode se dar pela negação a esse lugar de inferioridade demarcado historicamente e/ou pela falta de representação identitária que permita ao indivíduo enxergar a si mesmo na relação com o mundo.*

No trato das questões étnico-raciais, especificamente a construção da identidade negra e branca, a representatividade é um conceito importantíssimo nesse debate, visto que, dentro desse viés, esse termo representa o empoderamento de um grupo em relação à sua origem e história, tendo o outro indivíduo como um "espelho". No entanto, a partir das respostas apresentadas, as professoras pontuam a falta dessa representatividade como um dos principais fatores para o negro negar a própria identidade, uma vez que normalmente não veem referências de pessoas do seu grupo em lugares de destaque, pelo contrário, muitas vezes aparecem apenas desenvolvendo papeis sempre subalternos, "(...) na grande maioria coadjuvantes e estavam geralmente na posição de empregados, o que remete ao recente passado escravocrata" (FARIAS, 2018, p. 20). Fator esse que compromete diretamente o negro no processo de aceitação de sua identidade, pois essas percepções reforçam os estereótipos negativos em relação ao negro e reafirmam o que a história sempre colocou:

que é preciso negar-se a si mesmo para ser aceito e para conseguir se destacar. Em contrapartida, intenta-se por meio de uma educação antirracista apresentar pontos positivos de ser negro e suas potencialidades, e fazer com que eles entendam que também são autores no processo de transformação do mundo.

Outro ponto importante destacado pela Profª. 01 foi o de a história do povo negro ser sempre contada pelo colonizador, tirando dele a oportunidade de falar sobre todo o sofrimento que o período de colonização causou e causa através dos respingos históricos que insistem em colocar o negro em um lugar de subalternidade até os dias atuais. Trata-se de uma (re) produção histórica que precisa ser desconstruída continuamente. É pela percepção do outro que o indivíduo se constitui como sujeito, assim ter uma representação positiva da negritude é essencial para ser e/ou tornar-se negro efetivamente.

No que tange a história do negro contada por pessoas brancas, ganham visibilidade no Brasil, devido a ideia da falsa democracia racial, isso, inclusive, contribui para a manutenção do racismo no país. O modo como o Brasil se constitui é muito parecido com os Estados Unidos, visto que ambos tiveram suas bases econômicas construídas pelas mãos dos negros escravizados. No entanto, a construção social dos EUA foi mais violenta, evidentemente, e no Brasil, como isso não era visivelmente comum, instaurou-se essa ideia de democracia racial e que no Brasil não existe racismo. No entanto, já havia instaurado também no país a ideia da miscigenação, que tinha como intuito "embranquecer" a população. Tudo isso foi realizado sem levar em consideração a história e a cultura africana que os negros escravizados traziam consigo. Essa negação faz com que o número de assassinatos de pessoas negras aumente, por exemplo, e ganhe certa normalidade. Assim, a sociedade foi sendo construída negando a existência da história do negro e esse silenciamento perpassa pelos currículos escolares e nas relações escolares e sociais, causam exclusão e consequentemente a marginalização do negro e a desvalorização da nossa cultura.

Assim, demos continuidade à **3ª pergunta**: Como você percebe sua prática em sala de aula para discutir sobre racismo?

> **Profª 01 -** *Em minha prática, tento trabalhar as questões étnico-raciais no cotidiano da sala de aula, incentivando ações de respeito à diversidade racial, discutindo sobre a importância dos direitos das pessoas negras, da não prática do racismo e do preconceito. Busco trazer autores, artistas negros para valorizar o trabalho dessas pessoas e também conscientizar os (as) estudantes sobre sua identidade étnica.*

> **Profª 02-** *Em minha prática docente estar atenta às questões que atravessam as relações étnicas é uma preocupação, me sinto responsável por desnaturalizar os preconceitos enraizados nas práticas e falas do dia a dia, nas relações estabelecidas tanto entre alunos, professor-aluno e demais profissionais, para tal busco sempre estar me atualizando a respeito, mas confesso que ainda há muito a aprender.*

As professoras citam que em suas práticas na sala de aula buscam sempre trabalhar as questões étnico-raciais, pois compreendem a necessidade em discutir esse tema para valorização e respeito da cultura e do povo africano, bem como para seus descendentes. Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003 essa temática passa a ter uma maior visibilidade nos currículos e práticas pedagógicas, no entanto, a Prof.ª 02 aponta que mesmo buscando incluir a temática em sua prática, sente dificuldade em tratar o tema na sala de aula, o que infelizmente é comum para muitos profissionais, devido à falta de conhecimento e formação sobre a temática.

Para muitos educadores, falar sobre racismo é reforçar e/ou induzir ainda mais as práticas racistas, o que acaba sendo um terrível equívoco, pois o racismo só será combatido quando alcançarmos uma sociedade letrada racialmente, e isso só será possível por meio de uma educação que problematiza e age criticamente sobre ele. Levando em consideração o exposto, a Lei nº 10.639/2003,

> "[...] sinaliza para um modelo educacional que prioriza a diversidade cultural presente na sociedade brasileira e, portanto, na sala de aula, de modo que as ideias sobre reconhecimento, respeito à pluralidade cultural, democracia e cidadania prevaleçam em todas as relações que envolvem a Educação e a comunidade escolar, desde o processo de formulação de políticas educacionais, de elaboração de currículos escolares e de formação de docentes até as atividades pedagógicas, metodológicas e de acolhimento de educandos.." (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 2008, p. 16).

Nessa perspectiva, o docente torna-se um grande aliado nesse processo. Por meio de sua prática pedagógica, pode-se apresentar a importância do negro na formação da nossa sociedade e da nossa cultura, além de reforçar a necessidade do respeito à diversidade, visto que o nosso país se constitui de maneira diversa e plural. E é preciso que haja esse respeito para termos uma sociedade mais justa. Mas, para que isso aconteça, a lei sinaliza a importância de esses docentes estarem preparados, pois, "[...] o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar". (Silva, 2001, p.66). Assim, estando os docentes munidos de uma boa formação, podemos construir uma sociedade que respeite e reconheça a importância da

diferença na construção social.

4ª pergunta: Em sua opinião, o racismo está presente nas relações cotidianas da escola? Cite exemplos.

> **Profª 01 -** *Sim. Podemos citar os apelidos pejorativos entre os (as) estudantes em sala de aula e também em outros espaços da escola. Ex.: "cabelo de bucha", "carvão", "macaco", "nega do cabelo duro", "feijão preto", entre outros.*
>
> **Profª 02** – *Com certeza. Desde as práticas de bullying (agressões verbais) entre os alunos, as violências veladas em que um aluno é privilegiado em relação ao outro em detrimento da cor da pele e condição financeira.*

Como apontado pela professora, a criança negra normalmente é insultada direta ou indiretamente por meio de apelidos e piadas pejorativas que buscam ofender e macular sua imagem, tais apelidos diminuem a existência e reforçam a negação da identidade da criança negra, que vê a cor da sua pele como algo feio e fora da normalidade. Desse modo, crianças negras passam a odiar a cor da sua pele, tipo de cabelo, desejando então, embranquecer-se para serem aceitos. O ideal de branquitude imposto pela sociedade contribui em muito para que a negação dessa identidade negra ocorra desde a tenra idade e perpetue até a vida adulta, fazendo com que crianças e jovens, por exemplo, optem por alisarem seus cabelos (mesmo não havendo problema nenhum em alisar o cabelo, desde que esse seja um desejo particular e não uma tentativa de embranquecer-se, como sempre ocorreu) para enquadrar nesse padrão excludente e desumano existente em nossa sociedade.

A forma como a nossa sociedade se organiza é resultado dos fatores históricos e sociais, e que foram materializados pela cultura e pela educação. De igual modo, ocorreu a construção e a manutenção do racismo, pois sendo a escola uma das principais responsáveis por essa formação, tem o dever de combater o racismo e os discursos racistas que se mantém latentes ainda atualmente. Os apelidos e piadas racistas proferidas no espaço da escola, estão, segundo Almeida (2013), "(...) camufladas por uma suposta democracia racial, que transforma os insultos pejorativos em "brincadeiras" e relações aparentemente amistosas" (ALMEIDA, 2013, p.54). Isso ocorre devido à naturalização do racismo na nossa sociedade. Assim, percebe-se que a pessoa negra é sempre a vítima da linguagem racista, que perpetua por meio de uma construção social estruturada em ideais racistas.

Dando continuidade à interpretação, outro fato chama a atenção, a Prof.ª 02 utiliza o bullying para exemplificar as práticas racistas que ocorrem na sala de aula, no entanto segundo Almeida (2013, pg. 80), "(...) o racismo é diferente do bullying, pois ele não ocorre,

como vimos, somente entre os pares. Ao contrário, acontece, inclusive entre desiguais e numa relação de manipulação das falas, onde elas aparecem quase sempre como brincadeiras (...)". Desse modo, compreende-se que os ataques racistas ocorrem com o "diferente", aquele que foge à regra do ser humano belo, nesse caso, pessoas pretas.

Abordar sobre o racismo com crianças é necessário e se faz urgente há muito tempo. Muitas pesquisas têm buscado trazer a criança como sujeitos produtores de políticas antirracistas, por meio de sua participação direta nesses estudos. Todavia, é difícil esperar que crianças pretas sejam resistentes para um luta quase invisível, no entanto é preciso que nós, enquanto educadoras/es, sigamos firmes na busca por uma educação/formação antirracista efetiva, para além das leis, que em sua maioria são ocultas por uma sociedade que banaliza e tenta a todo momento deslegitimar o racismo e os seus impactos na vida da população preta do país.

5ª pergunta: Você já tinha ouvido falar sobre letramento racial crítico enquanto prática pedagógica? Em hipótese afirmativa, descreva um pouco sobre.

> **Profª 01** – *Já ouvi falar, porém não tenho leituras aprofundadas sobre o assunto. Sei que o letramento racial crítico corrobora com a reflexão coletiva do papel de cada um na sociedade na desconstrução de práticas racistas.*
>
> **Profª 02** – *Não. Mas acredito que seja alguma temática que discuta a presença das questões étnicas em sala de aula.*

Conforme as respostas dadas pelas professoras, o tema letramento racial crítico, ainda que uma delas já tenha ouvido falar sobre, nenhuma mostrou ter conhecimento aprofundado sobre tal tema. Ambas apenas fizeram suposições de que se trata das questões étnico-raciais. De fato, esse é um tema que há pouco tempo vem ganhando espaço nas discussões acerca das questões étnico-raciais. Uma das primeiras pesquisadoras a tratar sobre o tema no Brasil foi **Aparecida de Jesus Ferreira**, em seus estudos, a pesquisadora faz reflexões de como a linguagem por meio dos multiletramentos contribui para a manutenção do racismo na nossa sociedade e busca também apresentar as possibilidades por meio da linguagem e do letramento racial crítico para descontruir o racismo.

Assim, a autora supracitada (2015) apresenta o letramento racial crítico como uma possibilidade para:

> (...) refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio

> entendimento de como raça e racimo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais. (FERREIRA, 2015, p. 138)

Nesse sentido, o LRC surge como uma possibilidade para nortear o trabalho do professor na inclusão efetiva de problematizações críticas dos temas étnico-raciais em suas aulas, possibilitando assim uma criticidade maior sobre o entendimento de raça e racismo e na interação entre professor-aluno e aluno-aluno. As problematizações propostas pelo LRC possibilitam uma transformação social por meio da educação, incluindo os grupos marginalizados e suas diferentes identidades sociais, oportunidades de serem valorizados e respeitados. De igual modo, o LRC é um importante instrumento de transformação social. Assim, Ferreira (2015, p.) salienta que:

> [...] para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades, ou seja, a identidade racial branca e a identidade racial negra para refletir sobre raça, racismo e possíveis formas de letramento racialcrítico no contexto escolar em todas as disciplinas do currículo escolar. (FERREIRA, 2015, p.)

Por meio do letramento racial crítico, nós, educadores, podemos possibilitar uma educação que reeduque o indivíduo em uma perspectiva antirracista e decolonial, pois para Alves (2018, p. 70) "(...) se uma sociedade aprende a ser racista, o Letramento Racial Crítico propõe "desaprender" tal perspectiva". Ao utilizar o letramento enquanto prática pedagógica no ambiente escolar, podemos instigar nossos alunos a terem um pensamento crítico e reflexivo acerca das questões étnico-raciais. E assim, estaremos caminhando para a construção de uma sociedade antirracista e justa.

6ª pergunta: Você acredita que é importante incluir temas como racismo, discriminação e preconceito nos currículos escolares? Por quê?

> **Profª 01** – *Com certeza. A inclusão desses temas nos currículos escolares e a reflexão crítica sobre as questões étnico-raciais na escola são essenciais para se pensar numa educação antirracista que valorize a história, a cultura e o protagonismo negro.*
>
> **Profª 02** – *Sim. Para que esses temas estejam presentes de maneira transversal no cotidiano da sala de aula.*

Ao serem questionadas sobre a importância da inclusão de temas como racismo, discriminação e preconceito nos currículos, as duas professoras foram enfáticas ao afirmarem que sim. Sinalizando, inclusive, a importância de serem abordados de forma crítica, a fim de

desconstruir as ideias pejorativas acerca da população negra e sua cultura. Todavia, apesar dessa afirmação positiva das professoras, muitas pesquisas ainda apontam a dificuldade que muitos educadores/as sentem em abordar sobre esses temas na sala de aula, alegando despreparo ou insegurança para abordá-los.

Quando paramos para refletir sobre formação de professores no trato das relações étnico-racias, notamos um retrocesso, considerando que a lei 10.639/2003 teve sua aprovação há quase 10 anos; tal lei que torna obrigatória a discussão acerca do tema na sala de aula e, ainda hoje, presenciamos professores (as) apontando esse despreparo para trabalhar o tema em sala de aula. Isso evidencia o descasso no trato das questões étnico raciais, que mesmo diante do aumento de casos de práticas racistas em todos os espaços, inclusive nas escolas, tais práticas que exigem aprofundamento nos debates tem sido deixadas para depois. Muito ainda precisa ser feito e essa demanda exige urgência e mais compromisso por parte do poder público, professores (as) e a sociedade de um modo geral.

7ª pergunta: Em sua prática docente, você já sentiu alguma dificuldade para intervir em episódios de racismo que porventura tenham ocorrido em sala de aula? Em hipótese afirmativa, por que você acha que sentiu essa dificuldade?

> **Profª 01 –** *Sim. Acho que senti dificuldade por ter sido algo que não esperava do aluno naquele momento, na hora fiquei sem ação pra falar do assunto na presença da turma, mas em seguida chamei o aluno em particular e expliquei a ele a gravidade do que havia falado. Percebi nesse momento que deveria reforçar a discussão sobre o racismo durante as aulas.*
>
> **Profª 02** – *Sim. No início da minha formação nos primeiros contatos com a sala de aula, lidei com uma situação de agressão verbal entre os alunos, em que um aluno tecia ofensas contra o outro chamando-o de ''feijoada'', no momento chamei os dois alunos e conversei sobre a necessidade de respeitar o outro e principalmente não utilizar das características do colega para ofendê-lo e posteriormente realizei um diálogo com a turma. Mas foi um momento desafiador que me senti muito insegura e incapaz, mas esse sentimento foi se dirimindo ao decorrer da minha formação e prática.*

As respostas dadas pelas professoras só reafirmam o que muitas pesquisas já apontam: a falta de preparo para lidarem com práticas de racismo que ocorrem na sala de aula. Mesmo vivendo em uma sociedade extremamente racista e vivenciando o racismo diariamente nos diferentes espaços da sociedade, é comum que muitas pessoas ainda se sintam surpreendidas ao presenciarem práticas discriminatórias. Fato esse que não é diferente no espaço escolar, que infelizmente ainda é um espaço muito propício para a ocorrência de tais práticas.

Infelizmente, mesmo com a aprovação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino da Cultura Afro-brasileira e a inclusão desses conteúdos nos currículos, o tema ainda é tratado de forma pontual e comemorativa, o que faz com que essas discussões se tornem rasas e acríticas, colocando a história do negro como uma mitologia que ficou no passado, mas que ainda influi negativamente na formação da nossa sociedade, e principalmente na construção da identidade do negro. A Lei nº 10.639/2003, por si só, ainda não possibilita que as práticas de racismo deixem de ocorrer nas escolas, visto que as ideologias racistas se mantêm através das práticas e relações educativas. Todavia, é importante salientar que a aprovação desta lei foi um passo significativo na luta pela desconstrução do racismo na escola e na sociedade de um modo geral. É a partir de pesquisas, leis, mudanças nos currículos e práticas pedagógicas, que vem desvelando as mazelas sociais que recaem sobre os sujeitos vítimas de racismo no sistema escolar e na sociedade em geral. É fato que há ainda muito que se fazer, no entanto é necessário considerar as inúmeras possibilidades já existentes para potencializar essa luta, que é legítima e necessária.

8ª pergunta: Você concorda que deveria haver oferta de formação específica para os professores sobre as questões étnico-raciais? ( ) SIM ou ( ) NÃO? Explique.

> **Profª 01 –** *Penso que a formação sobre as questões étnico-raciais é fundamental para que os(as) professores(as) possam repensar e refletir sobre suas práticas no espaço escolar. Independente da formação inicial, penso ser importante que haja formação continuada para o debate e trabalho com essas temáticas, visto que a maioria dos(as) docentes não teve contato durante sua formação com discussões aprofundadas acerca das questões étnico-raciais.*
>
> **Profª 02 –** *Considero essencial para que novos estudos e intervenções possam ser produzidas sobre essas temáticas e a formação continuada possibilita uma atuação mais efetiva na valorização das identidades e combate ao preconceito.*

O espaço escolar é um ambiente diverso, rico em pluralidade cultural. Com base nisso e conforme as respostas dadas pelas professoras, é indispensável uma formação continuada no trato das questões étnico-raciais, visto que, nesse contexto, o/a professor/a age como mediador(a) diante dos episódios racistas que, infelizmente, ocorrem diariamente.

Pensar a formação continuada para as relações étnico-raciais é analisar as propostas educacionais articuladas com os materiais pedagógicos. Para além da apresentação de histórias, análise de materiais didáticos, que inclusive é um processo indispensável para a construção de uma educação antirracista, visto que os livros didáticos, em sua maioria, são carregados de estereótipos. Essa formação deve possibilitar uma formação crítica que faça

com que os/as educadores/as repensem diariamente sua prática, tendo as questões étnico-raciais como eixo norteador para tal, assim como posto pela Prof.ª1.

Ferreira (2014, 2015) propõe por meio do letramento racial crítico uma formação docente que promova uma educação na perspectiva dos multiletramentos, assim, pressupõe uma educação que leve os sujeitos a fazerem questionamentos e levantarem discussões que causem desequilíbrios às questões que, com o passar dos anos, foram tidas como normais, o que é o caso do racismo, por exemplo. Por meio dessas reflexões, podemos mudar a percepção social e possibilitar uma educação crítica e antirracista.

Para efetivarmos uma formação na perspectiva da formação por meio do letramento é necessário, segundo Alves (2018, p.67) "(...) letrar-se para uma educação antirracista!". O que para a mesma autora,

> (...) significa apropriar-se da leitura e da escrita, assumi-las como propriedade, fazendo seu uso social, respondendo adequadamente às demandas sociais. Ao admitir esta perspectiva, dá-se a construção de um conjunto de práticas sociais em amplos processos que possibilitam o reforço ou questionamento de valores entre formas de disposição de poder dentro desses contextos. (ALVES, 2018, p.68)

A formação continuada de professores para as relações étnico-raciais é indispensável e deve ter um olhar voltado para a prática, buscando sempre questionar-se sobre "o que fazer?" "Como deve ser feito?" Pois muitos estudos apontam os problemas causados pelo racismo e práticas discriminatórias na sala de aula. Portanto, deve-se pensar possibilidades concretas para efetivar essa formação antirracista tão desejada por todas/os.

9ª pergunta: Você acredita que a linguagem nas diferentes formas (oral, escrita, artística etc) influi nas questões raciais?

> **Profª 01** – *Sem dúvidas, as diversas linguagens comunicam aquilo que queremos passar, aquilo que acreditamos, e isso influi tanto de maneira positiva quanto negativa em nossas relações e na maneira de enxergar o outro.*
>
> **Profª 02 –** *Sim, pois nas linguagens estão expressas as representações identitárias, então a partir delas os sujeitos podem se sentir pertencentes ou excluídos.*

Diante do exposto pelas professoras, Bakhtin afirma que a linguagem e/ou a fala "não são palavras o que pronunciamos, mas, verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais (...). A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico" (BAKHTIN, 2006, p.96). De igual modo, a palavra produz sentidos a partir das

relações e dos encontros do sujeito consigo mesmo e com o outro, e por meio dessas relações dialógicas, modifica-se e ganha novos sentidos.

De fato, e foi possível observar por meio da entrevista realizada com os alunos, bem como no questionário aplicado às professoras, que a linguagem, com prevalência da oral, é uma das formas mais explícitas de (re)produção de ataques racistas às crianças negras. Desse modo, faz-se necessário que as problematizações sobre a linguagem enquanto (re)produtora de racismo sejam continuamente realizadas, a fim de que pessoas negras e brancas tenham consciência de suas influências na manutenção do racismo e práticas discriminatórias.

Cada grupo social carrega em si ideologias e pensamentos que formam uma esfera única dentro daquele grupo, no entanto essas ideologias não são permanentes, ou seja, elas modificam-se constantemente e essas mudanças ocorrem por meio da linguagem. Esse fenômeno é denominado por Bakhtin como um encontro do discurso exterior com o discurso interior, isto é, ocorrem por meio da relação dialógica entre os diferentes grupos sociais e/ou sujeitos. De modo igual, todo discurso é fundamentando por uma manifestação real e objetiva, seja por meio de uma consciência individual, seja por uma ideologia construída historicamente por um grupo, assim a linguagem e as práticas discursivas nunca são inocentes ou abstratas, elas sempre carregam sentidos, que historicamente construídos e exigem reflexão.

Os estudos da linguagem vêm ganhando espaços nas discussões acerca das questões étnico-raciais, autores como Nascimento (2019), Ferreira (2014; 2015) apontam em seus estudos o modo como a linguagem nos diferentes espaços se interliga às práticas de racismo que ocorrem em nossa sociedade, e de igual modo ampliam as discussões para pensar a linguagem também como desconstrutora do racismo. Nascimento (2019, p.39) aponta que mesmo diante desse aumento nas discussões sobre essa temática, “as pistas parecem exigir mais aprofundamento da discussão de como o racismo se desdobra através da linguagem e como a linguagem é desdobrada (senão criada ou recriada) através do racismo”.

Tendo a linguagem enquanto uma prática social, pode-se considerar que a mesma se constitui por processos de hierarquização e relações de poder entre os diferentes grupos sociais. Aqui, pretende-se viabilizar o negro, sujeito que historicamente sofre os diferentes tipos de preconceitos e violências, e essas práticas discriminatórias, na maioriadas vezes, são naturalizadas devido a essa hierarquização cor/raça existente no nosso país, que por meio de

linguagem internalizam o racismo e as práticas discriminatórias colonizadoras.

3.4 ESSE CAMINHO SE FAZ TAMBÉM COM HISTÓRIAS VIVIDAS... Narrativas Autobiográficas das professoras participantes da pesquisa.

O uso de narrativas autobiográficas na produção de dados possibilita que os conceitos propostos sejam discutidos a partir das vivências e entendimentos do pesquisado acerca do tema. Ferreira, A. J (2015) apresenta em um dos seus trabalhos, intitulado *Letramento Racial Crítico através de narrativas autobiográficas,* as experiências de professores/as contadas por meio de narrativas, tendo como tema os episódios de racismo vivenciados por esses/as professores/as em sala de aula. Segundo Clandinin e Connelly (2011, p. 108), "na construção de narrativas de experiências vividas, há um processo reflexivo entre o viver, contar, reviver e recontar de uma história de vida".

As narrativas das professoras participantes dessa pesquisa foram de total relevância para conhecermos um pouco mais sobre suas trajetórias de vida, e como essas vivências impactaram na escolha de sua profissão, formação e como indivíduo. Além disso, por meio dessas narrativas, pudemos saber há quanto tempo essas profissionais atuam em sala de aula e se já tiveram, durante esse período, experiências (caso haja) de episódios de racismo e/ou demais formas de discriminação no espaço escolar. Abaixo, temos as narrativas das duas professoras participantes desse estudo e suas respectivas interpretações.

A Prof.ª 1 é graduada em Pedagogia, especialista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), da UNEB Campus VI, sempre atenciosa e solícita, se mostrou continuamente à disposição para participar da pesquisa. O primeiro encontro aconteceu na escola, quando fizemos a apresentação do estudo e formalização do convite e aceite. Nesse dia ocorreu um breve diálogo sobre o tema da pesquisa e as etapas que seriam realizadas. A professora apresentou preocupação e inquietação acerca do debate sobre as questões étnico-raciais e disse sempre buscar apresentar em suas aulas propostas de atividades que induzam o respeito à diversidade entre os pares na sala de aula.

Quadro 3 – Narrativa da Prof.ª 1

Narrativa 1	Não foi uma escolha, Pedagogia era um dos poucos cursos disponíveis na UNEB em Guanambi que eu poderia cursar; minha família não tinha condições de pagar outro curso numa faculdade particular e nem tinha como manter meus estudos numa cidade mais distante. Então resolvi fazer Pedagogia por ser o curso mais próximo numa universidade pública, além de ouvir vários relatos de que era um bom curso. E de fato me encantei com a Pedagogia no primeiro semestre, a partir daí, tive certeza da minha escolha em ser professora, principalmente ao ler a obra, "Pedagogia da autonomia", de Paulo Freire. Ali, percebi o quão importante é o trabalho do professor para uma educação libertadora, que respeita o sujeito e a sua realidade. -Sou graduada em Pedagogia com especialização em Docência do Ensino Superior e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), da UNEB Campus VI. -Comecei a atuar em sala de aula em 2009, quando cursava o quarto semestre do curso de Pedagogia na UNEB Campus XII. Desse período até hoje, fiquei apenas três anos trabalhando fora do espaço escolar, mas atuando na função de pedagoga em um espaço de educação não formal. Atualmente, sou professora efetiva da Rede Municipal de Educação de Guanambi-BA, e a experiência em sala de aula totaliza 11 anos. -Ao longo desse período em sala de aula, já vivenciei algumas situações de racismo e discriminação entre os alunos, por exemplo, colocar apelidos pejorativos, excluir das brincadeiras por causa da cor da pele, e também xingamentos não só entre os alunos, mas também de alunos com pessoas negras que em algum momento estavam na sala de aula colaborando com o trabalho docente. (Profª 1, 13/02/2023)

Na narrativa autobiográfica, a professora apresenta um pouco de sua trajetória formativa e como se "encontrou" na educação, já que inicialmente não era sua escolha de vida/profissão. Ao adentrar no tema sobre o racismo, a professora reconhece que ao longo de sua trajetória já vivenciou inúmeros casos de racismo na sala de aula, seja entre os alunos, seja com

outras pessoas negras que adentraram o espaço de sua sala de aula. O Brasil, por ser um país com bases ideológicas escravocratas, é comum, não aceitável, que episódios de racismo e discriminação ocorram de forma frequente, e por vezes esses episódios são naturalizados ou vistos como piadas e brincadeiras por quem pratica e também pela vítima. Nota-se que mesmo a professora afirmando vivenciar as práticas racistas cotidianamente, percebe-se que falta um maior engajamento para se pensar caminhos que possibilitem discussões acerca dos impactos dessas práticas na vida do outro. O racismo não deve ser algo a ser silenciado para evitar maiores proporções, como apontam muitas pesquisas, o racismo precisa ser debatido com mais intensidade e frequência que as práticas racistas ocorrem. A educação ainda é o caminho possível para se pensar e praticar uma formação antirracista que seja realmente efetivada; discursos e comemorações pontuais não são o caminho para se construir uma sociedade antirracista. Uma educação antirracista para ser verdadeiramente efetivada, exige muito mais.

E para que ocorra a consolidação de uma educação antirracista é necessário que haja reconhecimento de como o processo de colonização impacta nessas relações. E quando a professora relata esses episódios de racismo e ainda exemplifica o modo como ocorrem, demonstra que o racismo já não é algo imperceptível ou ideológico, mas, algo estruturado e que precisa ser descontruído. Ainda que os apelidos e piadinhas ofensivas sejam, em muitas vezes, vistas como brincadeiras, aqui, a docente apresenta como algo sério, ofensivo e que precisa ser combatido.

Diante das colocações expostas pela professora, torna-se cada vez mais evidente a necessidade em discutir as questões étnico-raciais na escola desde a tenra idade, pois é possível observar que o racismo está imerso nas relações entre as crianças, uma vez que alunos negros são excluídos de brincadeiras devido à cor da pele. Logo, ao perceberem essa exclusão muitas crianças pretas passam a negar sua negritude e acabam por preferirem o isolamento. Nesse intento, Oliveira; Abramowicz (2010, p.212) reafirmam que quando se fala de relações sociais entre sujeitos,

> há um tratamento diferenciado em relação às crianças negras e brancas, baseado em uma linguagem não verbal, por meio de atitudes, gestos e tons devoz que reforçam o racismo e a rejeição por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial. (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 212)

A branquitude possibilita aos sujeitos brancos desfrutarem de privilégios e viverem em uma sociedade com direitos já preestabelecidos por seu grupo, criando barreiras

separatistas que fortalecem as desigualdades entre negros e brancos. Assim, é papel fundamental da escola tornar visível essas diferenças e privilégios, e por meio deles possibilitar encontros de culturas, saberes e etnias entre os sujeitos, tornando possível o rompimento desses silenciamentos das instituições escolares acerca do racismo.

A segunda narrativa foi feita pela Prof.ª 2, essa, que quando convidada para participar da pesquisa, se mostrou sempre disposta e solícita. Graduada em Pedagogia, atua como docente na Rede Municipal de Ensino de Guanambi-BA, há mais de 10 anos, e por meio de conversas informais e também em resposta às questões do questionário, afirmou que sempre busca tratar de temas que corroboram para uma formação completa dos alunos, entre esses temas, estão as questões étnico-raciais.

Quadro 4 – Narrativa da Prof.ª 2

Narrativa 2	Escolhi ser professora por ter um exemplo bem próximo a mim, a minha mãe, ao observar a sua prática e dedicação à profissão foi despertado em mim o desejo pela docência. Tal aspiração foi então potencializada pelos encontros que atravessaram minha trajetória acadêmica, na qual tive contato com professores que me acolheram e me instituíram no desenvolvimento das minhas habilidades. Grande parte da minha formação ocorreu em escolas públicas, sendo apenas 3 anos em escola privada. Portanto, conheci o chão da escola pública como aluna e após a graduação como Pedagoga. Atuo em sala de aula desde a graduação, lecionei para turmas do Ensino Fundamental I e Educação Infantil. Nesse percurso, lidei com alguns acontecimentos que tinham o racismo e o preconceito atrelado às ações tanto de alunos quanto de profissionais da educação, sejam em desentendimentos entre os alunos (que utilizavam da cor como ofensa e xingamento) e no tratamento de exclusão de determinados adultos em relação a alguns alunos, demonstrando discriminação de forma velada. (Profª2 30/01/2023)

Por meio de sua narrativa, a Profª.2 traz um pouco da sua trajetória e os caminhos que a levaram para a escolha de sua profissão. Filha de mãe professora e vivenciando a docência dia a dia a partir das experiências da mãe, ela se sente tocada e então decide seguir os caminhos da docência. Também por meio da narrativa, a professora relata os episódios de racismo que costumam ocorrer em sala de aula. Autoras como Cavalleiro (2020) e Bento (2012) trazem em seus estudos relatos que reafirmam que as práticas de racismo,

infelizmente, são comuns na sala de aula e ocorrem por meio das diferentes linguagens, a saber, expressões verbais, como xingamentos e palavras depreciativas que desde o início desse estudo, se fizeram muito presentes na fala dos sujeitos. Infelizmente, mesmo sendo práticas cotidianas, essas ações acabam tomando uma certa normalidade, um vez que as piadas racistas e os apelidos pejorativos são sempre vistos como brincadeiras inofensivas, mas que impactam diretamente na vida dos sujeitos negros. Desse modo, essas atitudes exigem de nós, educadores, um olhar crítico e reflexivo, tendo em vista que essas ações têm ganhado ainda mais proporções nos últimos anos e não podemos, em hipótese nenhuma, naturalizar essas práticas de racismo no contexto da sala de aula.

Diante disso, apoiamos na teoria do letramento racial crítico que surge como uma proposta para combater o racismo em conjunto à Lei nº 10.639/2003, pode-se por meio de uma formação continuada por parte dos docentes, pensarmos uma educação que apresente o negro, sua história e sua cultura de um modo que contribua positivamente para a construção da identidade das crianças negras. Segundo Tasquetto (2015, p.32) "(...) os professores poderão utilizar-se pedagogicamente das circunstâncias que ocorrem no cotidiano, das próprias expressões pejorativas para desfazer toda essa construção perversa e ensinar através da riqueza cultural, política e social da África trazida para o Brasil pelos negros africanos". Assim, a escola, enquanto instituição social formadora, deve, por meio do currículo e prática pedagógica dos professores, promover uma aprendizagem que garanta o reconhecimento e valorização da população africana e afro-brasileira na construção da nossa sociedade.

O fato de a professora afirmar que as práticas racistas cotidianamente ocorrem na sala de aula e a mesma ficar sem saber o que fazer, causou em mim inúmeras inquietações e nesse momento vale-se questionar: durante esses 10 anos lecionando e vivenciando práticas de racismo na sala de aula, será que essa professora procurou formas de minimizar tais práticas, que não seja levar para a direção da escola punir essas crianças (como ocorre rotineiramente)? Tal atitude (de punir o aluno e acabou) em algum momento contribuiu para o extinção do racismo na sala de aula? São 10 anos, mesmo período da aprovação da lei, momento que tecnicamente exigiu engajamento e curiosidade para se falar e discutir as relações étnico raciais a partir dessa lei, as professoras não tiveram nenhum embasamento que pudesse dar um suporte para fazer intervenções incisivas durante esses episódios? Quem falhou? A professora? O poder público? Muitas questões surgem diante desse "sileciamento", mas nesse momento, fica apenas para refletirmos.

4. A (IN)CONCLUSÃO... É chegada a hora de pausar esse caminhar para que novas rotas e novas perspectivas sejam traçadas.

Ao findar um estudo, sempre se deixa problematizações outras que necessitam de olhares mais aprofundados. As reflexões e vivências construídas durante todo esse percurso da escrita, fundamentação, produção e interpretação dos dados contribuíram de maneira muito significativa para minha[16] formação, atuação como docente, mas, sobretudo, como mulher preta que viveu e vive diariamente na pele os impactos do racismo em todos os espaços frequentados. Propor um estudo sobre o racismo, para mim, vai muito além de um estudo que busca contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mas ter a oportunidade de ser autora de uma história que há muito vem sendo contada por terceiros.

A escola, sendo um espaço formativo, se constitui por meio das diferentes linguagens e configura-se como um espaço de acolhimento, mais que também segrega e causa exclusão. Durante o período de (con)vivências na instituição onde a pesquisa foi realizada, notamos que a linguagem cotidiana utilizada pelos alunos, professores e demais funcionários são carregadas de ideologias que reforçam os comportamentos racistas e reproduzem o racismo. Essas linguagens se materializam sob forma de xingamentos, desenhos, piadas, que tidas como brincadeiras e irrelevantes, impactam na construção da identidade coletiva e individual da criança negra, alvo desses ataques, no qual acaba por ser apresentado como o "feio", o "anormal".

Para dar início a esse estudo, nos apoiamos em uma questão para direcionar a pesquisa e três objetivos específicos. E agora, retomaremos a cada uma e um, na tentativa de sumarizar os dados produzidos e interpretados. A pergunta que também é o primeiro objetivo específico da pesquisa foi: De que forma a linguagem enquanto prática de ensino interfere na construção das identidades dos sujeitos negros no ensino fundamental I em uma escola pública no município de Guanambi-BA?

Para respondê-la, fizemos uso da observação participante em sala de aula, do questionário aplicado às professoras e, por fim, da entrevista realizada com os alunos. Após a

[16] Aqui retorno a escrita em primeira pessoa por se tratar de um relato pessoal.

produção dos dados por meio dessas técnicas de pesquisas apresentadas, foi possível perceber o modo como a linguagem oral aparece de forma expressiva na(re)produção do racismo no espaço escolar. Ao fazer essa interpretação, nota-se o modo como as palavras proferidas com o intuito de ofender as pessoas pretas são carregadas de ideologias negativas e estereótipos, que enfatizam o negro como sujeito "defeituoso". Com relação à percepção das crianças sobre o racismo e as práticas discriminatórias sofridas ou não por eles, notamos que mesmo sofrendo racismo por parte de alguns colegas, eles desconhecem o termo e dizem não sofrer "isso". Alguns até afirmaram nunca ter ouvido falar sobre o tema. Isso chama a atenção para a necessidade de ampliar as discussões sobre esse tema, para que as vítimas que sofrem o racismo tenham condições para debater as agressões sofridas. A escola, tendo o papel formativo, precisa ser um espaço acolhedor que respeita e valoriza os sujeitos que constantemente sofrem discriminação por conta da cor da pele.

O segundo objetivo específico buscou interpretar por meio de aporte teórico como o letramento racial crítico contribui para a desconstrução do racismo no espaço escolar. Para responder a esse objetivo, utilizamos como principal referência a Professora Doutora Aparecida Ferreira, a primeira pesquisadora no Brasil a propor estudos acerca do letramento racial crítico como forma de combate ao racismo e à discriminação no contexto da sala de aula. Por meio dos dados produzidos, em suas falas, as professoras sinalizam a necessidade de uma formação que dê conta de preparar os professores para lidar com os episódios de racismo que venham a ocorrer em sala de aula, pois elas afirmam se sentirem despreparadas para lidar com essas questões. Para Ferreira (2015) o letramento racial crítico busca proporcionar aos educadores discussões que venham a contribuir de forma significativa para o fortalecimento e/ou (re)conhecimento das diferentes identidades sociais de maneira consciente e respeitosa. Nesse sentido, e com o amparo da Lei nº 10.639/2003, é necessário que se efetivem as discussões e formações necessárias para combater o racismo e as práticas discriminatórias em sala de aula. E tendo o letramento racial crítico - essas propostas de formar para o antirracismo - compreende-se então que letrar racialmente professores e alunos é o caminho para a construção de uma sociedade justa e antirracista.

O terceiro e último objetivo buscou mapear os episódios de racismo experienciados pelas professoras através de suas narrativas. Os dados produzidos por meio desta técnica possibilitaram que as professoras apresentassem um pouco de suas trajetórias de vida e da escolha pela docência. Além disso, mapearam os episódios de racismo que já vivenciaram

durante esse período de atuação enquanto professoras. Os dados apresentados pelas professoras por meio das suas narrativas mostram, infelizmente, o modo como o racismo ainda é presente no dia a dia das vivências na sala de aula e o modo como ainda é um tema que causa insegurança para lidar, ainda que, em seus relato,s as professoras demonstram indignação sobre a ocorrência dessas práticas.

Os dados produzidos neste estudo evidenciam a necessidade de abordar mais criticamente acerca do racismo e práticas discriminatórias em sala de aula, visto que as crianças, mesmo sendo vítimas do racismo, desconhecem sobre o tema e esse desconhecimento contribui para a naturalização do racismo, que por meio de piadas e apelidos pejorativos reafirmam o negro como sujeito “anormal”. Desse modo, é importante que todos os sujeitos que fazem a educação formal promovam uma conscientização sobre o racismo e impactos negativos que ele produz na vida dos que sofrem. A capacitação profissional e uma postura crítica e efetiva por parte do poder público farão com que a educação antirracista se efetive e todos os sujeitos terão seus direitos e cultura respeitados.

Mesmo diante do aumento de pesquisas sobre raça, o racismo ainda é um tema que emerge nas relações sociais de sujeitos brancos e negros cotidianamente. É preciso que sigamos lutando e resistindo contra esse projeto de invalidação do racismo na nossa sociedade, pois o racismo existe e impacta a vida de muitas pessoas, principalmente as crianças, que diariamente sofrem ataques racistas nas escolas; e por conta disso negam sua negritude e tentam se embranquecer para serem aceitas e respeitadas. A escola como espaço formativo, deve proporcionar discussões e atividades rotineiramente educativas para o respeito à diversidade e combate ao racismo. Enquanto não houver uma sociedade letrada racialmente, teremos, infelizmente, a existência do racismo e a dor que suas ações causam a nós pretos/as.

Logo, buscou-se por meio desse estudo, causar inquietações aos educadores, sociedade e demais pesquisadores/as para (re)pensarem sobre o racismo e construírem práticas pedagógicas que imponham a efetivação de uma educação antirracista, podendo, por meio das técnicas de pesquisas, incentivar os professores para pensar uma educação para a diversidade de modo mais amplo, para assim contribuir para o respeito à diversidade, por meio de recursos metodológicos e propostas pedagógicas, a saber, o letramento racial crítico enquanto competência pedagógica e um instrumento formativo para a efetivação de uma educação antirracista.

5. REFERÊNCIAS

ALBRECHT, R. F.; OHIRA, M. L. B. **Bases de dados: metodologia para seleção e coleta de documentos.** Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 5, n. 5, p.131-144, 2000. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71931.
Acesso em: 20 mar. 2022.

ALVES, Samanta dos Santos. **Letramento racial crítico e práticas educacionais noensino fundamental no município do Rio de Janeiro:** a formação continuada de professores da sala de leitura e suas narrativas 2018. Dissertação (Mestrado)- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, Cleuma Maria Chave de. **RACISMO NA ESCOLA**: um estudo da linguagem racista e de suas implicações no contexto escolar da EUB. Gonçalves Dias deAçailândia- MA. 2013 Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Educação, 2013.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE:Universidade Federal do Ceará, 2007. Acesso em: 08 JAN. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade Média e no Renascimento:** ocontexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HucitecEditora, 2006.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In:CARONE, I.; BENTO, M.A.S.B. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.

BENTO, M. A. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das relações de Trabalho e desigualdades CEERT. 2011

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO,Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p.98-117.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador:** introdução àpesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CARDOSO, Lourenço. **RETRATO DO BRANCO RACISTA E ANTI-RACISTA.** Revista Latino americana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud. Vol.8 nº. 1 ene-jun.2010, p.607-630.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista:** compromisso indispensável para ummundo melhor. In:__. (Ed.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do racismo do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil/ Eliane dos Santos Cavalleiro.-6.ed.,5ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2020.

CAVEDON, N. R. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizaciona: umaabordagem teórico-conceitual. Vitória, EDUFES, p. 65-90, 2014.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. In: LARROSA, J. (Org.). **Déjame que te cuente:** ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona, E: Laertes, 1995.p.11-51.

COSTA, Aline Santos da; SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. **UM OLHAR SOBREA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA.** Seminário Gepráxis, 2021, Vitória da Conquista-Bahia. V.8, n.9,p.1-12, maio, 2021. Acesso disponível em: http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/issue/archive

DEBUS, Eliane Santana Dias. **A escravização africana na literatura infanto-juvenil:** lendo dois títulos. Currículo sem Fronteiras. v.12, n.1, pp. 141-156, Jan/Abr 2012. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/ debus.pdf.Acesso em: 27 fev. 2022.

DUARTE, Carolina de Paula Teles. **A abordagem da temática racial na educação infantil:** o que nos revela a prática pedagógica de uma professora. In: Maria AparecidaSilva Bento. (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. 1ed.São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, v. 1, p. 138-161.

FARIAS, Jessica Oliveira. A Representação do negro na Literatura Brasileira. **RevistaPeriferia** , Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 17-32, jan/jun. 2018.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Diário de campo**: um instrumento de reflexão.In: contexto e Educação, nº 7, Juí: Inijuí, 1987.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009ª. Coleção Pesquisa Qualitativa.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FERREIRA, A. J. **Formação de professores de língua inglesa e o preparo para oexercício do letramento crítico em sala de aula em prol das práticas sociais:** umolhar acerca de raça/etnia. *Línguas & Letras*, v. 7, n. 12, p. 171-187, 2006.

FERREIRA, A. J. **As Políticas do Livro Didático e Identidades Sociais de Raça,Gênero, Sexualidade e Classe em Livros Didáticos.** Campinas, SP: PontesEditores,2010.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria racial crítica e letramento racial crítico**:narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas.
Revista da ABPN • v. 6, n. 14 p. (236-263) jul. – out. 2014.

FERREIRA, A.J. **Letramento racial critico através de narrativas autobiográficas:** comatividades reflexivas. Ponta Grossa, PR: Editora Estúdio Texto, 2015.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa**.** In: MAZUCATO, T. (org.). **Metodologia dapesquisa e do trabalho científico**. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil.** In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GERHARDT, Tatiana Engel, et al. **Estrutura do projeto de pesquisa.** In: GERHARDT,Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** PortoAlegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas,1999.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relaçõesraciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista**:caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília, Ministério da Educação,Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (Orgs.). **Experiênciasétnico culturais para a formação de professores.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica,2006.

GOMES, Nilma L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidadenegra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a Raiz**: Corpo e cabelo como símbolo da identidadenegra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Coleção cultura negra e identidade).

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. (1999c). **Racismo e Antirracismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora 34.

GRIGNON, Claude. **Cultura dominante, cultura escolar e multiculturalismo popular**. In: Tomaz Tadeu da Silva (org)- **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. Ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.p.173-200.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas naSociologia.** 5.ed. edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. SãoPaulo: Martins Fontes, 2017.

JOSEMIN, Gilberto Clóvis. **Entendimento interpretativo em pesquisa qualitativa sobre sistema de informação**. XXXV encontro ANPAD. 04 set. 2011, Rio de Janeiro.

LIGEIRO, I. R.; BRITO, J. E.; **Formação docente PARA as relações étnico-raciais:** oque dizem professores de sociologia do ensino médio? Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. Belo Horizonte. Vol. 13, nº.27 (p. 11-26) 31 ago. 2021. ISSN: 2176-4360. DOI https://doi.org/10.31639/rbpfp.v13i27.476

LIMA, DO BONFIM, M. A. **POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA ANTIRRACISTA, DESCOLONIAL E MILITANTE**: Racismo e branquitude e seusefeitos sociais. Revista Virtual Lingu@ Nostr@, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 157–178, 2021. Disponível em: https://linguanostra.net/index.php/Linguanostra/article/view/214.Acesso em: 10 abr. 2022.

MACEDO, Roberto Sidnei**. Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa:** educação e ciências humanas /Roberto Sidnei Macedo, Dante Galeffi, Álamo Pimentel; prefácio Remi Hess. - Salvador :EDUFBA, 2009.174 p. : il. ISBN978-85-232-0636-9

MACHADO, Sátira; ROSA, Rosane; e BRIGNOL, Liliane. **Representações de Negritude e Branquitude na produção audiovisual "Dear White People":** tensões enegociações entre identidade e diferença. Revista Contracampo, v. 38, n. 2, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações etrabalhos científicos. 7. ed. 6.reimpr.São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método ecriatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Sociologia e teoria do currículo:** uma introdução. IN: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da.(Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p. 7-38.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação. N. 23, p. 156-168, 2003.

MOSLEY, M. '**That really hit me hard': moving beyond passive anti-racism to engage with critical race literacy pedagogy**, Race Ethnicity and Education, v.13, n. 4,449-471, 2010.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Apresentação Superando o racismo na escola.** [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização eDiversidade, 1999. 204p.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. 4ª ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e doracismo.** Belo Horizonte. ed. Letramento, 2019.

NASCIMENTO, G. **RACISMO LINGUÍSTICO É SOBRE PALAVRAS? Um prefácio.** Revista Virtual Lingu@ Nostr@, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 3–15, 2021. Disponível em: https://linguanostra.net/index.php/Linguanostra/article/view/253. Acesso em: 9 abr.2022.

OLIVEIRA, Keila de. **Letramento racial crítico nas séries iniciais do ensino fundamental I a partir de livros de literatura infantil: os primeiros livros são parasempre.** 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)- Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta grossa, Paraná, 2019.

OLIVEIRA, Fabiana; BRAMOWICZ, ANETE. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**, v.26,n°2, agosto. 2010. p. 209-226.

PEREIRA, M. Q. "**VOCÊ NÃO É BRANCA, VOCÊ É MORENA**": Reflexões acerca da formação e atuação docente para uma educação antirracista. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) – Institutode Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PEREIRA, Thássio Ferreira Alves. **Letramentos críticos no ensino de Geografia: práticas mobilizadas pelo uso de canções.** Dissertação apresentada ao Programa dePós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
PPGED/UESB. Vitória da Conquista. Bahia 2017. (143 p.)

PIMENTEL, A. **Considerações sobre a autoridade e o rigor nas etnografias da educação.** In:MACEDO, RS., GALEFFI, D., and PIMENTEL A. *Um rigor outro sobrea questão da qualidade na pesquisa qualitativa*: educação e ciências antropossociais.
Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 127-173.ISBN 978-85-232-0927-8. Available fromSciELO Books <http://books.scielo.org>.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RECH, Maria Daise Tasquetto. **Linguagem: O preconceito por trás das palavras-uma análise de termos que expressam o racismo**. Monografia (Especialização)- Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2015.

SANTOS, Lúcia de Fátima Araújo dos. **Leitura e práticas discursivas étnico-raciaisem aulas de língua portuguesa** / Lúcia de Fátima Araújo dos Santos. -Fortaleza: SEDUC, 2019.

SKERRETT, A. **English teachers' racial literacy knowledge and practice, Race Ethnicity and Education,** v. 14, n.3, p. 313-330, 2011.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. **Lei 10.639/2003:** Por uma educação antirracismono Brasil. Ano VII. V. 16. Jul-dez, 2012. (103-116)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3 ed. 4.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da . **Identidade e diferença : a perspectiva dos estudosculturais/** Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15ª ed.Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo deestudo. BRANQUITUDE: Estudos sobre a identidade branca no Brasil Curitiba-PR:Appris, 2017. p. 19-32.

SOUTA, Marivete; ROSA Vanessa Makohin Costa,. **Letramento racial crítico – reflexões em contexto escolar sobre a construção da identidade de raça. In: anaisdo ix ciclo de estudos de linguagem e ii congresso internacional de estudos de linguagem**, 2017. Campinas, Galoá, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/ciel-2017/papers/letramento-racial-critico----------reflexoes-em-contexto-escolar-sobre-a-construcao-da-identidade-de-raca> Acesso em: 05 jun.2021.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo**. Pontos para uma teoria do currículo em educação de jovens e adultos**. (TESE DE DOUTORADO). Universidade Federal daBahia (UFBA). Salvador, 2003.

SOUZA, Elizeu Clementino. **O conhecimento de si**: estágio e narrativas de formaçãode professores. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: apesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform.** London: Routledge, 1990.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual.*In:* Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópolis, Vozes. 2014. p. (7- 72).

APÊNDICE A: ROTEIRO DE NARRATIVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE

DA BAHIAPRÓ-REITORIA DE PESQUISA E

PÓS-GRADUAÇÃO –

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE NARRATIVA

(a ser aplicada com os professores da turma do 3º ano que participarem da pesquisa)

Pesquisadora responsável: Aline Santos da Costa

Orientadora: Drª. Ester Maria de Figueiredo Souza

Título da pesquisa: Representações sobre letramento racial: um enfoque na construção das identidades sociais dos sujeitos no ensino fundamental em uma escola pública no município de GUANAMBI-BA.

Olá participante!

Visto que você aceitou participar voluntariamente dessa pesquisa, vim lhe fazer umconvite para se possível, responder à essa narrativa descrita abaixo.

1. Escreva um pouco sobre sua trajetória como professora atentando para as seguintesinformações:

- Como e por qual motivo você escolheu ser professora;
- Formação acadêmica;
- A quanto tempo atua em sala de aula;

-Se viu ou vivenciou alguma experiência com racismo, formas de preconceito ediscriminação dentro do espaço escolar, como isso ocorreu.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIAPRÓ-REITORIA DE

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO –

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGEDROTEIRO DE QUESTIONÁRIO
(a ser aplicada com os professores da turma do 3º ano que participarem da pesquisa)

Pesquisadora responsável: Aline Santos da Costa

Orientadora: Drª. Ester Maria de Figueiredo Souza

Título da pesquisa: Representações sobre letramento racial: um enfoque na construção das identidades sociais dos sujeitos no ensino fundamental em uma escola pública no município de GUANAMBI-BA.

Olá participante!

Visto que você aceitou participar voluntariamente dessa pesquisa, vim lhe fazer um convite para se possível, responder à esse questionário descrito abaixo.

A fim de conferir o máximo de objetividade à pesquisa, recomendo que as respostas sejam as mais fidedignas possíveis aos fatos e a sua concepção em torno da aplicação do letramento racial enquanto prática pedagógica em sala de aula baseada na pedagogia da diversidade e do respeito à diferença no contexto escolar.

1. Em sua opinião, quais fatores contribuem para as práticas de racismo, discriminação e preconceito que ocorrem no espaço escolar? Liste-os conforme o grau de importância, começando pelos fatores mais importantes e terminando-nos menos importantes.

_____

_____

2. Como você percebe sua prática em sala de aula para discutir sobre racismo?

_____

_____

_____

_____

3. Você acha que o racismo está presente nas relações cotidiana da escola? Cite exemplos.

_____

_____

_____

4. Você já tinha ouvido falar sobre letramento racial crítico enquanto prática pedagógica? Em hipótese afirmativa, descreve um pouco sobre.

_____

_____

_____

5. Você acha importante incluir os temas como racismo, discriminação e preconceito nos currículos escolares? Por quê?

_____

_____

_____

_____

6. Na sua prática em sala de aula você já sentiu alguma dificuldade em fazer interferências nos episódios de racismo que por ventura venha a ocorrer? Por que você acha que sentiu essa dificuldade?

_____

_____

_____

7. Em sua opinião, quais os fatores contribuem para as práticas de racismo, discriminaçãoe preconceito que ocorrem no espaço escolar? Liste-os conforme o grau de importância, começando pelos fatores que mais interferem no desenvolvimento da aceitação ounegação das identidades sociais (brancos e pretos).

_____

_____

_____

_____

8. Você concorda que deveria oferecer formação específica para os professores sobre as questões étnico-raciais? ( ) SIM ou ( ) NÃO? Explique.

_____
_____
_____
_____
_____

9. Você acredita que a linguagem das diferentes formas, a saber, oral, artística (desenho)influi nas questões raciais?

_____
_____
_____
_____
_____

Muita obrigada pela contribuição!

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIAPRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED ROTEIRO DE ENTREVISTA

(A ser aplicada com os alunos da turma do 3º ano que participarem da pesquisa)

Pesquisadora responsável: Aline Santos da Costa

Orientadora: Drª. Ester Maria de Figueiredo Souza

Título da pesquisa: Representações sobre letramento racial: um enfoque na construção das identidades sociais dos sujeitos no ensino fundamental em uma escola pública no município de GUANAMBI-BA.

Olá participante!

Visto que você aceitou participar voluntariamente dessa pesquisa, vim lhe fazer um convite para se possível, responder à entrevista/ questionário descrito abaixo.

A fim de conferir o máximo de objetividade à pesquisa, recomendo que as respostas sejam as

mais fidedignas possíveis aos fatos e a sua concepção em torno da aplicação do letramento racial crítico enquanto prática pedagógica em sala de aula baseada na pedagogia da diversidade e do respeito à diferença no contexto escolar.

1. Identificação

   Nome:

   Idade:

   Sexo:

1. Você sabe o que é racismo?
2. Qual a cor da sua pele? Você gosta de ser dessa cor?
3. Se você pudesse mudar a cor da sua pele, você mudaria? Por quê?
4. Você já se sentiu discriminado por alguém na/da escola?
5. Você acha que existe preconceito contra as pessoas negras?
6. Você acha que na escola, existe esse tipo de preconceito? Cite um exemplo
7. Você já falou ou ouviu alguém falar piadas que ofendeu uma pessoa negra?
8. Você se sente diferente na escola por conta da cor da sua pele?

Muita obrigada pela contribuição!

ANEXO A: TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: ALINE SANTOS DA COSTA

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: ESTER MARIA DE FIGUEIREDO SOUZA

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDOFEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA REPRESENTAÇÕES SOBRE LETRAMENTO RACIAL: UM ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS DOS SUJEITOS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA
2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa): Desse modo as implicações que levaram a pesquisadora propor essa pesquisa surge de uma indagação pessoal. Sou uma mulher jovem, negra e a minha identidade racial foi forjada em meio à dor e a ausência de problematizações positivas sobre o negro. Somente na Universidade pública- Uneb que tomei ciência da questão racial como um campo de estudo. E desse lugar de identificação racial e professora que posiciono essa proposta de investigação.
2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos): Para buscar compreender de que forma as práticas discursivas em situações de ensino interferem na construção das identidades raciais das crianças no Ensino Fundamental. Bem como, compreender como a linguagem e as práticas discursivas dos professores colaboram para a produção e reprodução do racismo no espaço escolar no Ensino Fundamental; Interpretar, por meio do aporte teórico como o letramento racial crítico contribui para a desconstrução do racismo no espaço escolar no Ensino Fundamental e Explorar aulas e os episódios de racismo experienciados por professores e estudantes

através de suas narrativas no Ensino Fundamental.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será feito questionário, entrevista semi estrturada e roda de conversa, afim de responder tais objetivos.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Essa pesquisa será realizada na instituição de ensino, em dias e horários a serem definidos.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

60 minutos

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos emparticipar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Pode ocorrer algum tipo de constrangimento por parte dos entrevistados no momento da entrevista.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Os partipantes da pesquisa terá liberdade para escolher o local que se sentir mais a vontade, além de determinar o momento de parar a entrevista quando não estiver se sentindo a vontade.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Essa pesquisa poderá contribuir para pensar um novo currículo e as práticas dos professores em sala de aula. A fim de atender todos os indivíduos de forma igualitária.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Trará benefícios positivos para os diferentes espaços, uma vez que esse tema tem poucas pequisas na área.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitosdos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: *Nenhum dos dois.* A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.9. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas pdem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável:

Endereço: rua maranhão, 216 bairro: brasília.

Fone: *(77) 99849-6859* / E-mail: *alinecostaesp123@gmail.com*

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de AperfeiçoamentoProfissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância doparticipante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

☐ **em participar do presente estudo;**

☐ **com a participação da pessoa pela qual sou responsável.**

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro queme foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

LOCAL, *Clique aqui para inserir uma data.*

_____

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por

Impressão Digital

CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Guanambi, 20 de junho de 2021.

Aline Santos da Costa

_____ | _____

ANEXO B: (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

(Para indivíduos entre 6 e 11 anos de idade)

Somos estudantes da ***UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB*** e **estamos fazendo uma pesquisa**.

A gente está estudando sobre REPRESENTAÇÕES SOBRE LETRAMENTO RACIAL: UM ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS DOS SUJEITOS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA

Por que a gente percebeu que *essa pesquisa pode contribuir de forma positiva para pensar de maneira critica as questões raciais no contexto escolar, uma vez que as questões raciais ainda é trabalhada timidamente nesse espaço. No entanto acarreta prejuízos para os diferentes sujeitos.*

Por isso que a gente quer compreender de que forma as práticas discursivas em situações de ensino interferem na construção das identidades sociais das crianças no EnsinoFundamental.

Só que precisamos da sua ajuda para isso.

Se a gente te convidar para participar, você aceita?

Mas antes de você responder, vamos te explicar direitinho como vai ser.

A gente vai fazer o seguinte:

Faremos uma entrevista semiestruturada com os alunos, para saber o que eles sabem sobre as questões raciais e os impactos que o racismo e as práticas racistas acarretam para os diferentes sujeitos.

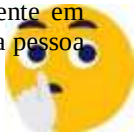
É importante que você saiba que *você poderá se sentir constrangido para responder alguns questionamentos.*

Mas não se preocupe! Vamos tomar bastante cuidado.

Pois adequaremos um local para que possíveis transtornos sejam minimizados.
Se você puder nos ajudar, **vai ser bom por que** *sua participação pode contribuir de forma positiva para que os professores e toda a comunidade escolar repense suas práticas sobre determinadoconceito*.

Tem mais :)

Pode ser que a gente publique estas informações em livros, artigos e apresente em alguns congressos, mas ninguém vai saber que você participou. Só eu, você e a pessoa responsável por você (pai, mãe, avós...), tá?!



Vou guardar tudo direitinho por 5 anos e depois eu jogo fora.

Ah! Quando eu terminar, volto pra te contar o que eu descobri.

Para participar não precisa pagar nada.

Se eu te incomodar, você pode pedir pra parar e pra sair quando quiser, sem problemas.

Tem alguma dúvida? Alguma coisa da pesquisa te prejudicou?

Pode ligar ou mandar um e-mail, que vamos te ajudar:

Pesquisador responsável: ***ALINE SANTOS DA COSTA***

Endereço:*RUA MARANHÃO, 216, BAIRRO: BRASÍLIA*

Telefone: 77 99849-6859 | E-mail: alinecostaesp123@gmail.com

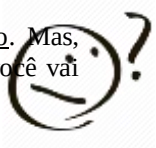
Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Telefone: **(73) 3528-9727** | E-mail: **cepjq@uesb.edu.br**

Horário de Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00

Você tem direito a umas coisas chamadas de Ressarcimento e Indenização. Mas, como é um pouco complicado de explicar, vou mandar no documento que você vai levar para os seus responsáveis, e aí eles podem ler e te dizer o que é, certo?



E aí, posso contar com você?

Sim!( ) Não!( )

Marcou NÃO?

Não tem problema. É só me devolver os papéis. Obrigado assim mesmo. :-)

Marcou SIM?

Que legal! Obrigado(a)! Agora, por favor, assine primeiro nessa linha aí em baixo, depois no quadrinho "Rubrica", em todas as páginas, e leve estes papéis para os seus pais ou responsáveis lerem e assinarem para mim, ok? Depois é só me devolver.

Clique aqui para digitar texto., *Clique aqui para inserir uma data.*

_____

Impressão Digital

COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro conhecer todos os meus deveres e os direitos dos participantes e dos seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro, também, ter feito todos os esclarecimentos pertinentes a todos os envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa, e reafirmo que o início da coleta de dados ocorrerá apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o protocolo do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa competente.

Guanambi, 20 de junho de 2021

Aline Santos da Costa